



# **Universidade Federal**

---

## **do Rio de Janeiro**

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

**AMANDA CERDEIRA PILÃO**

**O SUJEITO FREUDIANO  
EM BUSCA DE FELICIDADE**

**Rio de Janeiro  
2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**AMANDA CERDEIRA PILÃO**

**O SUJEITO FREUDIANO  
EM BUSCA DE FELICIDADE**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Fernanda Costa-Moura

Rio de Janeiro  
2009

**AMANDA CERDEIRA PILÃO**

**O SUJEITO FREUDIANO  
EM BUSCA DE FELICIDADE**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof. Dra. \_\_\_\_\_  
Professora Doutora Fernanda Costa-Moura (UFRJ)

Prof. Dra. \_\_\_\_\_  
Professora Doutora Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ)

Prof. Dr. \_\_\_\_\_  
Professor Doutor Ricardo de Sá (UFF)

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2009

Pilão, Amanda Cerdeira.

O sujeito freudiano em busca de felicidade/ Amanda Cerdeira  
Pilão. Rio de Janeiro: UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Teoria  
Psicanalítica, Instituto de Psicologia, 2009.

X, 121f.; 29,5cm.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IP/Programa de Pós-Graduação em  
Teoria Psicanalítica, 2009.

Orientadora: Fernanda Costa-Moura.

1. psicanálise 2. felicidade 3. sujeito 4.pulsão 5. dissertação  
I.Costa-Moura, Fernanda. II. UFRJ/Programa de Pós-graduação em  
teoria psicanalítica. III. Título.

Ao meu amor,  
pelos *bons encontros* ao longo do *détour* que  
escolhemos fazer juntos...

## Agradecimentos

Agradeço especialmente à Fernanda Costa-Moura, presença determinante em minha formação. Pela disponibilidade com que acolheu as minhas questões (teóricas ou não). Por cada valioso encontro de orientação; pela escuta atenta, pela fala precisa. Por me levar, sem me conduzir. Por me fazer rir de mim mesma.

A Antonio Geraldo, pela aula em que falou de ética da psicanálise, momento em que pude dar-me conta de que já havia feito a minha escolha. Pelas supervisões, grupos de estudo, cafés, chás, danças, fotos e pneus furados...

À Regina Herzog, por apostar numa iniciação científica um tanto tardia na psicanálise; por me encorajar a seguir o caminho por mim escolhido.

À Anna Carolina Lo Bianco, pela leitura cuidadosa que, em diferentes etapas dessa jornada, me colocou para pensar e trabalhar.

A Ricardo de Sá, por ter tão prontamente aceitado participar desta banca.

À minha mãe, por me encorajar a fazer o que escolhi; por me ajudar a sustentar essa escolha.

À minha avó, pelas histórias contadas; pela alegria fugaz dos almoços corridos.

A meu irmão, que tanto amo e admiro.

A meu pai, por sua presença, na ausência. Pelo abraço apertado, a cada encontro. Pela família que construiu, pelas irmãs que me deu.

A todas as amigas queridas que, de uma maneira ou de outra, fazem parte desse caminho de formação, e ajudam a torná-lo mais leve. Em especial, à Michelle, Bárbara, Paloma, Vanessa e Vânia.

À Beatriz Paz, companheira de jornada, este trabalho nasce também de nossos passeios pelas palavras de Freud, de nossas incansáveis elucubrações teóricas, da inquietação que nos mantém em busca.

À Ana Carolina Duarte, pelo apoio virtual 24 horas, pela palavra amiga. Por embalar minha escrita com boa música.

À Júlia Quaresma, pela consultoria prestada com tanta disposição. Pela presença virtual constante; pela cumplicidade.

À Jamille e Jorge, pelo bom encontro que se deu apesar de mim; por me lembrarem que é bom ter companhia na caminhada.

Ao Cnpq pelo apoio financeiro.

À análise que finda. À outra, que se inicia.

“Haverá paradeiro  
Para o nosso desejo  
Dentro ou fora de um vício?

Uns preferem dinheiro  
Outros querem um passeio  
Perto do precipício

Haverá paraíso  
Sem perder o juízo e sem morrer?

Haverá pára-raio  
Para o nosso desmaio  
No momento preciso?

Uns vão de pára-quedas  
Outros juntam moedas  
Antes do prejuízo

Num momento propício  
Haverá paradeiro para isso?

Haverá paradeiro  
Para o nosso desejo  
Dentro ou fora de nós?”



## Resumo

PILÃO, Amanda Cerdeira. O sujeito freudiano em busca de felicidade. Orientadora: Fernanda Costa-Moura, Rio de Janeiro. PPGTP/IP/ UFRJ, 2009. Dissertação.

Freud afirma que a busca da felicidade nos é imposta pela regulação psíquica sob comando do princípio do prazer, declarando-a, de saída, fadada ao fracasso. Lacan por sua vez indica que a felicidade é uma demanda, dirigida ao analista por aquele que vai buscar análise. Este trabalho parte da busca de felicidade, para refletir sobre a especificidade do sujeito da psicanálise, tal como Freud o inaugura e Lacan o formaliza - como sujeito da linguagem. Aborda a problemática da felicidade tendo como pano de fundo a constituição psíquica do sujeito e procura demarcar seus móveis e o movimento que empreende nesta busca como forma de discutir as implicações que carregam a escolha e a experiência de uma análise. Destacam-se, neste percurso, os paradoxos que marcam o sujeito em sua busca e que estão fundados em sua própria constituição. No limite, a busca de felicidade é tomada como ponto de partida de uma reflexão que almeja dar destaque ao que há de subversivo na psicanálise; trazer à luz aquilo que da reflexão freudiana, relida por Lacan, nos permite afirmar na psicanálise uma ética.

Palavras-chave: psicanálise; felicidade; sujeito; pulsão; significante; ética.

## Resumé

PILÃO, Amanda Cerdeira. O sujeito freudiano em busca de felicidade. Orientadora: Fernanda Costa-Moura, Rio de Janeiro. PPGTP/IP/ UFRJ, 2009. Dissertação.

Freud annonce que la poursuite du bonheur nous est imposé par la régulation psychique sous le commandement du principe de plaisir, et il l'a déclaré, à l'origine, vouée à l'échec. Lacan, à son tour, indique que le bonheur est une demande dirigée à l'analyste par la personne qui reprend l'analyse. Ce travail part de la recherche du bonheur pour réfléchir sur la spécificité du sujet de la psychanalyse, ainsi que Freud l'a inaugurée et Lacan l'a formalisée – comme un sujet du langage. Il aborde le problème du bonheur dans le contexte de la constitution psychique du sujet en vie de démarquer ce que le bouge et le mouvement entrepris dans cette recherche comme moyen de discuter les implications qui sont à l'origine du choix et de l'expérience d'une analyse. Dans ce parcours, on relève les paradoxes qui marquent le sujet dans son recherche et qui sont fondés sur sa constitution même. Au but, la recherche du bonheur est prise comme point de départ d'une réflexion que veut souligner l'importance de ce qui est subversif dans la psychanalyse; mettre en lumière ce que dans la réflexion freudienne, relue par Lacan, nous permet d'affirmer dans la psychanalyse, une éthique.

Mots-clé : psychanalyse; bonheur; sujet; pulsion; signifiant; éthique.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
Um pouco de história – a <i>virada</i> utilitarista	03
Freud e a (in)felicidade	07
Nossos caminhos escolhidos	11
<b>CAPÍTULO 1. A FELICIDADE COMO PROGRAMA DO PRINCÍPIO DO PRAZER:</b>	
<b>UM SUJEITO DO CONFLITO</b>	14
O germe freudiano	15
A onipotência da quantidade: o automatismo, a consciência e o princípio do prazer	16
Um prenúncio da pulsão: o obscuro que ilumina os caminhos trilhados por Freud	23
A inércia é interrompida pela vida: ecos do <i>Além</i>	28
A vivência de satisfação: o sucesso que <i>teria sido...</i> mas só depois do significante	32
A demanda que <i>não</i> passa	35
O princípio de realidade	40
<b>CAPÍTULO 2. A FELICIDADE COMO SATISFAÇÃO PULSIONAL: UM SUJEITO DA PULSÃO</b>	49
A antinomia freudiana	50
A natureza da pulsão	54
A pulsão não é necessidade, mas tem <i>fonte</i> no corpo	57
A pulsão não é necessidade, ela é <i>Konstante Kraft</i>	61
Os embaraços da economia freudiana: pulsão e princípio do prazer	62
A paradoxal satisfação pulsional: nem prazer, nem felicidade	66
Mais além da economia do prazer: a pulsão <i>sempre</i> se satisfaz	69
<i>Amarás teu próximo...</i>	73
Do mito à estrutura	77
<b>CAPÍTULO 3. A FELICIDADE COMO DEMANDA: UM SUJEITO DO SIGNIFICANTE</b>	81
Do gozo à demanda: um passo do sujeito	82
A natureza subvertida pela palavra: da necessidade à demanda	84
Para que serve um objeto?	88
O objeto que engana	92
A dura realidade do desejo	98
A resposta da análise	102
Que felicidade para o sujeito freudiano?	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: NO HORIZONTE, A ÉTICA DA PSICANÁLISE</b>	109
Uma última metáfora: a felicidade como liberdade	109
A dimensão ética da busca	111
Por uma leitura ética do conflito – entre o princípio de prazer e o de realidade	113
<b>REFERÊNCIAS</b>	117

## INTRODUÇÃO

“É assim que os homens deveriam ser, para serem felizes e tornarem os outros felizes, mas terão de levar em conta que eles não são assim”.

(FREUD, 1930 [1929], p.137).

A afirmativa freudiana, extraída de uma nota de rodapé do texto “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), é contundente, e com ela abrimos este trabalho: é preciso levar em conta a natureza humana para situar aí a popular questão da felicidade. É assim que, das mais diversas maneiras, a ciência e a própria psicologia vêm tentando explicar o enigma da felicidade humana. Parte-se de uma certa concepção do homem e de sua natureza, buscando medidores, indicativos que permitam explicar e mesmo circunscrever no que consiste a felicidade e, quem sabe, ensinar-nos a viver mais felizes<sup>1</sup>.

Antes mesmo do advento da ciência, a filosofia e a religião já haviam se debruçado sobre esse tema que nos interessa tão de perto. Afinal de contas, o que é a felicidade? Como ser feliz? Que caminho seguir? E ainda, será possível ser feliz? Essas e outras perguntas ilustram questionamentos morais, filosóficos, religiosos e científicos que permeiam diferentes épocas históricas.

Não são essas, entretanto, as questões que norteiam este trabalho. Trata-se aqui de pensar, sim, a busca da felicidade, mas levando em conta a concepção psicanalítica deste sujeito que está em busca: por onde passa a sua constituição psíquica? Quais são seus móveis, o que o movimenta e o instiga nessa busca? O que ele encontra? O que pode encontrar, se escolhe adentrar a experiência de uma análise?

A felicidade é – segundo nos indica Lacan (1959/60a) logo na abertura de seu *O Seminário Livro 7: A ética da psicanálise* – palavra que em quase todas as línguas apresenta-se em termos de encontro, *bonheur*, um bom encontro. Nas lições finais desse mesmo seminário, indica ainda que a felicidade se coloca como algo que se demanda. O que recebemos dos pacientes que vêm buscar análise, senão um pedido de felicidade? O sujeito chega se queixando de seu sintoma, que lhe traz grande sofrimento, e dele quer se livrar. Dito de uma maneira simples, o homem busca análise porque sofre e quer parar de sofrer.

---

<sup>1</sup> A revista Galileu (Edição de Novembro/2008) traz na capa o título: “Seja Feliz Agora: tudo o que a ciência e a psicologia já sabem para melhorar o seu dia-a-dia”.

Pressupõe que assim poderá ser feliz e, enfim, gozar dos prazeres da vida sem entraves. “O que nos demandam, é preciso chamá-lo por uma palavra simples, é a felicidade” (LACAN, 1959/60a, p.350).

Em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), interrogando-se sobre o propósito da vida, ou ainda mais especificamente, sobre o que os homens tomam como sendo o propósito de suas vidas, Freud não hesita em afirmar que buscamos a felicidade: eles “esforçam-se para obter felicidade; querem ser felizes e assim permanecer” (1930[1929], p.84). A felicidade coincidiria com a ausência de sofrimento – a que ele se refere como sendo a “meta negativa” (1930[1929], p.84) dessa busca – ou com intensas experiências de prazer, “meta positiva” (1930[1929], p. 84). Conclui, daí, que “o que decide o propósito da vida é simplesmente o programa do princípio do prazer” (1930[1929], p.84), a busca da felicidade tendo sido imposta aos homens por sua própria regulação psíquica.

De saída, um engodo: enquanto o homem busca um estado de felicidade plena – como afirmamos com Freud, ele quer *permanecer* feliz – a felicidade, como encontro, é possível apenas como “manifestação episódica” (FREUD, 1930[1929], p.84). Este engodo se engendra e se mantém na própria constituição do psiquismo humano, tal como Freud o inaugura e se esforça em circunscrever ao longo de sua obra. Pois se ele situa em nossa constituição psíquica aquilo que nos impõe a busca da felicidade – somos regidos por um princípio que ele chama o princípio do prazer – é também nela que se situam os limites desse projeto: “nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição” (1930[1929], p.84).

Tendo isso em vista, nosso trabalho parte da busca da felicidade para refletir sobre a especificidade do sujeito<sup>2</sup> da psicanálise, tal como Freud o inaugura e Lacan o formaliza, como um sujeito da linguagem. Ao longo deste caminho, buscaremos destacar os paradoxos que marcam esse sujeito em sua busca, paradoxos estes que se fundam em sua própria constituição.

Nesse sentido, a busca da felicidade é tomada aqui como ponto de partida de uma reflexão que almeja, de uma maneira mais ampla, dar destaque ao que há de subversivo na psicanálise, trazer à luz aquilo que da reflexão freudiana, relida por Lacan, nos permite afirmar na psicanálise uma ética. Não pretendemos esgotar esta tarefa. Ela nos serve de ponto de mirada, de horizonte a nos guiar.

---

<sup>2</sup> Embora Freud não tenha, ele mesmo, cunhado o conceito de sujeito em psicanálise – este é formalmente estabelecido por Lacan –, ao longo deste trabalho falaremos em “sujeito freudiano” para designar aquilo que a descoberta freudiana inaugura e subverte no campo da subjetividade humana.

## Um pouco de história – a *virada* utilitarista

Seja na Antiguidade, com os gregos e romanos, no cristianismo<sup>3</sup> ou mesmo na reforma, ou ainda mais recentemente com a revolução francesa e o movimento iluminista, é difícil não notar a questão da felicidade atravessando o pensamento humano. Se a felicidade há muito parece existir como horizonte da vida humana, não podemos nos apressar em supor que a felicidade tenha sido buscada da mesma maneira por homens de diferentes tempos. Para abordar a posição freudiana a este respeito, é importante situá-la com relação ao contexto histórico em que seu pensamento pôde surgir. É por isso que iniciamos este trabalho com um pouco de história, dando especial destaque para aquilo que Lacan chama o “declínio radical da função do mestre” (1959/60a, p.21), momento em que “na trilha de uma certa revolução afetando as relações inter-humanas, ergue-se o pensamento dito utilitarista” (LACAN, 1959/60a, p.22).

Abordar de passagem o utilitarismo – a que Lacan faz referência principalmente através daquele que encabeçou este movimento, o filósofo e jurista Jeremy Bentham – permite-nos não apenas situar historicamente o momento em que pode surgir a psicanálise, mas ainda, fazê-lo tendo como ponto de partida uma certa mudança na relação dos homens com a busca da felicidade. A máxima consagrada sob o nome de Bentham, *a maior felicidade possível para o maior número de pessoas*<sup>4</sup>, vem asseverar o lugar que a felicidade passa a ocupar nesse momento histórico de virada, cujas conseqüências podem ser sentidas não apenas na organização política das sociedades, mas também na forma com que cada homem nela pode se situar. Antes, porém, alguns passos atrás.

Na Grécia Antiga, podemos situar a felicidade na *eudaimonia* de Heródoto, que indicava uma vida florescente e bem sucedida. A palavra grega *eu* quer dizer bom enquanto *daimon* quer dizer deus, espírito ou demônio. Desse modo, como indica McMahon (2006, p.19), a *eudaimonia* grega contém em si a idéia de fortuna, de boa sorte. Heródoto em sua História (*apud* MCMAHON, 2006) fala-nos de Cresos, rei da Lídia, a quem aparentemente nada faltava. Estava dominado, no entanto, pelo irresistível desejo de descobrir quem era o homem mais feliz do mundo, e a Telo deu essa missão. Os tidos por Telo como mais felizes da Lídia eram homens que haviam morrido no auge da vida, ponto que particulariza a felicidade na

---

<sup>3</sup> No âmbito da tradição judaico-cristã, apenas para citar um dos que pensaram a questão da busca humana pela felicidade, podemos destacar Santo Agostinho em suas *Confissões* (2001) ou ainda em *Solilóquios e A vida feliz* (1998).

<sup>4</sup> Esta máxima se popularizou sob o nome de Bentham, muito embora marque todo o pensamento utilitarista, do qual participam outros nomes como Beccaria e James Mill.

Grécia Antiga: é preciso estar morto para ter sido feliz, já que a vida de um homem só poderia ser tida como afortunada depois de sua morte. Isso porque Telo, como os gregos, reconhecia que “o homem não é senão vicissitudes” (HERÓDOTO *apud* MCMAHON, 2006, p.20), de modo que é preciso estar morto para assegurar-se de que a boa sorte não será mais afastada pelos infortúnios da vida ou pela vontade dos deuses.

Com Sócrates e Aristóteles, a felicidade deixa de ser atrelada ao capricho dos deuses, integrando uma espécie de “disciplina da felicidade” (LACAN, 1959/60a, p. 351). O caráter de encontro, de boa sorte a que a felicidade se atrelava na Antiguidade dá lugar a uma felicidade que pode ser atingida pelas vias da razão. O Bem Supremo como ideal de vida mais elevado que um homem poderia viver estaria, no entanto, restrito àqueles que ocupassem alguma posição política na *polis*. Apenas eles guiar-se-iam pela razão e, virtuosamente, poderiam dirigir suas ações para o bem – para aquilo que for digno – e manter-se-iam longe do mal, de tudo aquilo que os possa afastar dos domínios da razão. (ARAÚJO, 2006, p.272-74).

Na concepção de felicidade inaugurada pela ética aristotélica, o essencial era creditar ao exercício da razão a possibilidade de levar o homem até este estado mais elevado, à conquista do Bem Supremo. Uma rígida hierarquia marcava não apenas a posição de cada homem na sociedade, mas também as funções por cada um exercidas, a razão situada no topo das atividades humanas. Os apetites, por outro lado, ocupavam o lugar mais baixo na hierarquia social. Como eram poucos os membros da sociedade que ocupavam as posições mais altas na hierarquia, eram também poucos aqueles que poderiam almejar encontrar esse Bem Supremo, a felicidade (ARAÚJO, 2006, p.272-74). Como fruto de um exercício elevado da razão, a felicidade aristotélica não necessariamente estava associada ao prazer. Como nos indica Lacan (1959/60a, p.14), a ética aristotélica deixava de fora de sua disciplina rumo à felicidade os desejos sexuais, que como anomalias monstruosas não poderiam integrar uma ética fundada na razão.

As sociedades clássicas, inspiradas nos termos aristotélicos, perduraram na Europa até o século XVIII, quando uma série de movimentos liberais vem questionar as organizações sociais e políticas instituídas. Com uma proposta de legislação e governo alternativa tanto ao republicanismo clássico, quanto aos movimentos liberais,<sup>5</sup> surge o movimento utilitarista, encabeçado pelo inglês Jeremy Bentham. A proposta ética benthamiana, tomada aqui como referência para pensar o movimento utilitarista, traz como objetivo dirigir a ação dos homens

---

<sup>5</sup> Embora o movimento inaugurado por Bentham esteja em sua origem fazendo frente tanto aos ideais de uma sociedade de tradição clássica de inspiração aristotélica, como aos ideais revolucionários que marcaram a Europa no século XVIII, é difícil não notar uma convergência entre estes últimos e o movimento utilitarista, como apontam Ávila (1998, p.82) e Montoya (1998, p.108).

de uma sociedade a tudo aquilo que possa produzir “benefício, vantagem, prazer, bem, ou felicidade, ou, (o que é a mesma coisa), prevenir o acontecimento de infortúnios, dor, mal ou infelicidade da comunidade em questão ou do indivíduo” (BENTHAM, 1781, p. 14/15). Para Bentham, a felicidade consiste em fruição de prazer e segurança contra a dor (1781, p.61), sendo função do governo tornar isso possível (PELUSO, 1998a, p.208).

Para Lacan, o movimento utilitarista faz uma “reversão” (1959/60a, p.21) no pensamento do início do século XIX, numa reviravolta que por seu caráter político e social, acaba por atingir cada membro da sociedade de perto. Essa virada no pensamento desloca e recoloca em novas bases a questão da busca humana da felicidade: se com Aristóteles, a felicidade se vinculava à idéia de uma *disciplina* que teria no horizonte o Bem Supremo (LACAN, 1959/60a, p.21, p.23, p.350/51), ao qual só acederia aquele que pudesse encontrar o caminho da virtude; com o movimento utilitarista, esta passa a ser um direito de todos. E isso se faz na medida em que a felicidade perde o seu caráter etéreo, e ganha corpo, numa ética que sustenta a busca do prazer e a eliminação da dor como único motivo da ação humana<sup>6</sup>.

Este é o ponto que almejamos destacar nesta breve contextualização. Como afirma Ávila (1998, p.92, grifos do autor), “o Princípio de Felicidade, ao criar a obrigação do governante de procurá-la, instaura o *direito positivo* do cidadão à mesma”. A felicidade se torna, assim, fator de política (LACAN, 1969/70, p.69) e a máxima benthamiana se desdobra no que Lacan afirma ser a fórmula que atravessa todo o século XIX: “não poderia haver satisfação de ninguém sem a satisfação de todos” (1959/60a, p.351).

A transposição da questão da felicidade para o campo político coloca a felicidade como meta comum – e possível de ser alcançada – de toda uma sociedade, fazendo de cada um responsável por garantir a maior felicidade possível para o maior número de pessoas. Bentham (1781) pôde pensar uma sociedade feliz no projeto utilitarista uma vez que considerava que o princípio da utilidade<sup>7</sup> – princípio norteador das ações humanas – era não só natural, mas também passível de ser um regulador eficaz das relações entre os homens, garantindo a felicidade da maioria. Em outras palavras, em Bentham (1781), o que guia as ações do homem é um prazer passível de ser atingido não por um, mas por grande parte da população, uma vez que todos estariam guiados por uma moral comum, assentada no princípio da utilidade.

---

<sup>6</sup> “A natureza colocou o homem sob o governo de dois mestres soberanos, *dor e prazer*. Apenas eles podem apontar o que temos a obrigação de fazer, assim como determinar o que devemos fazer” (BENTHAM, 1781, p.14).

<sup>7</sup> “O princípio de utilidade é aquele princípio que aprova ou desaprova toda e qualquer ação, de acordo com a tendência que esta parece ter para aumentar ou diminuir a felicidade da parte cujo interesse está em questão” (BENTHAM, 1781, p.14).



Nessa sociedade marcada pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, todos podem – e devem – ser felizes. Mas quem o é? O pressuposto utilitarista segundo o qual *cada um conta como um e não mais do que um*<sup>8</sup>, garante a cada indivíduo um lugar de igualdade em sua busca pela felicidade. O indivíduo ganha lugar, ele aparece, ele é chamado a guiar suas ações a tudo aquilo que possa levá-lo ao prazer e a diminuir o seu sofrimento. O prazer e a dor de cada um são colocados no centro, sem posições hierarquizadas<sup>9</sup>, sem limites nas funções que cada um poderia vir a ocupar na sociedade. Mas isso se faz na mesma medida em que cada um é tomado como parte complementar de um “todo ficcional” – a sociedade tal como Bentham (1781, p.15) a entende – e que a ação de cada um deve, portanto, não apenas maximizar a felicidade própria, mas também a do outro. É justo nessa conjuntura social que Lacan situa o surgimento da psicanálise:

“(…) é nesse contexto que a análise aparece – sem que possamos saber exatamente o que justifica que seja nesse contexto -, e que o que o analista se oferece para receber, é um fato, a demanda de felicidade” (LACAN, 1959/60a, p. 351).

É um fato, nos diz Lacan, que o que o analista recebe daquele que o procura é uma demanda de felicidade. Demanda insatisfeita, pois que a emergência de um *pathos* singular vem avisar que o arranjo social não pôde dar conta da tal promessa de felicidade. O que Freud observa em seu tempo, nesse sujeito que ele também reconhece como submetido aos dois mestres soberanos, a dor e o prazer (BENTHAM, 1781, p.14), sujeito este situado em uma civilização fundamentada nos preceitos morais de igualdade de direito na busca da felicidade, é algo bem diferente do que Bentham vislumbrara. Em um texto que, sabemos pelo editor inglês, quase recebeu o título “A infelicidade na civilização” (STRACHEY, 1930 [1929], p.67), Freud é categórico: “seu resultado [da civilização] só pode ser um estado de coisas que o indivíduo será incapaz de tolerar” (FREUD, 1930[1929], p.147).

A neurose é precisamente um dos desfechos possíveis a esse conflito – e que, nunca é demais frisar, não o elimina – Freud já havia afirmado isso em “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” (1908). O sujeito que Freud encontra nesse momento é um sujeito que sofre das regras morais que mediam sua vida em comum, que sofre da compensação

---

<sup>8</sup> Mais uma máxima alegadamente benthamiana (ARAÚJO, 2006, p.274), retomada por J.S. Mill, como nos indica Sottomayor-Cardia (1998, p.171).

<sup>9</sup> Como nos indica Peluso (1998a, p.208), “o dever do Estado consiste em garantir o ‘bem-estar’ de todos os seus membros, cada um contando igualmente como os outros. Nesse sentido, a felicidade do último camponês é motivo de preocupação do governo, assim como a felicidade do mais dignificado dos cidadãos”.

econômica da satisfação renunciada em nome de sua vida em sociedade, em nome da maior felicidade para o maior número de pessoas. O sentimento de culpa é, ele nos diz anos mais tarde, “o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização” (FREUD, 1930[1929], p.131), o preço que experimentamos amargamente como “permanente infelicidade interna” (FREUD, 1930[1929], p.131).

Freud nos diz, no que parece se dirigir à proposta benthamiana de uma sociedade feliz: “quase parece que a criação de uma grande comunidade humana seria mais bem-sucedida se não tivesse de prestar atenção à felicidade do indivíduo” (FREUD, 1930[1929], p.143). Ele recolhe aquilo que não cabe no delírio igualitário em que se funda o utilitarismo, e toda a sua pesquisa parece nascer justamente de um ponto de impossível, disso que ele reconhece como dicotomia irreduzível entre as exigências do sujeito e as da realidade.

É, portanto, do contexto social e político marcado – destacamos com Lacan – pela queda da figura do mestre soberano, que nasce o sujeito freudiano, aquele que sofre justamente da vida nessa comunidade de irmãos; que nasce nessa política que lhe impele à busca da felicidade, mas na qual ele a experimenta como cada vez mais distante de si. Freud inaugura a psicanálise com o conflito que Bentham pensava resolver ao elevar o princípio da utilidade à condição de medida da ação de todos. Como nos indica Peluso, “o movimento utilitarista foi uma tentativa de transformar a Ética na ciência positiva da conduta humana” (1998b, p.16). Dessa tentativa, algo resvala e se faz presente como *pathos* singular, *pathos* este que Freud recolhe para fundar uma práxis que afirmará um outro tipo de ética, aquela que temos no horizonte deste trabalho, a ética da psicanálise.

## **Freud e a (in)felicidade**

“*Homo homini lupus*”<sup>10</sup> (FREUD, 1930[1929], p.116) – brada Freud: não, o homem não se guia pelo bem comum, nem tampouco pelo próprio bem. A letra de Freud nos leva a algo ainda mais radical, algo que sequer cabe dentro do sistema benthamiano: o que o homem deseja como seu prazer máximo, como felicidade, não é algo passível de ser atingido. O plano de felicidade, que ele nos apresenta como tendo sido imposto por nossa regulação psíquica sob comando do princípio de prazer, está, de saída, fadado ao fracasso: ele está “em desacordo com o mundo inteiro, tanto com o macrocosmo quanto com o microcosmo. Não há

---

<sup>10</sup> O homem é o lobo do homem, citado de Plauto, *Asinaria*, II, iv, 88.

possibilidade alguma de ele ser executado; todas as normas do universo são-lhes contrárias” (FREUD, 1930[1929], p.84).

Freud pôde apreender a insatisfação humana cada vez de forma mais radical; se num primeiro momento a fonte de sofrimento é a moral dos tempos modernos, o mundo, o macrocosmo – talvez como fruto do ideal de uma sociedade benthamiana – num segundo momento de sua obra<sup>11</sup>, Freud retorna ao microcosmo, apontando para algo da natureza de uma impossibilidade estrutural do sujeito:

“(…) às vezes somos levados a pensar que não se trata apenas da pressão da civilização, mas de algo da natureza da própria função, que nos nega a satisfação completa e nos incita a outros caminhos” (FREUD, 1930[1929], p.110/11).

A infelicidade não como corpo estranho, como simples desarranjo, mas como arranjada por nossa própria constituição. Afirmá-lo, entretanto, não significa reduzir a causa do mal-estar ao próprio homem – como se este pudesse ser identificado a uma entidade isolada do mundo. Não se trata de tomar como estanque a referência freudiana ao macro e ao microcosmo. Ao situar tanto no macro como no microcosmo a possível causa para a infelicidade humana, Freud não faz outra coisa senão indicar-nos a marca mesma da constituição desse sujeito de que ele trata. Um sujeito que não se constitui fora da cultura, fora da civilização. Um sujeito cuja satisfação está desde sempre mediada pelo outro, passa pelo outro – seja aquele com quem o sujeito faz laço como seu semelhante, seja aquele campo de alteridade advindo da estrutura da linguagem que Lacan nomeou o Outro – para se constituir como tal.

A questão da alteridade se coloca desde o início de forma radical em Freud, quando ele introduz no sujeito cartesiano a dimensão de um outro, um outro em si mesmo, que não se guia pelo que é razoável, mas pelo princípio de prazer. O que a razão não pode entender, o que lhe é estranho, – aquilo que, por exemplo, Aristóteles erradica do homem como sendo da ordem da bestialidade – Freud traz para dentro do homem, marcado por sua divisão psíquica. Freud torna próprio o outro (este nos habita), nos condenando para sempre a uma certa estrangeirice com relação ao que nos é mais íntimo, “o âmago de nosso ser” (FREUD, 1900, p.629). O inconsciente como inacessível, desconhecido, estranho, estrangeiro interior – é assim que a alteridade aparece em Freud como o que há de mais próprio ao humano.

---

<sup>11</sup> Que já podemos vislumbrar no texto de 1895, o “Projeto para uma psicologia científica”, que será objeto de estudo do primeiro capítulo deste trabalho.

Esse é o sujeito que não cabe no sistema benthamiano, mas que a sociedade, ainda hoje, não cessa de tentar fazer caber, numa tentativa infrutífera de reduzir o desejo humano ao campo do que Lacan (1959/60a, p.376) chamou o “serviço dos bens”. Tenta-se das mais diversas maneiras reintegrar ao humano aquilo que ele perdeu ao ser atravessado pelo significante. A demanda de felicidade, que chega à nossa clínica, é uma demanda que se recoloca a cada vez que o sujeito tenta satisfazê-la com os meios que a sociedade de consumo oferece.

Freud destaca três principais fontes de sofrimento que acometem o humano, fatores restritivos ao projeto de felicidade: o corpo, o mundo, e as relações entre os homens (FREUD, 1930[1929], p.85). O desenvolvimento progressivo da ciência – o que já podia ser observado por Freud em seu tempo – permite ao homem manipular cada vez mais o meio externo. Os limites impostos pelo corpo são desafiados pela ciência médica, as próteses prolongam a vida, os remédios controlam doenças antes fatais. Atualmente observamos que a proposta da ciência em relação ao corpo ultrapassa o plano das condições orgânicas. O psíquico é também reduzido ao plano biológico e, com isso, pílulas mágicas prometem acabar com o mal-estar, eliminar a angústia.

O plano das relações interpessoais, fonte de sofrimento destacada por Freud como ponto mais doloroso da civilização (1930[1929], p.145), também não escapa desse primado da ciência por que passamos na sociedade contemporânea. Propostas terapêuticas<sup>12</sup> prometem, através de uma espécie de “condicionamento” ou “programação”, ensinar as pessoas a se relacionar com as outras, a se posicionar diante dos outros, a controlar sua ansiedade, tudo isso com as mais diversas técnicas.

Curiosamente, apesar de ter à mão todas as drogas e técnicas propostas pela ciência, o homem sofre e vem buscar auxílio no tortuoso caminho de uma análise, dirigindo ao analista sua demanda de felicidade. Se com a virada no pensamento que destacamos com Lacan, a felicidade passa a ser um direito de todos, em nossa contemporaneidade, o que se formulou como um direito se desdobra em um imperativo (FORTES, 2004). Não há espaço para angústia ou para o sofrimento, é preciso ser funcional. Numa sociedade onde quase tudo se compra, deve-se ser feliz, agora e sempre.

Aludimos com Freud (1930[1929], p.84) logo de início, que a busca da felicidade admite dois horizontes distintos, ambos igualmente demarcados pelo programa do princípio do prazer. O homem pode contentar-se com a “felicidade da quietude” (1930[1929], p.85), a

---

<sup>12</sup> Como, por exemplo, a terapia cognitivo-comportamental (TCC).

meta negativa, onde a evitação do sofrimento se sobrepõe à busca do prazer. Por outro lado, mais tentador é buscar a satisfação irrestrita, na qual se acredita poder experimentar constantemente e cada vez mais uma felicidade intensa e duradoura.

Parece ser nesse sentido que se apresenta predominantemente a meta de felicidade de nosso tempo. Busca-se um gozo irrestrito, sem limites, intenso e duradouro. Mas, mais uma vez, Freud nos joga um balde de água fria: “somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste” (1930[1929], p.84). Gozar sem barreiras, sem entraves, livre e constantemente é algo que não se coloca como possibilidade ao humano. A busca do homem por um estado permanente de felicidade contrariaria sua própria constituição psíquica, ao mesmo tempo em que dela partiria. A questão é que se de um lado é a nossa constituição psíquica que nos coloca limites intransponíveis na busca da felicidade, é também essa mesma constituição que nos impulsiona e nos pede mais, nos dizendo *ainda não*, ainda não foi suficiente. É tentando responder a esse imperativo de felicidade que o sujeito padece de sua incompetência.

Nesse contexto, uma enxurrada de reportagens vem denunciar a morte da psicanálise, sua ineficácia ou apenas lentidão para lidar com o sofrimento humano e em atender essa demanda desenfreada de uma felicidade intensa e duradoura. A psicanálise, assim como aquele que a procura, falharia em responder a esse imperativo. Interessante notar como tais críticas feitas à psicanálise nos meios de comunicação de massa não se dirigem de forma alguma ao que ela de fato se propõe como experiência clínica.

Sabemos que a felicidade jamais fora prometida por Freud àquele que se submetia ao tratamento analítico. Ao contrário, desde os “Estudos sobre a histeria” (FREUD, 1893/95b) temos a indicação precisa disso, quando Freud diz a uma de suas histéricas que “haverá muito a ganhar se conseguirmos transformar seu sofrimento histérico numa infelicidade comum” (1893/95b, p.316). Longe de ser uma simples terapêutica ortopédica, “um pó de pirlimpimpim” (LACAN, 1967, p.20), que visaria um “bom termo” entre o sujeito e seu meio, a psicanálise vem recolher e dar lugar ao que cai da (in)feliz sociedade moderna, a sociedade de todos. Ela nos põe de frente com aquilo que parece ficar de fora da moral utilitarista, mas que não cessa de se fazer presente, sob a forma de um persistente mal-estar: a dimensão de uma alteridade radical, de um impossível inerradicável, no campo do sujeito. Impossível este que a psicanálise se distingue justamente por dar lugar, para fundar uma ética que não prescinde do sujeito para afirmar-se.

## Nossos caminhos escolhidos

“O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado; contudo, não devemos – na verdade não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra. Caminhos muito diferentes podem ser tomados nessa direção (...). Nenhum desses caminhos nos leva a tudo que desejamos. A felicidade, no reduzido sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema de economia da libido. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1930[1929], p.90/91).

Este é precisamente o trecho que nos lançou neste trabalho. Nele apreendemos a marca da posição freudiana sobre a busca do homem pela felicidade: sua impossibilidade. “O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado”. Não pode, mas e daí? O impossível que, de saída, marca esta busca, não isenta o sujeito de sua imposição: “não devemos – *na verdade não podemos* – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra”.

Nos caminhos de sua busca pela felicidade, sob comando do princípio do prazer, o homem encontra a miséria neurótica. O impossível que Freud situa no campo do princípio do prazer incide no homem como *pathos*, de modo que o sujeito que ele nos apresenta parece ser um sujeito fadado ao sofrimento, já que condenado a buscar uma felicidade que está sempre mais além. Faça o que fizer, escolha o que escolher, jamais ela será, de fato, alcançada: “nenhum desses caminhos nos leva a tudo que desejamos”. Que saída para este sujeito?

O sincero pessimismo da formulação freudiana aturde os ouvidos dos homens de seu tempo, e mais ainda os de nosso. Se a psicanálise não promete a felicidade, para que ela *serve*, então? Constituídos em um mundo onde a felicidade é direito assegurado, parece ser cada vez mais difícil ler aquilo que as palavras de Freud dizem, sua originalidade, aquilo que – acreditamos – faz da psicanálise propriamente uma ética: diante do impossível que marca a busca da felicidade – e que não a elimina – cabe a cada sujeito escolher o seu caminho, descobrir de que modo específico pode ser salvo.

Mas isso significaria, em alguma medida, ser feliz? Haverá alguma felicidade possível, para este sujeito que Freud inaugura? Esta interrogação toca, justamente, naquilo que a

psicanálise oferece como resposta ao que se coloca como demanda de felicidade – sua ética – e é ela que está no horizonte deste trabalho.

Tendo em mente a correlação estabelecida por Freud entre a busca da felicidade e a constituição psíquica do sujeito que ele funda, traçamos os caminhos que deram destino a esta pesquisa. No capítulo 1 “A felicidade como programa do princípio do prazer: um sujeito do conflito”, a constituição do sujeito de que nos fala Freud é abordada a partir do texto de 1895, o “Projeto para uma psicologia científica”.

Devidamente guiados pela releitura lacaniana do “Projeto...”, tanto n’*O Seminário livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (LACAN, 1954a/55), quanto *O Seminário livro 7: A ética da psicanálise* (LACAN, 1959/60a), buscaremos demonstrar, através dos caminhos que Freud percorre para construir seu aparelho neuronal, os paradoxos que atravessam a constituição desse sujeito que se inaugura com a psicanálise, e como isso se apresenta em sua busca pela felicidade.

Talvez por ser o primeiro este capítulo traga a indicação precisa do caminho perseguido em cada um dos capítulos seguintes. O destaque dado ao funcionamento autônomo da máquina sob comando do princípio do prazer – seguindo a formulação freudiana (1930[1929]) de que a busca da felicidade nos é imposta por este princípio – anuncia o paradoxo da felicidade que é por aí buscada.

O segundo capítulo vem tratar diretamente dessa paradoxal felicidade a que levaria o programa do princípio do prazer, num sujeito acossado pela força constante da pulsão. Em “A felicidade como satisfação pulsional: um sujeito da pulsão”, vamos, a partir de uma passagem pelos quatro termos da pulsão enumerados por Freud n’ “A pulsão e seus destinos” (1915), juntamente com Lacan principalmente em *O Seminário livro 7: A ética da psicanálise* (LACAN, 1959/60a) bem como em *O Seminário livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (LACAN, 1964a), apontando para a especificidade de um sujeito que tem na pulsão o seu móvel.

Em nossa abordagem do texto freudiano, bem como dos conceitos que lá se engendram, somos atravessados pela palavra de Lacan. Em seu retorno a Freud, ele nos mostra reiteradamente que “não foi apenas com uma única tirada que Freud prosseguiu o caminho cujas balizas nos deixou” (LACAN, 1959/60a, p.112), de modo que procuramos não nos deixar capturar por delimitações fechadas e cronológicas<sup>13</sup> dos conceitos que ele articula e retoma ao longo de seu percurso.

---

<sup>13</sup> Tal como aquela que divide a obra freudiana entre antes e depois de 1920. Ao optarmos por essa forma de leitura do texto freudiano, não se trata de desconsiderar a importância de certos pontos de corte em sua obra, mas

O leitor que nos acompanha irá se deparar, por exemplo, no seio de nossa explanação do “Projeto...”, logo no primeiro capítulo, com teorizações freudianas de diferentes momentos de sua obra, tais como: *A interpretação dos Sonhos* (1900), a “Pulsão e seus destinos” (1915) e principalmente o “Além do princípio do prazer” (1920). Também no segundo capítulo, embora seja o artigo metapsicológico de 1915 que nos sirva de base para abordar o conceito de pulsão, as idéias nele contidas são cotejadas com aquelas de textos como “Os três ensaios para uma teoria da sexualidade” (1905), “Além do princípio do prazer” (1920) e “O problema econômico do masoquismo” (1924a), entre outros.

O terceiro capítulo parte da indicação de Lacan (1959/60a, p.350) de que a felicidade é algo que se demanda. Em “A felicidade como demanda: um sujeito do significante”, tomamos como norte a constituição do sujeito no significante, para reencontrarmos a reflexão sobre a resposta da psicanálise à demanda de felicidade. Neste ponto, além do seminário da Ética, que nos acompanha ao longo de todo o percurso, trabalhamos principalmente a partir do *Seminário livro 5: As formações do inconsciente* (LACAN, 1957/58a), alguns escritos a ele contemporâneos, bem como *O seminário livro 8: A transferência* (LACAN, 1960b/61).

Já no primeiro capítulo, a paradigmática experiência de satisfação (FREUD, 1895a/1950, 1900, 1911) nos permite ilustrar o momento mítico inaugural de instauração do psiquismo humano, desde o início, em sua relação fundamental com o Outro. Neste terceiro e último capítulo, tiraremos as conseqüências do fato de que o homem deve se constituir na linguagem, de que ele deve situar suas necessidades no campo da demanda, o que funda, de um só golpe, o sujeito e o objeto perdido de sua satisfação.

Freud não hesita em dar lugar ao impossível na busca de cada homem pela felicidade, e ousamos afirmar ainda que é justamente ao dar-lhe lugar que ele pode construir os fundamentos deste sujeito de que falamos em psicanálise. Aquilo que incide no sujeito como *pathos* é, por outro lado, o ponto mesmo que franqueia a sua existência de sujeito. Ao final deste trabalho, faremos algumas considerações sobre a questão ética que se coloca para este sujeito que Freud inaugura – sujeito do conflito, sujeito da pulsão, sujeito do significante – uma vez que tenha escolhido passar pela dura experiência de uma análise.



# CAPÍTULO 1

## A FELICIDADE COMO PROGRAMA DO PRINCÍPIO DO PRAZER: UM SUJEITO DO CONFLITO

“Ah, bem melhor seria  
Poder viver em paz  
Sem ter que chorar  
Sem ter que sofrer  
Sem ter que querer  
Sem ter que se dar (...)”.

Vinícius de Moraes e Baden Powell,  
Tempo de amor.

## O germe freudiano

“O *Entwurf* é extremamente revelador de uma espécie de embasamento da reflexão freudiana. Seu evidente parentesco com todas as formulações de sua experiência, que em seguida Freud foi levado a produzir, torna-o verdadeiramente precioso” (LACAN, 1959/60a, p.48).

É impressionante que um texto como o “Projeto para uma psicologia científica” (FREUD, 1895a/1950) tenha sido esquecido pelos psicanalistas que sucederam Freud. Em uma atitude de obediência ao fundador da psicanálise, que teria renegado este texto – mas que ao invés de dar um fim a ele, deixou-o reservado em uma gaveta –, até Lacan, poucos haviam se debruçado sobre este tão rico trabalho de Freud.

Como forma de introduzir o paradoxo que marca o sujeito movido pelo princípio do prazer em sua busca de felicidade, escolhemos trabalhar a partir do aparelho neuronal do “Projeto...” Fazê-lo nos dá a chance de, logo de início, ter um panorama geral do modo de funcionamento do sujeito tal como Freud o inaugura. O “Projeto...” é a primeira tentativa de Freud de dar conta do que se apresenta para ele em sua clínica, de sua experiência mais direta com a histérica, cujo sintoma se manifesta, ele observa, sob a forma de uma “*compulsão* exercida por idéias *excessivamente* intensas” (FREUD, 1895a/1950, p.401, grifos do autor): é do sintoma e sua recusa em ceder, sua inércia peculiar, seu caráter aparentemente irreversível, que Freud parte (LACAN, 1959/60a).

Em busca de felicidade, o homem encontra a miséria neurótica. Esse engodo em que está metido o neurótico, Freud supõe, tem algo a ver com sua constituição, com a forma com que lida com as quantidades que invadem seu sistema nervoso. É assim que ele constrói “mito energético” (LACAN, 1954a/55, p.101), essa “máquina louca” (COSTA-MOURA, 2009), radicalmente não adaptada e marcada por um conflito que lhe é próprio. Mais que isso, o conflito é, veremos, a via única pela qual a existência do próprio aparelho como tal – e inclusive a manutenção da vida – é assegurada.

Como sugere Lacan, em sua releitura do “Projeto...”, “tomaremos a biologia por antífrase. A biologia freudiana nada tem a ver com a biologia. Trata-se de uma manipulação de símbolos no intuito de resolver questões energéticas” (LACAN, 1954a/55, p.100). Pensaremos este aparelho e seus princípios reguladores, portanto, antecipando o passo que Freud daria em 1900, em *A interpretação dos sonhos*: não se trata de fazer corresponder os sistemas a diferentes localizações anatômicas (FREUD, 1900, p.567), mas de trazer à luz um

certo modo de operar do neurótico, a partir da retomada de alguns pontos da ficção teórica forjada por Freud, que permitam ilustrar esse funcionamento.

Buscando dar ouvidos ao que a medicina de seu tempo não pôde enxergar, Freud lança mão de toda uma gama de conceitos e princípios da física, assim como da própria biologia e da medicina de sua época, para dar a eles uma nova dimensão a partir de sua elaboração e manipulação peculiares, que se revelarão solo fértil para o nascimento de um campo de saber que não se reduziria a nenhum outro, a psicanálise. Como nos diz Lacan, o que Freud apresenta aí é

“(…) a ordem simbólica, em suas estruturas próprias, em seu dinamismo, no modo particular pelo qual ela intervém para impor sua coerência, sua economia autônoma ao ser humano e à sua vivência. É através disso que lhes designo a originalidade da descoberta freudiana” (LACAN, 1954a/55, p.150).

Guardemos essa brilhante fala de Lacan, pois que ela condensa o que almejamos neste capítulo ilustrar, a partir do texto freudiano de 1895. Nosso objetivo não é de modo algum fazer uma exposição exaustiva e minuciosa dos diferentes desenvolvimentos que Freud apresenta em seu aparato neuronal. Buscamos, ao contrário, pinçar desse texto tão fértil o que consideramos essencial para nossa investigação – que parte da busca da felicidade para encontrar o sujeito inaugurado por Freud – na tentativa de circunscrever de que forma esta *economia autônoma* impõe ao homem uma busca que é marcada por uma impossibilidade radical.

### **A onipotência da quantidade: o automatismo, a consciência e o princípio do prazer**

Uma vez que a felicidade “constitui um problema de economia da libido” (FREUD, 1930[1929], p.91), como afirmara Freud no trecho extraído e destacado por nós de “O mal-estar na civilização”, nada mais justo que enfatizarmos, ao longo deste percurso que nos propusemos a fazer, a relevância do fator econômico, ou, nos termos do texto que trataremos de trabalhar agora, do fator quantitativo. A escolha deste texto se justifica não apenas pela riqueza do que comparece nele como formulação embrionária – cada uma delas retomada e desenvolvida por Freud no caminhar de sua construção teórica – mas antes e principalmente,

na ênfase concedida a uma certa concepção quantitativa que impõe sua presença no sujeito, fazendo efeitos.

O “Projeto...” (1895a/1950) é um trabalho minucioso de Freud, que tem por objetivo situar a psicologia no âmbito da ciência, através da representação dos “processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas materiais especificáveis” (FREUD, 1895a/1950, p.347). Trata-se de construir uma máquina que funciona no homem e que lhe impõe certas formas de funcionamento automáticas, para as quais ele será chamado a tomar posição, só depois, nisso que já se arranja antes mesmo dele tomar consciência disso. Isso se revela de suma importância num trabalho que se propõe a pensar de dentro da psicanálise a questão da busca humana pela felicidade, destacando a partir de sua concepção de sujeito os paradoxos que marcam essa busca. Vejamos como, retomando brevemente a apresentação dos sistemas desse aparato neuronal, a fim de destacar alguns pontos essenciais do texto, os pilares que o sustentam.

Logo de início, Freud nos apresenta os dois teoremas principais de sua psicologia para neurólogos: a concepção quantitativa (FREUD, 1895a/1950, p.347) e a teoria do neurônio (FREUD, 1895a/1950, p.349). O aparelho que se apresenta com base nesses teoremas se caracteriza, inicialmente, por seu caráter puramente reflexo. É uma “quantidade em estado de fluxo” (FREUD, 1895a/1950, p.348), que circula justamente pelas unidades materiais – os neurônios – em direção à descarga, definida como função primária do aparelho (FREUD, 1895a/1950, p.349).

Segundo Lacan (1954a/55, p.101), pensar o organismo humano em termos de homeostase, de retorno a um ponto de equilíbrio, era algo que fazia parte do espírito do pensamento da época de Freud. Assim, toda a estrutura do sistema nervoso elaborada por Freud teria como finalidade manter afastada a quantidade, enquanto sua função seria descarregá-la (FREUD, 1895a/1950, p.358). Esse é o funcionamento primário do aparelho, marcado e regido pelo que Freud chama “princípio da inércia neuronal” (FREUD, 1895a/1950, p.348).

A quantidade proveniente do mundo externo chegaria ao aparelho por intermédio de neurônios do sistema  $\phi$  (*Phi*), sistema de percepção. Os neurônios da extremidade deste sistema contariam com “telas protetoras” (FREUD, 1895a/1950, p.358), efetuando uma espécie de “filtragem” (LACAN, 1954a/55, p.140) da quantidade que irromperia no sistema. Assim, esse sistema se resguarda de aumentos bruscos de quantidade, deixando que apenas uma pequena parte da quantidade penetre nos neurônios, sendo descarregada pelos neurônios motores, obedecendo à função primária do aparelho.

O sistema seguinte é o sistema  $\psi$  (*Psi*), sistema de memória. Seus neurônios têm barreiras de contato ativas, o que significa que eles se alteram permanentemente com a passagem da quantidade, de modo que quantidades menores ou iguais às que passaram anteriormente não encontrarão resistência em seu escoamento – é o que Freud chamou facilitação ou trilhamento, a *Bahnung*<sup>14</sup> (FREUD, 1895a/1950, p.352). Há ainda um terceiro sistema, o único capaz de dotar as puras quantidades que circulam no aparelho de um signo de qualidade – é o sistema  $w$  (*Ômega*), aquele que transforma tudo que seria pura quantidade em sensação, tais como as sensações de prazer e desprazer (FREUD, 1895a/1950, p.351-361) .

Este é o primeiro ponto que merece destaque em nossa apreciação do “Projeto...”. O aparelho que Freud constrói aí já é um aparelho onde a consciência aparece só depois. Tudo o que ele nos apresenta de início – sob a forma dos sistemas  $\phi$  (sistema de percepção) e  $\psi$  (sistema de memória) se caracterizaria por lidar apenas com quantidades em deslizamento. Ao descolar pensamento e consciência, Freud inaugura um novo sujeito, um sujeito que não cabe mais nos moldes cartesianos. Pois, como não ver aí, nesse ponto tão primitivo de sua obra, algo que já nos encaminha para o que virá a ser o sujeito do inconsciente? É o que ele nos diz:

“Imediatamente passamos a compreender um *postulado* que nos tem orientado até aqui. Estivemos tratando os processos psíquicos como algo que pode prescindir da consciência, como algo que existe independentemente dela” (FREUD, 1895a/1950, p.360, grifo nosso).

Freud alarga a dimensão psíquica, podemos afirmar, já no “Projeto...”. Ao nos apresentar o funcionamento mental marcado por um desconhecimento fundamental daquele de cuja mente falamos, Freud já anuncia a radicalidade do que está por vir com o advento da psicanálise, com a inauguração do inconsciente como realidade psíquica. É nada menos que um *postulado* em sua teoria, ele nos diz.

Ao abordar o psiquismo nesses termos, Freud coloca em evidência e, ainda, traz para o primeiro plano, uma certa dimensão automática do funcionamento humano. Pois neste aparelho, a consciência não se exerceria em nenhum dos dois sistemas onde se dá grande parte do desenvolvimento de Freud acerca dos processos psíquicos. Como diz Lacan

---

<sup>14</sup> Voltaremos ao conceito de *Bahnung* mais adiante, utilizando tanto o termo em alemão quanto os termos facilitação - tradução sugerida pela edição Standard das Obras completas de Freud - , trilhamento e trilhagem - como nos sugere Lacan (1954a/55; 1959/60a).

(1954a/55, p.66), esta é uma máquina que prescindem da atividade de um sujeito da consciência, a quem até então, na época de Freud, se supunha uma certa autonomia. É desse sujeito que Freud nos apresenta que falamos em psicanálise, e é a partir dele que pensamos a busca humana pela felicidade.

A consciência na máquina freudiana se faz em um terceiro sistema, o  $w$ , que ao contrário dos dois primeiros, não seria diretamente afetado pela passagem ou pela magnitude da quantidade – quantidade esta que, vale lembrar, é um dos teoremas<sup>15</sup> que sustentam sua teoria:

“A consciência nos dá o que se convencionou chamar de qualidades – sensações que são diferentes numa ampla gama de variedades e cuja diferença se discerne conforme suas relações com o mundo externo. Nessa diferença existem séries, semelhanças, etc., mas na realidade, ela não contém nada de quantitativo” (FREUD, 1895a/1950, p.360).

É apenas por intermédio do sistema  $w$  que o sujeito teria notícias do que se passa em seu aparelho neuronal. Como se trata, pela consciência, de receber notícias do que se passa não apenas no interior do organismo – por intermédio de  $\psi$  – mas também do mundo externo – por intermédio de  $\phi$ , e daí para  $\psi$  –, é preciso supor alguma relação entre os dois sistemas que lidam diretamente com a quantidade, e o sistema da consciência.

O “período” (FREUD, 1895a/1950, p.362), conceito tomado de empréstimo da “mecânica dos físicos” (FREUD, 1895a/1950, p.362), seria esse elo. Não se trataria da passagem da quantidade em si – como ocorre nos sistemas  $\phi$  e  $\psi$ , a quantidade passando de um neurônio a outro de acordo com a resistência de suas barreiras de contato – mas de uma espécie de vibração, de “natureza temporal” (FREUD, 1895a/1950, p.362), de algo que chega em  $w$  dos processos quantitativos e que “é transmitido a todas as direções, sem inibição, como se fosse um processo de indução” (FREUD, 1895a/1950, p.362).

Pois bem, Freud nos diz ainda que nem tudo disso que ocorre nos dois sistemas chega à consciência, ou em outras palavras, nem todo período se faz sentir<sup>16</sup> em  $w$ . De  $\psi$ , apenas seus “desvios” (FREUD, 1895a/1950, p.362) se fazem sentir, uma vez que ele é caracterizado por um tipo de período que Freud qualifica como *monótono* (FREUD, 1895a/1950, p.362). Mais precisamente, de tudo que ocorre em  $\psi$ , “o sujeito não recebe em sua consciência, diz-

<sup>15</sup> O outro é a teoria do neurônio, as unidades materiais por onde a quantidade deve escoar.

<sup>16</sup> “Se fazer sentir” aí deve ser entendido como se fazer presente sob a forma de sensação em  $w$ .

nos Freud, outros sinais que não sejam sinais de prazer ou de pena<sup>17</sup>” (LACAN, 1959/60a, p.45/6).

Este é o segundo ponto que nos interessa destacar, ponto que não deixa de ser consequência direta do que apontamos anteriormente, ao assinalarmos nessa máquina o caráter automático dos processos mentais que Freud nos apresenta. O prazer e o desprazer seriam efeitos de processos de pensamento, processos estes que ocorreriam no aparelho em detrimento da consciência do sujeito. A série prazer-desprazer aparece no texto de 1895 também como que derivando de uma dimensão quantitativa autônoma. Enquanto os sistemas de percepção ( $\phi$ ) e memória ( $\psi$ ) seriam movidos apenas pelo aumento e diminuição da quantidade, o sistema *ômega* ( $w$ ) – sistema das qualidades – transformaria o que seria a incidência de uma quantidade bruta em sensações.

Examinar a forma como o prazer e o desprazer aparecem no “Projeto...” nos parece de suma importância inclusive para pensarmos a própria concepção de prazer e desprazer que Freud nos apresenta ao longo de sua obra, e que se revelará<sup>18</sup>, no final das contas, extremamente problemática e paradoxal.

A idéia de que o desprazer estaria ligado a um acúmulo de tensão e o prazer, à sua descarga, é tributária dessa primeira tentativa de apreender os fenômenos psíquicos em termos quantitativos, dessa “primeira contenda de Freud com o próprio *pathos* da realidade com a qual ele lida em seus pacientes” (LACAN, 1959/60a, p.50). Reencontramo-la ao longo de sua obra, como por exemplo, no artigo metapsicológico das pulsões:

“(...) os sentimentos desagradáveis estão ligados a um aumento e os agradáveis a uma diminuição do estímulo. Preservaremos cuidadosamente, contudo, essa suposição em sua atual forma altamente indefinida, até conseguirmos, caso possível, descobrir que espécie de relação existe entre prazer e desprazer, por um lado, e flutuações nas quantidades de estímulo que afetam a vida mental, por outro” (FREUD, 1915, p.126).

Deste trecho, é importante destacar o caráter de indefinição que Freud reconhecia nessa relação entre quantidade e sensação, o que já se fazia presente – vimos – desde o

---

<sup>17</sup> Entendemos que Lacan utiliza o termo “pena” como penar, sofrer.

<sup>18</sup> É isso que Freud retoma em 1920 com “Além do princípio do prazer” e ainda de forma mais radical com “O problema econômico do masoquismo” (1924a). A compreensão freudiana do prazer/desprazer em termos econômicos será problematizada principalmente em nosso segundo capítulo, “A felicidade como satisfação pulsional: um sujeito da pulsão”, onde o conceito de pulsão será posto em evidência.

“Projeto...”. De todo modo, Freud sabia que para avançar no conhecimento, era necessário suportar um certo grau de indefinição nos conceitos. E, de fato, foi partindo do que se dispunha para pensar na medicina de sua época que Freud pôde construir algo novo, algo que não se reduzia a nenhum outro campo de saber, a psicanálise.

Lacan aponta o embaraço de Freud em localizar neste aparelho quantitativo o fenômeno da consciência (LACAN, 1954a/55, p.63). De fato, a noção de “período” seria uma tentativa de sair desse embaraço, deixando a consciência – e com ela as sensações da série prazer e desprazer – ao mesmo tempo, fora e dentro da concepção quantitativa. Colocar a quantidade em primeiro plano foi a forma encontrada por Freud para tentar apreender em conceitos o que a ele se apresentava na realidade da histeria, correspondendo a sua “experiência vivida mais imediata” (LACAN, 1959/60a, p.41). Tal forma acabou se firmando no que conhecemos como o ponto de vista econômico da metapsicologia freudiana.

A questão que se coloca, a seguir, é mais precisamente a do princípio do prazer. O editor inglês nos avisa, quando justifica a importância deste trabalho na obra freudiana, do caráter apenas secundário deste princípio que virá a se tornar “onipotente” (STRACHEY, 1895, p.344) na vida mental. No entanto, é este texto que tomamos como base para pensar o funcionamento mental regido pelo princípio do prazer, pois que é justamente aqui que podemos situar as origens paradoxais deste que será o princípio dominante da vida mental.

Lacan aponta que o princípio do prazer não é algo que Freud deduz de sua teoria, mas que está justamente nos teoremas principais que fundamentam o funcionamento de seu aparelho, “visto que em sua época se pensa nesse registro aí” (LACAN, 1954a/55, p.85). Lacan se refere ao registro da homeostase, da idéia de que todo sistema deve voltar a um certo ponto de equilíbrio, e que Freud localiza em seu sistema sob a forma do “princípio da inércia neuronal” (FREUD, 1895a/1950, p.348). Veremos como Freud parte de um princípio de inércia para justamente construir um aparelho onde esta jamais é alcançada.

É partindo de uma espécie de *onipotência da quantidade* que Freud chega a deduzir o princípio de prazer, em primeiro lugar, como nos aponta Lacan, identificado a um princípio de inércia, princípio este que domina o funcionamento mental:

“Trata-se essencialmente de tudo o que resulta dos efeitos de uma profunda tendência à descarga, em que a quantidade é destinada a escoar-se. Esta é a perspectiva na qual nos é inicialmente articulado o funcionamento do princípio do prazer” (LACAN, 1959/60a, p.39/40).



A tendência primária à descarga, que moveria o aparelho nessa dimensão automática e autônoma – isto é, de forma independente da consciência ou da vontade do sujeito – é correspondida, no plano do que chega à consciência, ao que seria experimentado como prazer ou desprazer. Dito de outro modo, se o que o aparelho visa em seu automatismo de base é neutralizar a tensão, desfazer-se dela o mais rápido possível, manter-se em um estado de não estimulação, isso faz com que o que se experimenta como prazer seja identificado a uma baixa de quantidade, enquanto o desprazer, a um aumento. Nas palavras de Freud:

“Já que temos um certo conhecimento de uma tendência da vida psíquica a evitar o desprazer, ficamos tentados a identificá-la com a tendência primária à inércia. Nesse caso, o *desprazer* teria que ser encarado como coincidente com o aumento do nível de  $Q$ . *ou com um aumento da pressão quantitativa: equivaleria à sensação  $w$  quando há um aumento da  $Q$  em  $\psi$* <sup>19</sup>. O prazer corresponderia à sensação da descarga” (FREUD, 1895a/1950, p.364, grifos nossos).

A série prazer-desprazer é agregada ao que já seria uma operação puramente quantitativa do sistema, e é a ela correspondida. Mas se como Freud nos apresenta de início, o princípio de inércia domina inteiramente o funcionamento do aparelho, tudo nesse sistema operaria para reencontrar o repouso, isto é, para manter-se livre da quantidade. Pelo princípio de inércia trata-se de manter-se livre – livre mesmo – da quantidade. Nesse sentido, o princípio do prazer seria, em última instância, que “cesse o prazer” (LACAN, 1954a/55, p.112). Neste ponto, cabe perguntarmos, por que não é assim que acontece? “Se o sistema nervoso é destinado a alcançar uma posição de equilíbrio, por que será que não consegue?” (LACAN, 1954a/55, p.87). Por que a inércia não se faz possível?

Somos levados assim ao que Freud reconhece, desde 1895, como aquilo que rompe com uma inércia ideal e demanda trabalho. E uma máquina que deve realizar um trabalho não pode ser regida apenas pela inércia, uma vez que isso exige um gasto, um dispêndio. A passagem destacada do texto freudiano nos fala que a sensação de prazer em  $w$  é antecedida por um “aumento da pressão quantitativa” (FREUD, 1895a/1950, p.364) em  $\psi$ . Como explicar esse aumento, uma vez que tudo nesse aparelho estaria orientado para neutralizar a quantidade?

---

<sup>19</sup> Trabalharemos este ponto quando colocarmos em cena a incidência dos estímulos endógenos, no tópico que segue.

Responderemos a esta pergunta tomando como central a entrada em cena dos estímulos endógenos. Em nossa opinião, esse é o ponto que dá fundamento a todo desenvolvimento do aparelho neuronal tal como Freud o constrói, marcado por um conflito de base, que desde já, podemos anunciar<sup>20</sup>: o de uma tendência fundamental e automática à inércia – tendência primária –, e de algo que a interrompe, *die Not des Lebens*, o estado de urgência da vida como tal. Este cruzamento, veremos ao longo deste capítulo, não é sem consequências, uma vez que a entrada em cena das exigências da vida muda para sempre o curso do que seriam os processos psíquicos orientados pela inércia<sup>21</sup>. Instaura o que seria uma função repetitiva (LACAN, 1954a/55, p.85) do princípio do prazer – para além da restituidora (LACAN, 1954a/55, p.82) – e coloca em cena todos os embaraços que Freud encontra em uma máquina que revela ser, em última instância, uma máquina de alucinar. Vejamos como.

### **Um prenúncio da pulsão: o obscuro que ilumina os caminhos trilhados por Freud**

“É verdade que, além dos estímulos externos, existem excitações endógenas, mas a natureza dessas excitações não é objeto de muitas considerações. As ‘pulsões’ são apenas entidades indefinidas, que mal recebem um nome” (STRACHEY, 1985/1950, p.343).

É no mínimo curioso para o leitor encontrar na nota do editor introdutória à leitura do “Projeto...” tal observação, destacada por nós como abertura para este tópico. É esta a importância dada, pelo editor que nos apresenta o texto, aos estímulos endógenos. Uma pergunta se coloca, imediatamente após a leitura deste trecho: quando na obra de Freud as pulsões encontram a luz e deixam de ser marcadas pela indefinição? E ainda, será que podemos afirmar que, no “Projeto...”, se trata de algo cuja importância se revela de forma evidente? Nosso objetivo aqui é mostrar como são essas ditas entidades mal definidas que justamente definem a estrutura que Freud dará a este primeiro e já tão preciso modelo do funcionamento mental humano.

<sup>20</sup> Esta é uma das dimensões de conflito, de oposição fundamental que localizamos já no “Projeto...” (1895). Esta alusão, no “Projeto...”, ao que viria a ser o segundo dualismo pulsional (FREUD, 1920) será retomada quando tratarmos da primeira vivência de satisfação.

<sup>21</sup> Cabe deixar claro que pensar o aparelho psíquico regulado *apenas* pela inércia e *ainda* não acossado pelas estimulações endógenas é tão somente uma ficção teórica, da qual lançamos mão para fundamentar nosso ponto de vista.

Lacan nos fala que “a obra de Freud mostra muito bem que só se pode avançar no campo empírico a partir de uma conceitualização que é a cada instante retomada e enriquecida” (LACAN, 1954a/55, p.123). De fato, Freud mostra isso a cada passo de seu percurso, a cada novo texto que se põe a escrever, a cada idéia que se presta a perseguir. Ele se mostra fiel às suas inquietações, às suas questões, e avança a partir delas, constituindo o que viria a se tornar uma nova práxis, a psicanálise.

Recortamos da obra freudiana uma passagem que, acreditamos, vai de encontro ao que afirma o editor, ao mesmo tempo em que demonstra a forma com que Freud lida com o avanço dos conceitos. Sobre a pulsão, afirmamos – com Freud – que sua obscuridade jamais impediu que a teoria avançasse a partir dela, e muito menos declinou sua importância, mesmo em um texto como o “Projeto..”:

“As mais abundantes fontes dessa excitação interna são aquilo que é descrito como os ‘instintos’ [pulsões] do organismo, os representantes de todas as forças que se originam no interior do corpo e são transmitidas ao aparelho mental, desde logo o elemento *mais importante e obscuro* da pesquisa psicológica” (FREUD, 1920, p.45, grifos nossos).

Este trecho foi recortado do texto de 1920, “Além do princípio do prazer”, que retoma muitas das idéias contidas no “Projeto...” – como bem nota o editor (STRACHEY, 1920, p.15). Vemos Freud apontar aí para as fontes endógenas de estimulação como justamente o que move e sustenta toda a sua pesquisa analítica, o que, acreditamos, já comparecia de forma maciça em um texto ancestral como o “Projeto...” .

É, portanto, da leitura do “Projeto...” que encontramos convicção para afirmar a extrema importância deste conceito no desenvolvimento do sistema nervoso fantástico que Freud nos apresenta, uma vez que é a evidência de sua presença que o leva ao desenvolvimento de um aparelho marcado por sucessivas oposições, onde um sistema vem para obstruir a ação do outro, para funcionar como rolha, “tampão” (LACAN, 1954a/55, p.143, 151), interrompendo aquilo que seria o fluxo contínuo das quantidades em direção à descarga. Desde os neurônios, os sistemas, até os princípios reguladores desses sistemas: tudo parece levar à idéia de uma oposição fundamental, na medida em que é essa oposição que sustenta a própria existência do aparelho enquanto tal.

A importância dos estímulos endógenos no desenvolvimento do aparelho psíquico se revela, ainda, nessa retomada que faz Freud em 1920 de premissas que inaugurara no “Projeto...”. Impossível ignorar os ecos que se fazem ouvir no “Além do princípio do prazer”, de idéias que haviam sido o ponto de partida de Freud em sua formulação do aparelho neuronal no “Projeto...”. Vinte e cinco anos separam esses dois textos, e o que ficou consagrado como a “virada dos anos 20” parecia já estar anunciado sob a forma curiosa com que se delineou o aparato neuronal do “Projeto...”.

O aparelho de Freud seria apenas um aparelho reflexo, – mero entra e sai de quantidades – não fosse a presença de uma certa fonte de estimulação endógena, para a qual não há telas de proteção<sup>22</sup> – que demanda dessa máquina que se efetue uma alteração eficaz no mundo externo.

“Estes [os estímulos endógenos] exigem muito mais do sistema nervoso, fazendo com que empreenda atividades complexas e interligadas, pelas quais o mundo externo se modifica de forma a proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. *Acima de tudo, obrigam o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, pois mantêm um fluxo incessante e inevitável de estimulação*” (FREUD, 1915, p.126, grifos nossos).

Esta passagem do texto “A pulsão e seus destinos” ilustra bem o problema que Freud encontra nas bases da formulação de seu aparelho neuronal, e que não o abandona ao longo de sua investigação. A consequência da existência de estímulos de origem endógena se faz sentir simultaneamente em ambos os teoremas principais da psicologia para neurólogos. Isso porque, de um lado, do ponto de vista da quantidade, não poderá se manter a inércia, o aparelho não poderá se desfazer de toda quantidade que penetra – de maneira filtrada, vale lembrar – pelo sistema  $\phi$ ; e de outro, do ponto de vista do neurônio, sua função primária de descarga deverá ceder lugar à contraditória função de contenção de uma certa quantidade, com vistas à realização da ação específica. É assim que, na articulação teórica de 1895, de um

---

<sup>22</sup> Este ponto de vista é retomado praticamente da mesma maneira por Freud em “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920, p.38), quando ele nos apresenta a construção de um sistema nervoso a partir do exemplo de uma vesícula indiferenciada.

lado, é enunciado o princípio da constância<sup>23</sup>, e de outro, a hipótese das barreiras de contato ativas, que se alteram de forma permanente pela passagem de quantidade em  $\psi$ .

No reino homeostático de um princípio de prazer ideal, eis que surge a pulsão como aquilo que rompe com a inércia e impõe um trabalho, introduzindo no sistema uma série de complicações. Talvez seja justo afirmar que aparelho neuronal só mereça ser qualificado como um “aparelho”, uma vez que deixa de se tratar de um mero fio de condução – onde tudo que entra sai – e passa a se tratar de algo que, não apenas interrompe o fluxo de quantidade, mas também a produz. Não se trata de uma realidade inanimada, o que implica que esse mesmo aparelho guarde em si uma certa quantidade de energia que será gasta, perdida. É o que nos diz Lacan:

“Se o psiquismo tem sentido, se existe uma realidade que se chama a realidade psíquica ou em outros termos, se existem seres vivos, é na medida em que existe uma organização interna que tende, até certo ponto, a opor-se à passagem livre e ilimitada das forças e das descargas energéticas tais como podemos supô-la, de maneira puramente teórica, entrecruzando-se numa realidade inanimada” (LACAN, 1954a/55, p.81).

Freud já havia forjado um aparelho ao interpor uma barreira entre os estímulos externos e o sistema  $\psi$ , por intermédio de  $\phi$ , sistema de percepção que contaria com “telas protetoras” (FREUD, 1895a/1950, p.358). Mas a grande novidade freudiana não é supor a máquina humana como um aparelho homeostático, é afirmar nessa máquina a existência de algo que ao mesmo tempo alimenta e perturba seu funcionamento ideal, onde aquilo que abala é ao mesmo tempo o que constitui e compõe o aparelho em sua complexidade – marcado pela presença constante de uma força que, apesar de endógena, se coloca no reino da homeostase como uma alteridade tão radical quanto constitutiva do sujeito, tal como Freud o concebe. Essa estimulação endógena chega diretamente em  $\psi$  sem intermédio de nenhum escudo protetor:

“Aqui,  $\psi$  está à mercê de  $Q$ , e é assim que surge no interior do sistema o impulso que sustenta **toda** a atividade psíquica. Conhecemos essa força como

---

<sup>23</sup> Esta idéia é retomada por Freud em 1915 e, ainda em 1920, ano em que retoma a idéia do princípio da inércia como princípio de *Nirvana*, ligado à atividade das pulsões de morte. Retornaremos a este ponto no segundo capítulo, no tópico “Os embaraços da economia freudiana: pulsão e princípio do prazer”.

*vontade* – o derivado das *pulsões*” (FREUD, 1895a/1950, p.369, grifo em negrito nosso, grifos em itálico do autor).

É a estimulação endógena que constitui, repito, o impulso que sustenta *toda* a atividade psíquica. É importante lembrar que o aparelho neuronal de Freud vem como tentativa de operar conceitos que dêem conta de sua experiência clínica, vem para responder justamente o que dessa atividade psíquica leva, por exemplo, a uma paralisia histérica – ou, no que buscamos delimitar em nosso trabalho, o que leva o neurótico à busca de uma felicidade inatingível. Nesse ponto, os estímulos endógenos são centrais e Freud nos diz isso de maneira direta, sem rodeios: é, ele nos diz ainda mais uma vez, aquilo que constitui a “*mola mestra* do mecanismo psíquico” (FREUD, 1895a/1950, p.368, grifos do autor), aquilo que submete o aparelho de forma constante à sua ação, que o deixa à sua mercê, e que exige trabalho, colocando o aparelho em movimento.

A maior parte das idéias que desenvolveremos a partir desse ponto se concentra no sistema  $\psi$ , este que constitui a memória do aparelho, que se afeta e se constitui a partir da incidência mesma dessas quantidades que o invadem, o deixando à mercê.  $\psi$  está à mercê do acossamento pulsional em primeiro lugar, mas mais ainda, se tornará também fruto de sua própria incidência<sup>24</sup>, pois que o próprio sistema se constitui enquanto sistema das *Bahnungen*.

Veremos como a constituição dessas *Bahnungen* se faz mediante a presença de um outro, a partir da retomada do que Freud nos apresenta sob a forma da experiência primária de satisfação (FREUD, 1895a/1950, 1900). Assim, tentaremos aproximar os trilhamentos em  $\psi$  do constrangimento que opera o significante, uma vez que o que ambos designam é a constituição de elos, cadeias, caminhos tirânicos por onde a quantidade deverá necessariamente passar para encontrar satisfação. As *Bahnungen* freudianas sob a luz do que Lacan designa pela cadeia significante – o inconsciente estruturado como uma linguagem – uma vez que ambos operam impondo “sua coerência e sua economia autônoma ao ser humano e à sua vivência” (LACAN, 1954a/55, p.150). Antes, porém, um parêntese introdutório, para ilustrar e verificar de que forma isso nos concerne, em um trabalho que parte da busca humana pela felicidade para pensar o sujeito da psicanálise.

---

<sup>24</sup> Já avisamos o leitor que pensar um aparelho movido apenas pelo princípio do prazer, um reino de homeostase psíquica, é tão somente uma ficção teórica. É a própria presença da pulsão que coloca o aparelho no seu funcionamento primário, marcado pela busca da descarga. No capítulo segundo deste trabalho nos voltaremos à questão da pulsão e de sua satisfação e tocaremos na relação entre pulsão e princípio de prazer mais de perto.

## A inércia é interrompida pela vida: ecos do *Além*

“(...) o estado de repouso psíquico foi perturbado (*gestört*) na origem pelas reclamações imperativas das necessidades internas. Segundo essa suposição, tudo parte de um ‘repouso’ original: como se no começo a substância viva fosse, de algum modo, uma substância morta. Eis aí uma imagem que subentende todo o pensamento metapsicológico de Freud porquanto culmina na afirmação da existência de uma pulsão de morte (...)” (SAFOUAN, 1988, p.22).

Freud parece acreditar que bem no início, reinava a paz. Talvez se trate, como bem aponta Lacan, do solo de onde nasce o seu pensamento, do espírito de sua época. Mas o fato é que Freud parece partir disso para rapidamente se afastar. Ou seja, ao mesmo tempo em que a referência à plenitude se faz presente nas elaborações teóricas freudianas, ela serve para apontar para o que não se faz possível, o que não se alcança, o que está para sempre banido do campo do sujeito.

Em diversos dos textos freudianos<sup>25</sup> podemos encontrar, como bem aponta Safouan na passagem que abre este tópico, a idéia de um estado de “repouso original” (SAFOUAN, 1988, p.22), de algo como uma inércia anterior à perturbação das exigências das necessidades da vida. Quase parece que Freud supõe, no início da vida, a morte. De certa forma, ele acaba por colocar a morte como motor da vida com a postulação da pulsão de morte (FREUD, 1920). Mas o que se trata de destacar, a partir da elaboração teórica freudiana, é o seguinte: para chegar à morte, não há atalhos, o homem deve passar pelo *détour* (FREUD, 1920, p.49) dos caminhos da vida.

Esse *détour* (FREUD, 1920, p.49) é marcado pela busca do reencontro do objeto, que garantiria a restauração da suposta plenitude perdida, o retorno a uma espécie de paraíso perdido. Nessa busca, comandado pelo princípio do prazer, o neurótico encontra sua miséria. Há, portanto, um erro. Um engodo no qual está metido o neurótico, fundado nessa busca. Freud parece estar, ao mesmo tempo, dentro e fora desse engodo, uma vez que não está livre dessa busca. Pois é de sua própria posição de neurótico que Freud pode partir, não hesitando em “dar importância àquilo que lhe acontecia, às antinomias de sua infância, (...) aos seus

---

<sup>25</sup> Textos, por exemplo, onde aborda a experiência de satisfação: “Projeto...”. (1895), *A interpretação dos sonhos* (1900), “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental” (1911). E ainda, principalmente, a partir de 1920, com a postulação da pulsão de morte como “expressão da inércia inerente à vida orgânica” (1920, p.47).

sonhos” (LACAN, 1953/54b, p.10). Freud parte do que o acossa, do que o afeta de sua experiência mais direta com a neurose – a sua e a de suas históricas – para fundar e afirmar o campo da prática analítica.

Nesse caminho, Freud encontra e reencontra impasses, embaraços. Sua obra dá a impressão de não avançar em linha reta, mas numa espécie de movimento circular onde ele reencontra, a cada volta, os pontos de impasse, para os quais ele dá soluções tão somente provisórias, na tentativa de avançar em sua investigação. O texto de 1920 nos revela isso num mais alto grau, no que Freud é levado à estranha conclusão de que o princípio do prazer, este que buscaria “a satisfação completa, que consistiria na repetição de uma primeira vivência de satisfação” (FREUD, 1920, p.52), é o mesmo que, em última instância parece “servir às pulsões de morte” (FREUD, 1920, p.74). Como não notar uma estranha familiaridade entre tal formulação e o que apontamos no “Projeto...”, como o princípio de prazer identificado, em primeiro lugar, como princípio de inércia?<sup>26</sup> Eis o paradoxo do princípio do prazer como plano de felicidade, uma vez que se houvesse homem que pudesse levar ao pé da letra seu programa, ele seria levado não a tal satisfação completa, mas à inércia definitiva da morte.

Mas não há apenas o princípio do prazer, assim como não há apenas a pulsão de morte. Em “Além do princípio de prazer” Freud postula a pulsão de morte em sua mescla constitutiva com a pulsão de vida. Esse conflito impõe à vida um certo “ritmo vacilante” (FREUD, 1920, p.51), a constituição psíquica marcada pela oposição fundamental dessas duas forças, cuja conseqüência é um desvio fundamental do caminho original. Nas palavras de Lacan, no seu segundo seminário:

“(...) há sem dúvida um princípio que leva a libido de volta à morte, porém não de uma maneira qualquer. Se a levasse pelos mais curtos caminhos, o problema estaria resolvido. Mas é só pelos caminhos da vida que ele a leva, aí é que está” (LACAN, 1954a/55, p.107).

É a pulsão de vida, nos diz Freud, que faz com que os homens busquem unidades cada vez maiores, a civilização sendo uma das conseqüências da atividade desta pulsão primordial. “*Eros e Ananke* [Amor e Necessidade] se tornaram os pais da civilização humana” (FREUD,

---

<sup>26</sup> Já indicamos a função restituidora (LACAN, 1954a/55) do princípio de prazer tal como o lemos no “Projeto...”. A dimensão repetitiva do princípio prazer será introduzida, ainda, como conseqüência da primeira experiência de satisfação, que trabalharemos a seguir.



1930[1929], p.106), civilização esta onde o homem experimenta um persistente mal-estar. Nos caminhos da vida, o homem busca.

Aí é que está. Nesse movimento de desvio fundamental da pulsão de vida – que é o que constitui a própria vida como tal – Freud situa o surgimento da civilização. E é nela que ele reconhece a terceira fonte de sofrimento (FREUD, 1930[1929], p.85) – fator impeditivo ao plano do homem de felicidade – resultante de uma suposta inadequação das regras éticas que medeiam nossos relacionamentos. A dificuldade que Freud observa na relação do homem com o seu próximo, faz com que ele aponte a ética como “o ponto mais doloroso de toda civilização” (FREUD, 1930[1929], p.145), e se coloque a seguinte pergunta: se a comunidade humana trabalha “com todos e pelo bem de todos” (FREUD, 1930[1929], p.85), como queria o princípio de utilidade benthamiano, por que, afinal de contas, há mal-estar na civilização? Se, como ele afirma

“A palavra civilização descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados animais, e que servem a dois intuítos, a saber: o de proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1930[1929], p.96),

o que acontece que ainda não somos felizes? De que direção pode surgir uma interferência (FREUD, 1930[1929], p.107)? Freud aponta duas direções, que, ao final, acreditamos reduzir-se a apenas uma: de um lado, algo da natureza da própria função e, de outro, a pressão da civilização na renúncia da satisfação pulsional (FREUD, 1930[1929], p.110/1). Trata-se na felicidade – dissemos – de um problema de economia da libido (FREUD, 1930[1929], p.91), e, portanto, da pulsão como desde o início articulada a um circuito que passa pelo Outro para constituir-se como tal no sujeito.

Se em Freud a busca da felicidade é situada no comando do princípio do prazer, com Lacan no seminário *A ética da psicanálise* (1959/60a), podemos situá-la essencialmente no plano da demanda<sup>27</sup>. Isso significa introduzir, de saída, a dimensão de corte que o significante introduz no sujeito, marcando sua origem. O significante operando um constrangimento – como tentaremos mostrar através da *Bahnung* freudiana –, impondo ao sujeito os caminhos por onde sua libido deverá passar na busca da satisfação.

<sup>27</sup> Muito embora no tópico que segue já façamos uma certa aproximação da primeira vivência de satisfação freudiana à mítica “demanda que passa” (LACAN, 1957/58a, p.93), a demanda e a subversão operada pela incidência do significante no campo do humano será o objeto de estudo de nosso terceiro capítulo.

Em nossa leitura do texto freudiano, estivemos até aqui guiados pela releitura de Lacan, como forma de apontar os impasses a que Freud chega e tirar deles suas conseqüências. Continuaremos procedendo dessa maneira, uma vez que consideramos que o sujeito freudiano, este que é marcado por um conflito constitutivo, é o próprio sujeito da linguagem que Lacan introduz. Pois para Lacan o que Freud empreende em 1920 para sustentar um dualismo irreduzível como móvel constitutivo da experiência humana “nada mais é do que aquilo de que falo quando dou destaque à *autonomia* do simbólico” (LACAN, 1954a/55, p.54, grifo nosso). Autonomia esta que, vimos, aparece com toda força no aparelho neuronal do “Projeto...”.

Em seu 5º seminário, *As formações do inconsciente* (1957/58a), Lacan recorre ao que chama de “momento mítico da demanda que passa” (LACAN, 1957/58a, p.93), para explicar a estranha felicidade experimentada no chiste – prazer essencialmente simbólico, produzido no exercício significante. É preciso passar por isso, ele nos diz, nem que seja sob a forma de um esquema, para apreender minimamente o deslocamento por que passa a satisfação da necessidade, uma vez que esta deve ser formulada no campo da demanda.

Interessa destacar aqui, a partir disso que Lacan chama uma “demanda que passa” (LACAN, 1957/58a, p.93), o que *resta* da necessidade colocada no plano da demanda, ou nos termos de Freud no “Projeto...”, o que resta do estado de urgência da vida a partir do encontro com o *Nebenmensch*: aquilo que, efetivamente, não passa. E lança o sujeito na busca do reencontro. Tal é o que estamos tomando como paradigma do sucesso do programa do princípio de prazer, uma vez que é a ele que Freud (1930[1929]) corresponde a busca humana pela felicidade: reencontrar o objeto que outrora garantira a satisfação, objeto este que supostamente apaziguaria todas as tensões e seria capaz de restaurar a inércia perdida.

Sobre este que é um momento tão somente mítico, Lacan nos diz: “uma vez que existe infância, podemos muito bem fazer refugiar-se nela a demanda que passa” (LACAN, 1957/58a, p.94). É isso que Freud faz, ao nos descrever a experiência de satisfação com o exemplo paradigmático da fome do bebê. Recorremos a ela, pois apesar de ser totalmente inexistente, “nem por isso deixa de ser profundamente verdadeira” (LACAN, 1957/58a, p.93). Freud parte de uma plenitude, para afirmá-la para sempre erradicada do campo mesmo onde o sujeito se constitui. Trata-se da verdade do sujeito narrada em um mito, desse sujeito enquanto sujeito do significante, daquilo que o lança em sua condição desejante, na verdade de sua busca, daquilo que o enraíza em seu destino, na trilha do que é propriamente seu afazer (LACAN, 1959/60a).

### A vivência de satisfação: o sucesso que *teria sido...* mas só depois do *significante*

“Afim de contas, tudo se resume nisso: se Freud introduziu uma nova dimensão em nossa consideração do homem, foi porque – eu não diria que alguma coisa passa a despeito de tudo, mas que alguma coisa que está destinada a passar – o desejo que deveria passar deixa em algum lugar não apenas vestígios, mas um circuito insistente” (LACAN, 1957/58a, p.93/4).

A existência de estímulos endógenos, para Freud, é fruto da evolução das espécies. Um organismo simples precisaria apenas defender-se dos estímulos provenientes do mundo externo. A complexificação do organismo, diz-nos Freud (1985a/1950, 1920), é o que faz com que o próprio elemento somático seja fonte de estimulação, se fazendo sentir como *die Not des Lebens*, “as exigências da vida” (FREUD, 1895a/1950, p.349). O estado de urgência se estabeleceria em decorrência da soma desses estímulos em  $\psi$ , gerando uma propensão à descarga.

O que acontece quando o organismo em questão é um bebê? Partir de um estado de origem nos auxiliará a entender em que consiste toda a atividade primária do aparelho que viemos apresentando até aqui, além de permitir-nos introduzir a dimensão do *significante* como constrangimento, por intermédio do *Nebenmensch*, da “ajuda alheia” (FREUD, 1895a/1950, p.370).

Tanto no “Projeto...” (1895a/1950), como em *A Interpretação dos Sonhos* (1900), a experiência de satisfação é narrada a partir da fome do bebê. O desconforto causado pela pressão das “grandes necessidades” (FREUD, 1895a/1950, p. 348; 1900, p.594) que se colocam como “exigências da vida” (FREUD, 1895a/1950, p.349; 1900, p.594), perturbam o mítico estado de repouso original e demandam do pequeno bebê uma “ação específica” (FREUD, 1895a/1950, p.370; 1900, p.594), ou seja, uma ação que resulte em alteração eficaz no meio externo, capaz de sanar temporariamente isso que se coloca como urgência.

Evidentemente, sabemos da impossibilidade de um bebê de efetuar qualquer ação motora desse tipo, uma vez que conhecemos o caráter de prematuridade biológica em que nasce o ser humano. Mas se de um lado ele é incapaz de executar a ação específica sozinho, de outro, sofre, desde sempre, do acossamento dessa estimulação interna. Seu primitivo aparelho psíquico permite apenas uma resposta reflexa, obedecendo à propensão à descarga que rege o seu funcionamento. Assim, uma descarga motora funciona como “alteração

interna” (FREUD, 1895a/1950, p.370, 1900, p.594), mas não sacia a necessidade da fome, pois que não realiza nenhuma modificação real nas condições do mundo externo.

Freud nota algo que se coloca a partir do corpo como força constante, e que portanto não admite a resposta de fuga, algo que nos permite num ponto tão primitivo em sua obra reconhecer como germe do conflito pulsional de 1920. Pois ele parte de um estado de inércia, perturbado por algo de insistente, as exigências da vida, força interna que demanda um trabalho do psiquismo.

A importância da descarga reflexa, um grito por exemplo, apesar de efetuar apenas uma “alteração interna” (FREUD, 1895a/1950, p.370, 1900, p.594), é destacada por Freud. Na presença de um outro que cuida, o grito do bebê pode adquirir a função secundária de comunicação (FREUD, 1895a/1950, p.370). Este seria o primeiro passo do *détour* em que o homem é lançado, primeiro passo nas complicações dos caminhos da vida. É apenas por intermédio deste outro como semelhante, como próximo, como aquele que cuida – o *Nebenmensch*, ou “ajuda alheia” (1895a/1950, p.370) – que alguma resposta eficaz vai poder ser dada a esta exigência interna de trabalho.

Este é um primeiro ponto que merece destaque em nossa apreciação da experiência de satisfação: a ação específica de que depende a subsistência do próprio aparelho enquanto tal, não pode ser realizada por ele. Mais ainda, ela vem em descontinuidade com o próprio funcionamento primário do aparelho, regulado pelo princípio do prazer, o que pressupõe uma economia que se fundamenta na descarga, e não no trabalho. A presença e intervenção do *Nebenmensch* nesse circuito revelam-se aí em sua importância capital, uma vez que é ele que permite que este aparelho possa durar.

Lacan retoma a experiência de satisfação para nos revelar seu caráter mítico, ideal, mas nem por isso dispensável. É como encontro fundante com uma primeira alteridade, com um outro como suporte do Outro, que a vivência primária de satisfação nos serve de base para pensarmos a instauração do psiquismo humano desde o início submetido ao significante, de cujo encontro poderemos situar a *mola mestra* da atividade psíquica destacada por Freud (1895a/1950, p.368).

A intervenção de Lacan no seminário *A ética da psicanálise* aponta para a real dimensão disso que se coloca do corpo como demanda de trabalho ao aparelho, e que foi traduzido na *Standard* por “grandes necessidades” (FREUD, 1895a/1950, p. 348, 1900, p.594). Em suas palavras:

“(...) *die Not des Lebens*. Fórmula infinitamente mais forte. Alguma coisa que quer. A necessidade (*besoin*) e não as necessidades (*besoins*). A pressão, a urgência da vida. O estado de *Not* é o estado de urgência da vida” (LACAN, 1959/60a, p.61/2).

Desta forma, Lacan dá um passo atrás, nos convidando a cernir a radicalidade do que está em jogo aí, aludindo à brutalidade da intervenção do significante. Em princípio, não se trata de fome, sede, frio, ou qualquer outra coisa. Para o bebê, ainda que miticamente, nesse momento anterior ao encontro com a linguagem, trata-se única e exclusivamente de algo que instaura uma diferença, de algo que faz pressão. E exige uma resposta eficaz.

Freud nos diz que para fazer cessar o estado de urgência da vida é preciso uma ação específica. É muito precisamente de ação que ele fala – e não de reação –, atenta Lacan (1959/60a, p.56), fazendo presente a dimensão de algo que deve romper com o que seria o funcionamento automático do aparelho. Mas Freud é perspicaz em notar que a reação motora do bebê, apesar de não funcionar como ação específica, adquire função de comunicação – na presença imprescindível do *Nebenmensch*. O grito diz alguma coisa para aquele que cuida, lhe dirige uma mensagem. Estamos, portanto, em cheio na dimensão significativa, já com Freud em 1895.

Para além da descarga que possibilita, o grito faz uma “ponte” (LACAN, 1959/60a, p.45), designa um processo interno e permite que o outro – *Nebenmensch* – compareça para nomeá-lo. É o outro que cuida, como ser falante, que vem dizer do pequeno sujeito o que o habita. Do grito, sinal da urgência, a introdução do significante ‘fome’ opera um constrangimento. “Alguma coisa que quer” (LACAN, 1959/60a, p.62)... comer.

O bebê, neste momento primitivo de sua existência, funcionaria como um aparelho reflexo, tendendo à descarga. Sua existência fica desse modo apenas ao outro – *Nebenmensch* – de uma maneira tão radical quanto constitutiva. A máquina humana apenas à intervenção do significante, intervenção problemática, que tem desdobramentos marcantes na constituição do sujeito, reconhecidos por Freud desde 1895. É impressionante ver Freud, no meio de todo seu esforço em fundamentar sua psicologia para neurólogos, afirmar “o desamparo inicial dos seres humanos” como “*fonte primordial de todos os motivos morais*” (1895a/1950, p.370, grifos do autor). Daquilo que constrói como uma economia do humano, Freud faz advir a moral.

Mais tarde ele nos falará da *Ananke*, a necessidade como aquilo que leva o homem a buscar a união com seu próximo, como um dos pais da civilização (FREUD, 1930[1929]),

revelando a tentativa – tão primitiva quanto renovada – do homem de assegurar sua própria existência. Revelando, ao mesmo tempo – uma vez que é do desamparo que surgem os motivos morais – o preço que isso custa em termos de felicidade, pois que Freud reconhece em primeiro lugar na moral social (FREUD, 1908) e, mais tarde internalizada em uma instância moral – supereu (1923) – uma grande parcela do sofrimento humano.

Isso porque, não são apenas os motivos morais que surgem aí, como conseqüência direta da intervenção do Outro na economia humana. Lacan (1957/58a) nos diz que o significante é mobilizado nesse esforço do bebê, nesse grito que de algum modo é endereçado ao Outro, como um chamado. Este significante, que de certa forma viria garantir a satisfação de uma necessidade, é desde o início, um significante que é tomado de empréstimo do Outro. Há nesse encontro algo mais que se impõe, que surge como uma espécie de *resto* dessa operação, algo que sobra do que seria o plano da intenção – alguma coisa que quer... – em seu encontro com a cadeia significante do outro – comer.

Para apreendermos o que constitui esse resto que surge da intervenção significante, lancemos mão mais uma vez do momento mítico da satisfação primeira, para então tentar compreender porque ela só pode existir assim, como mito. Pois, se Freud parte de uma vivência primária de satisfação – primeiro tempo suposto – é justamente para nos dizer que ela está para sempre perdida, banida do campo de um sujeito que se constitui na linguagem – este sendo o segundo tempo, efetivo.

### **A demanda que *não* passa**

Primeiro tempo: o ideal. Neste momento suposto, o Outro de quem o significante é tomado de empréstimo para formular a demanda operaria não uma refração, mas um “prolongamento” (LACAN, 1957/58a, p.96) que permitiria o desfecho plenamente satisfatório que designamos como a primeira vivência de satisfação, se ela pudesse existir.

É como se pudesse haver a “identidade perfeita, a simultaneidade, a superposição” (LACAN, 1957/58a, p.154) da manifestação, isto é, do grito como resposta ao estado interno de necessidade; e da resposta que é dada pelo Outro, na formulação e atendimento da demanda – nesse momento, encarnado pela mãe, suporte do significante. Dito de outra maneira, é como se o significante pudesse comportar a necessidade, traduzi-la plenamente, e assim satisfazê-la. As palavras de Lacan são precisas a esse respeito:

“Se esse momento, que chamo momento primordial ideal, existe, ele deve ser constituído pela simultaneidade, pela coextensividade exata do *desejo*, na medida em que ele se manifesta, e do *significante*, na medida em que ele o porta e o comporta” (LACAN, 1957/58a, p.154, grifo nosso).

É justamente porque não é assim, ou seja, porque o *significante* não pode “portar e comportar” a necessidade – uma vez que ele transforma, subverte, retira a necessidade de qualquer referência ao que seria a natureza biológica do humano a lançando desde sempre em um campo não natural – que há neurose e, ainda, que há psicanálise como prática que dá lugar ao *desejo* como “condição absoluta” (LACAN, 1957/58a, p.395; 1958b, p.636)<sup>28</sup>. Este é o segundo tempo, mais precisamente, este é o tempo onde se desenrola toda a vida do neurótico, que tem no desamparo fundamental a origem de sua vida de sujeito, para sempre marcada pelo *desejo*, de um lado, e pelos “*motivos morais*” (FREUD, 1895a/1950, p.370), de outro. O que destacamos como primeiro tempo mítico só se instaura a partir desse segundo tempo, o tempo em que o *significante* já fez corte, deixando sua marca, que no sujeito incide como *pathos*.

Notamos que Lacan fala, mesmo para se referir a esse momento mítico de origem, de *desejo*. Não acreditamos tratar-se de um lapso, pois que ele busca, a cada vez que trata do humano, ressaltar sua não adaptação, seu erradicação definitivo do mundo animal, “enquanto suas necessidades devem passar pelo desfiladeiro do *significante*” (SAFOUAN, 1988, p.35). Ao usar o termo *desejo* Lacan nos indica, ao contrário do que uma leitura cronológica pudesse evocar, que não há primeiro a necessidade e, depois, pelo atravessamento *significante*, o *desejo*. Ele evidencia o “desvio das necessidades do homem pelo fato de ele falar” (LACAN, 1958c, p.697), apontando que “o próprio exercício de qualquer *significante* transforma a manifestação dessa necessidade” (LACAN, 1957/58a, p.95). O que está implícito nesta passagem é o fato de que não existe nada como um “estado originário nem estado de necessidade pura” (LACAN, 1957/58a, p.227), a necessidade humana está, desde sempre, no *significante*.

Portanto, é ao colocar no início o *significante* que falamos desses dois tempos. O primeiro tempo – a demanda que passa – momento de plenitude mítica referido à vivência de satisfação, momento o qual o neurótico buscaria recuperar como sendo sua felicidade, sucesso absoluto do princípio do prazer, só existe a partir do segundo tempo, o do *significante*

---

<sup>28</sup> Este assunto será abordado mais de perto no terceiro capítulo deste trabalho.

operando e incidindo no sujeito, fazendo corte, impondo seu constrangimento. Trata-se de um sujeito vivo, desde sempre lançado no *détour* dos caminhos da vida, em busca do reencontro de um objeto que não é senão em sua condição de perda.

O exemplo paradigmático da primeira vivência de satisfação nos ajuda a ilustrar a radical desconsideração deste aparelho neuronal em sua base, seja da realidade interna, seja da realidade externa. Trata-se, antes, de um estado de indiferenciação original, onde não haveria eu ou outro, interno ou externo. A presença maciça de algo que pressiona, de “alguma coisa que quer” (LACAN, 1959/60a, p.62) coloca em cena o *Nebenmensch*, o que permite ao primitivo aparelho reconhecer alguma dimensão de diferença. Freud nota a importância desse encontro com o *Nebenmensch*, “o objeto *semelhante* {que} foi, ao mesmo tempo, o primeiro objeto satisfatório [do sujeito], seu primeiro objeto hostil, além da única força auxiliar” (1895a/1950, p.383).

O encontro com uma primeira alteridade – num objeto que ao mesmo tempo satisfaz e denuncia a incompletude – torna possível a articulação simultânea do à-parte e da similitude, da separação e da identidade (LACAN, 1959/60a, p.68). O *Nebenmensch* é, nas palavras de Lacan, aquilo que, do interior do sujeito, o leva para um primeiro exterior (1959/60a, p.68), exterior este que na mesma medida em que se coloca para o bebê, o faz incompleto. É assim que é dada a largada para a busca do reencontro. Trata-se de recuperar algo que, com a introdução do significante, aparece como tendo sido cortado do sujeito, em um mesmo e único ato, colocando-o diante de sua perda e de sua busca. Pois algo se coloca como inapreensível, algo resiste a operação de identidade, se revelando como “*Fremde*, estranho e podendo mesmo ser hostil num dado momento, em todo caso como o primeiro exterior, em torno do que se orienta todo o encaminhamento do sujeito (...) [em relação ao] mundo de seus desejos” (LACAN, 1959/60a, p.69).

*Das Ding* como primeiro exterior é isso. Freud não deixa de notar a presença desse ponto de inassimilável, a partir do primeiro encontro satisfatório com o objeto. Pois no que passa a se tratar de um objeto é porque este objeto se separou do sujeito, revelando-se em seu caráter de alteridade absoluta, ao mesmo tempo em que coloca em cena o próprio sujeito – sujeito em busca. Tal é a condição humana, de onde partimos – com Freud – para situar a questão da busca da felicidade, de saída marcada por uma impossibilidade radical:

“A dimensão significante não é outra coisa, se quiserem, se não aquilo em que se vê aprisionado um animal à procura de seu objeto, de tal modo que a busca desse objeto o conduz a um outro campo de



rastros, no qual essa mesma busca perde seu valor introdutório e se transforma em seu próprio fim” (LACAN, 1962/63, p.78).

Desse modo, podemos afirmar que não há nada natural na busca humana pela felicidade, assim como não há nada natural no humano em si, seja em sua relação com os outros homens, ou com a realidade. A resposta humana ao que seria a dimensão mais básica, a da mais pura necessidade, está desde sempre marcada pela presença fundamental do Outro, em primeiro lugar como outro falante, como ele mesmo sujeito de linguagem.

É isso que a experiência de satisfação nos permite depreender. A partir desse primeiro contato com uma alteridade absoluta, com o *Nebenmensch* tal como Freud o define, advém a satisfação. Mas para além dela, advém também sua marca naquilo que designamos anteriormente como a memória do aparelho, que se faz no sistema  $\psi$ . Os neurônios do sistema  $\psi$  têm barreiras de contato ativas que se modificam permanentemente com a passagem da quantidade pelos neurônios. Desse modo, como resultado da satisfação primeira, fica a marca do percurso efetuado em direção ao objeto adequado, sua trilha, a *Bahnung*, que já podemos aproximar da cadeia significante:

“*Bahnung* evoca a constituição de uma via de continuidade, uma cadeia, e penso até que isso pode ser aproximado da cadeia significante, uma vez que Freud diz que a evolução do aparelho  $\psi$  substitui a quantidade simples pela quantidade mais a *Bahnung*, ou seja, sua articulação” (LACAN, 1959/60a, p.53).

Dado que a força que emana do interior do organismo é constante, e que age em  $\psi$  por soma (FREUD, 1895a/1950, p. 374), a partir de um certo limiar, o estado de urgência se recolocar para o organismo. É a *mola mestra*, apontamos com Freud (1895a/1950, p.368), é o que deixa  $\psi$  à mercê desse acúmulo de Q, instaurando um estado de urgência que dispara *toda* a atividade psíquica (FREUD, 1895a/1950, p.369). E o que seria tal atividade? É o próprio Freud que a designa como *resto*, como resíduo (FREUD, 1895a/1950, p.374) da primeira experiência de satisfação, aquilo que efetivamente *não passa*: a “atração de desejo primária” (FREUD, 1895a/1950, p.374) como compulsão a repetir a primeira experiência de satisfação – movimento próprio do aparelho, que impõe ao homem sua “economia autônoma” (LACAN, 1954a/55, p.150) – a quantidade tendendo a escoar pelas mesmas vias anteriores, em direção ao (re)encontro do objeto que eliminou a tensão e proporcionou a satisfação.

Regulado pelo que é seu funcionamento primário – a busca da descarga, da neutralização da quantidade – a quantidade escoará pela via facilitada, a via percorrida anteriormente, como resposta reflexa. O aparelho “aprendeu” o caminho da satisfação, e é por ele que irá buscar reencontrá-la, sob comando do princípio do prazer. Mas a que leva essa “tendência repetitiva” (LACAN, 1954a/55, p.85), que aparece no seio mesmo do princípio do prazer, a partir do encontro com um ponto de inassimilável? No caso do bebê, ou ainda, no caso da máquina movida pelo princípio do prazer, leva à alucinação.

Chegamos, assim, a um ponto chave de nossa explanação: Freud, ao tentar construir uma máquina movida e afetada por quantidades, uma máquina que designasse o funcionamento do sistema nervoso humano, acaba por construir uma máquina de alucinar. Ele percebe que, o aparelho, em seu funcionamento primário, é desamparado, despreparado para garantir o mínimo, que seria a manutenção da vida. Trata-se de um aparelho que, em sua origem, destina-se a *restituir* um estado de não estimulação. E uma vez estimulado – a partir do que apresentamos com a experiência de satisfação – tal aparelho se vê ocupado então por uma “tendência repetitiva” (LACAN, 1954a/55, p.85), uma motivação “no tipo compulsivo” (FREUD, 1895a/1950, p.374) que o move em direção ao reencontro do objeto.

No “Projeto...”, portanto, o princípio do prazer parece conter em si mesmo o seu para além: “eis o que é precisar repetir para além do princípio do prazer. Ele vacila para além de todos os mecanismos de equilíbrio, de harmonização e de concordância no plano biológico” (LACAN, 1954a/55, p.118). É isso que o exame do aparelho neuronal permite-nos depreender, a “máquina louca” (COSTA-MOURA, 2009) que é essa regida pelo princípio do prazer. Máquina louca que impõe ao homem a busca por uma felicidade desde sempre marcada pelo signo de sua impossibilidade, engodo fundamental, na medida em que fundante do sujeito.

O problema que se coloca aos nossos olhos é de como fazer com que esse aparelho, organizado de modo a neutralizar a quantidade, possa lançar mão dessa quantidade para efetuar uma ação eficaz no mundo externo. O aparato psíquico precisa de alguma modificação efetiva em seu funcionamento primário, para que seja possível a manutenção da vida, para que seja possível satisfazer as necessidades impostas pela força constante que emana do interior do organismo. É assim que Freud se vê impelido a introduzir no aparelho um outro princípio regulador, que se opondo à tendência primária, traria para cena a consideração pela realidade externa. É o que trabalharemos no próximo e último tópico deste capítulo.

## O princípio de realidade

“Esse organismo por inteiro parece feito não para satisfazer a necessidade, mas para aluciná-la. Convém, portanto, que um outro aparelho, que se oponha a ele, entre em jogo para exercer uma instância de realidade e se apresente, essencialmente, como um princípio de correção, de chamada à ordem” (LACAN, 1959/60a, p.40).

A importância do princípio de realidade parece se situar, em primeiro lugar, no campo da ação específica. Como lemos no trecho acima recortado do seminário *A ética da psicanálise*, Freud constrói uma máquina de alucinar, onde em princípio nada garante a manutenção da vida, nada garante que será dada uma resposta eficaz ao que se coloca como urgência da vida. Num primeiro momento, o desamparo do aparelho é remediado pela “ajuda alheia” (FREUD, 1895a/1950, p.370), que vem realizar por ele a ação específica garantindo sua subsistência. Mas Freud nota algo que se articula para além da manutenção da vida, algo que ele situa na ordem da comunicação e que, com Lacan, situamos no campo do significante.

Vimos como a vivência de satisfação se articula em um encontro de linguagem, no que o grito da criança vem comunicar alguma coisa ao *Nebenmensch*, de quem a própria palavra é tomada de empréstimo para afirmar o que a habita. É assim que a criança vê, “no discurso dos outros, revelarem-se os processos que habitam efetivamente seu inconsciente” (LACAN, 1959/60a, p.45). Nesse sentido, o homem nunca deixa de ser uma criança diante de seu desejo, uma vez que para apreendê-lo ele sempre deverá passar pela dimensão do Outro como tal. Mas, diferente da criança, o homem é capaz de realizar uma ação específica. Este se revelará um ponto de suma importância para pensarmos a relação do neurótico com a sua (in)felicidade.

É importante destacar que o outro<sup>29</sup> comparece para garantir a subsistência, a manutenção da vida pela realização de uma ação específica. O desamparo do bebê se presentifica no aparelho psíquico que Freud formula, regulado apenas pelo princípio do prazer. A “ajuda alheia” (FREUD, 1895a/1950, p.370) ocuparia então a primeira função de realidade. A entrada em cena do princípio de realidade se situa, em primeiro lugar, com relação à própria manutenção da vida, mas não se reduz a essa função. Aliás, essa é toda a

---

<sup>29</sup> O outro na figura do *Nebenmensch* atravessou toda a reflexão dos últimos tópicos e, ainda aqui, é das conseqüências de sua presença na constituição psíquica que falamos, ao trabalhar a entrada em cena do princípio de realidade.

problemática da vida humana, uma vez que atravessados pelo significante, estamos para sempre afastados do que seria a dimensão de uma vida natural<sup>30</sup>.

O fato é que se há algo que Freud articula poderosamente é a dimensão irreduzível do conflito que marca a vida humana. Entrevemos no ponto mítico inicial da primeira vivência de satisfação grande parte da problemática que permeará sua teoria da neurose. Desde o início, trata-se no humano de algo que parece desconsiderar a dimensão da conservação da vida enquanto tal. Se o desamparo biológico não perdura, seus efeitos são definitivos, uma vez que a presença de um outro que assegure a manutenção da vida permite uma certa “demora” (FREUD, 1911, p.341) em ensinar o aparelho a levar em conta a realidade, o que constitui “parte essencial da disposição psíquica à neurose” (FREUD, 1911, p.341).

Haveria, para Freud, uma parte de nosso ser que permaneceria inacessível e irreduzível à consideração à realidade. Tal seria o reino do princípio do prazer, o inconsciente como “âmago de nosso ser” (FREUD, 1900, p.629). A releitura do “Projeto...” empreendida por Lacan nos permite radicalizar a assertiva freudiana, tomando como modelo do funcionamento humano uma máquina que tenderia, em última instância, a neutralizar a realidade e, com ela, a própria vida como tal. O que de início Freud toma como simples *demora* ganhará o lugar de condição absoluta da existência humana.

A dimensão de uma oposição, de um conflito de base pode ser encontrada em todos os momentos da obra de Freud. Seu apego pelo dualismo, sua resistência em deixá-lo cair – quando formula a teoria do narcisismo (1914) – expressa sua obstinação em manter presente uma alteridade radical no campo do sujeito<sup>31</sup>. Se num primeiro momento este outro inassimilável é o próprio inconsciente como realidade psíquica, o que marca a dimensão de conflito da primeira tópica e da primeira teoria pulsional; num segundo momento, algo que se coloca ainda como para além do próprio inconsciente, algo de ainda mais inassimilável se faz presente no campo do sujeito, pois que não se coloca como oposição apenas para a dimensão egóica, mas se revela alteritária no próprio reino do inconsciente – é o que Freud formula com “Além do princípio do prazer” (1920).

Impressionante é poder situar nessa obra renegada por Freud, no “Projeto...”, desenvolvimentos que apontam para o rumo que seguirá em toda a investigação analítica. No “Projeto...”, é a dimensão econômica que comparece de forma maciça. Ela é o cerne, a base, o

---

<sup>30</sup> Destacamos essa dimensão quando apresentamos o *die Not des Lebens* da primeira vivência de satisfação. A subversão operada pelo significante será abordada com mais profundidade no terceiro capítulo da dissertação. A seguir, no segundo capítulo, o trabalho com o conceito de pulsão já faz presente um dos efeitos reais da operação significante no sujeito, para sempre banido do que seria sua natureza.

<sup>31</sup> Vimos essa alteridade ser introduzida no “Projeto...” na figura do *Nebenmensch*, no que dele permite que o sujeito se apreenda ao mesmo tempo em que tem ejetado de si seu objeto de satisfação.

pilar de sua psicologia para neurólogos. Surpreende o leitor encontrar num ponto tão primitivo de sua obra, nesse funcionamento maquínico, a dimensão de uma tendência restituidora (LACAN, 1954a/55, p.82), sob a forma do “princípio de inércia neuronal” (FREUD, 1895a/1950, p.348), o que virá a se tornar a regulação psíquica sob domínio do princípio do prazer, a tendência fundamental à descarga que rege o funcionamento psíquico. Mais ainda, encontrar aí, para além desse funcionamento regido pelo princípio do prazer, uma tendência repetitiva (LACAN, 1954a/55, p.85), na dimensão de uma motivação do tipo compulsivo que move o aparelho, causada fundamentalmente por um vazio central que se articulara no encontro com o *Nebenmensch* – a dimensão de *das Ding*, o impossível no reino do princípio do prazer, como mais além – tal é ainda mais surpreendente.

Essa tendência repetitiva – movimento em busca do reencontro – só pode ser assegurada com a entrada em cena do princípio de realidade. Isso é o que buscamos articular antes de seguirmos para o segundo capítulo. A referência aos conflitos pulsionais na obra freudiana nos permite apontar para o que se coloca como radicalmente constitutivo do sujeito que ela inaugura: sua divisão. A entrada em cena do princípio de realidade vem fazer presente a dimensão de um *conflito de base* – entre alguma coisa que parece destinada a viver e outra, que se articula e se regula em nome da lei do prazer – como única alternativa do aparelho a assegurar alguma duração. Trata-se da via única de existência para o humano.

Se em primeiro lugar o princípio de realidade vem garantir a manutenção da vida – por exemplo, como princípio que regularia as pulsões de auto-conservação no que se articulou no primeiro dualismo pulsional – não é apenas aí que ele intervém. Para além do princípio do prazer, é preciso um outro princípio que venha permitir que o prazer dure, pois levado até as últimas conseqüências, o sucesso do princípio do prazer seria “que cesse o prazer” (LACAN, 1954a/55, p.112)<sup>32</sup>, que a descarga se complete, que a tensão se anule. Para além da dimensão de uma certa conservação do organismo, o que nos interessa destacar aqui é a dimensão de oposição constitutiva que o princípio de realidade engendra no seio mesmo do princípio do prazer.

A busca, regulada pelo princípio do prazer, constitui a totalidade da atividade psíquica. Se o que se trata de reencontrar está lá, no fim dos trilhamentos como miragem, não há nada mais a fazer senão manter os olhos fechados e gozar da presença alucinada do objeto. Não há mais nada a buscar. É nesse ponto que situamos a função de “retificação” (LACAN, 1959/60a,

---

<sup>32</sup> No que destacamos com Lacan como sendo a tendência restituidora do princípio do prazer; para dar lugar à tendência repetitiva – que marca o *détour* dos caminhos da vida - é necessária a entrada em cena do princípio de realidade.

p.40) operada pelo princípio de realidade no funcionamento do princípio do prazer. Ao se interpor ao que seria a tendência fundamental à descarga, o princípio de realidade vem permitir que “o jogo dure” (LACAN, 1954a/55, p.112), que se faça o *détour*, ao invés de seguir obstinadamente em direção ao aniquilamento.

O fato é que essa oposição opera não apenas na manutenção da vida, mas no próprio movimento da libido em busca da satisfação por outros caminhos que não o que fora trilhado da primeira vez. É esse desvio que a entrada em cena do princípio de realidade permite, no que estamos trabalhando como a busca humana pela felicidade. A miséria neurótica é marcada por um afastamento da realidade, a que Freud designa pelo mecanismo de introversão (FREUD, 1914, p.82). Freud reconhece que uma parte da atividade psíquica ficaria liberta do compromisso com a realidade, comandada apenas pelo princípio de prazer: a fantasia<sup>33</sup>. Desse modo, o que ele nos diz é que não há superposição do princípio de realidade sobre o princípio de prazer.

Não há, portanto, nada que faça necessariamente o sujeito buscar sua satisfação sexual no mundo externo, não há nada aí que o leve necessariamente a passar à ação específica, no campo da satisfação pulsional. A máquina psíquica que Freud constrói é uma máquina que, embora garanta a sua satisfação de maneira autônoma, deixa espaço para alguma dimensão de escolha, na medida em que o princípio de realidade comporta uma certa abertura – se assim o sujeito consentir – para o mundo. É do conflito constitutivo entre princípio de prazer e realidade, que advém esta abertura. Uma maior reflexão sobre a questão ética que se engendra aí será feita no próximo capítulo, a partir do paradoxo da satisfação pulsional, para ser retomada na conclusão deste trabalho. Por enquanto, voltemos ao texto freudiano que vem nos servindo de base de investigação, o “Projeto..”, para apontar como se articula lá a entrada em cena do princípio de realidade.

Uma diferenciação no aparelho neurônico, o Ego (FREUD, 1895a/1950, p.375), estará encarregada de inibir o fluxo do desejo a caminho da alucinação-frustração, como uma espécie de sistema-tampão, um sistema dentro do sistema (LACAN, 1954a/55, p.131). Trata-se de diferença radical, um sistema que se constitui em sua oposição fundamental ao funcionamento do mesmo sistema do qual surge. Pois o ego nada mais é do que o conjunto das *Bahnungen* em  $\psi$ , que atua no curso da quantidade, redirecionando o fluxo em busca de caminhos indiretos para satisfação.

---

<sup>33</sup> Também no artigo “A perda da realidade na neurose e na psicose” (1924b) Freud define a fantasia como o mundo onde o neurótico se refugia, como forma de assegurar a “regressão a um passado real satisfatório” (FREUD, 1924b, p.209).

Estamos diante de “algo da natureza da própria função” – como aludimos logo na introdução com Freud (1930[1929], p.110/11) –, nisso que se articula no aparelho neuronal em sua dimensão de oposição constitutiva, que por se colocar convida o sujeito a trilhar outros caminhos, na mesma medida em que lhe nega a possibilidade de satisfação completa. Dito de maneira radical: é porque a satisfação derradeira está desde sempre interdita que o sujeito se articula como tal, como advindo de sua posição ética tomada diante do conflito que o constitui. Sua posição é ética porque, cabe repetir, não há superposição do princípio de realidade ao princípio de prazer. Diante do conflito, o que se coloca como solução (sempre provisória) é a escolha do sujeito.

Os processos secundários se desenrolam em  $\psi$  e, como processos de pensamento<sup>34</sup> (FREUD, 1895a/1950, p.382), realizam uma espécie de ensaio, traçando com menor quantidade de energia possíveis caminhos em busca da identidade<sup>35</sup> entre os objetos externos e a marca mnêmica do objeto de satisfação. O que não podemos negligenciar, neste ponto de nossa explanação, é o terreno mesmo onde o processo de pensamento – processo secundário – se trilha: o reino do princípio do prazer.

Isso se faz evidente no “Projeto...”, onde o processo de inibição que Freud atribui ao Ego é fundamentalmente um processo quantitativo, *a priori* desvinculado da consciência do sujeito<sup>36</sup>. Como um dos nomes do princípio de realidade, o investimento colateral do ego vem revelar num último grau o que ficaria consagrado na obra freudiana como a onipotência do princípio do prazer, pois todos os processos que ocorrem em  $\psi$  estão, acima de tudo, a serviço deste princípio. O processo de pensamento, apesar de buscar um caminho fortuito para a ação no mundo, se faz numa dimensão que prescindir da consciência daquele que viria agir. A enunciação de Lacan destaca o ponto que intencionamos trazer à luz:

“(...) nada desses trilhamentos é perceptível como tal. Todo pensamento, por sua natureza, se exerce por vias inconscientes. Certamente não é o princípio de prazer que o governa, mas o pensamento se produz num campo que, na qualidade de campo

<sup>34</sup> O processo de pensamento colocado entre a necessidade de descarga pulsional e a busca de um objeto no mundo externo, empreendendo o teste de realidade, é retomado por Freud em 1911, no artigo “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”; e ainda em 1923, em *O Ego e o Id*.

<sup>35</sup> Voltaremos a este ponto no 3º capítulo desse trabalho, quando a partir do conceito de *das Ding*, apontaremos para a impossibilidade do sujeito restabelecer a identidade completa com o objeto da satisfação primeira.

<sup>36</sup> É interessante notar que a primeira apreensão freudiana do Ego é em si inconsciente. A coincidência entre ego e consciência marca o desenvolvimento de toda a primeira tópica freudiana, sendo revista em 1923, quando Freud admite que grande parte do ego é inconsciente.

inconsciente, deve ser, de preferência, situado como que submetido a ele” (LACAN, 1959/60a, p.44).

Essa é a dimensão que tentamos circunscrever ao longo de todo esse capítulo, no que se articulou no “Projeto...” com o que chamamos uma *onipotência da quantidade*. É de sua presença real, insistente, autônoma, que Freud forjou a economia humana regida pelo paradoxal princípio do prazer. E mais, é por essa mesma lei que virá se traçar uma via para a realidade como tal. Às primeiras trilhas marcadas pelas vivências de dor e satisfação, outras virão articular-se como fruto do processo de pensamento. Tal é a trama de *Wunsh* se articulando no inconsciente, o princípio de realidade só tornando ainda mais evidente a posição de espera (infinita) em que se situa o sujeito com relação a sua satisfação derradeira.

O fato é que tudo se faz não apenas em detrimento da consciência, mas ainda, em detrimento da própria realidade enquanto realidade material, mundo externo. É por essas *Bahnungen* que traçam o caminho do prazer que o homem pode vir a ter notícias do que se passa no mundo real. Em outras palavras, é pela janela da fantasia que o sujeito pode entrever o mundo, não há como dela se desfazer. Trata-se, nos diz Lacan, de uma

“(...) profunda subjetivação do mundo exterior – alguma coisa tria, criva de tal maneira que a realidade só é entrevista pelo homem, pelo menos no estado natural, espontâneo, de uma forma profundamente escolhida. O homem lida com peças escolhidas da realidade” (LACAN, 1959/60a, p.63).

Tal é a precariedade com que se coloca a realidade para o sujeito humano. Nesse sentido, o princípio de realidade – antes de situar o sujeito em sua realidade material, de trazer à cena o mundo tal como este se colocaria independentemente de seus anseios e desejos – se exerce mais precisamente no campo mesmo onde se articula a trama dos desejos inconscientes, numa realidade que desde Freud aprendemos a chamar de realidade psíquica.

É apenas com relação a esta realidade que podemos situar o princípio de realidade. É por se opor fundamentalmente ao funcionamento primário do aparelho, que o princípio de realidade permite realizar uma espécie de tateamento em direção a uma ação possível. Ação esta que já se anuncia em sua dimensão de uma escolha que é ética, na medida em que não há nada no funcionamento automático do aparelho que a garanta. O processo de pensamento permite a “anastomose” (LACAN, 1959/60a, p.44), isto é, novas trilhas se encadeiam à pré-



formada trama das *Bahnungen*, sem que haja aí qualquer garantia de que o processo seja concluído por uma ação eficaz no mundo externo. Como nos indica Lacan:

“Ora, nada aqui permite pensar que as trilhagens irão porventura num sentido funcional utilizável. A soma de todas essas trilhagens, os acontecimentos, os incidentes que sobrevieram no desenvolvimento do indivíduo, constituem um modelo que fornece a medida do real” (LACAN, 1954a/55, p.141).

Eis um engodo fundamental, que marca o sujeito freudiano desde seu surgimento: a medida do real – a nossa, enquanto sujeitos divididos – se mede pela régua do princípio do prazer. Tal é a radicalidade do que Freud articula sob a forma do aparelho de quantidades do “Projeto...”, cuja economia, vimos, leva à alucinação: a máquina encontra o que procura – reencontra na alucinação a identidade de percepção, o objeto da satisfação – sem que com isso possamos dizer que o homem é feliz. Ele sofre, Freud constata isso a cada avanço, de modo a terminar por afirmar que “a intenção de que o homem seja feliz não se acha incluída no plano da Criação” (FREUD, 1930[1929], p.84).

A indicação freudiana de que a busca da felicidade se coloca como imposição ao homem regulado pelo princípio de prazer (1930[1929]), coloca em cena, de saída, o impossível que marca esta busca. O que, por outro lado, de modo algum afasta o homem desta trilha, já que é pelo princípio de prazer que se regula seu psiquismo. Revela-se imprescindível prosseguirmos pensando a partir da afirmativa freudiana de 1930, que ao dizer que a busca da felicidade nos é imposta pela regulação psíquica sob comando do princípio do prazer, de algum modo nos faz colocar num mesmo patamar prazer e felicidade. Quais os paradoxos dessa formulação? Acreditamos que, seguindo a trilha dos paradoxos que comparecem teoricamente, estamos perseguindo uma questão ainda mais fundamental: o que esses paradoxos presentes na teoria freudiana nos ensinam sobre a própria concepção freudiana da felicidade, da busca de cada homem pela felicidade?

Este primeiro capítulo começou a trazer à luz os paradoxos a que nos referimos acima, através da retomada de alguns pontos do que Freud articula no “Projeto...”, apontando para o caráter autônomo dessa economia que vige no sujeito: “a máquina [como] a estrutura (...) desvinculada da atividade do sujeito. O mundo simbólico é o mundo da máquina” (LACAN, 1954a/55, p.66). Freud nos traz um aparelho afetado por quantidades, onde não apenas a consciência, mas também a realidade material surgem a partir delas.

Nesse contexto, Lacan destaca o papel fundante do significante. Papel este que é notado por Freud, uma vez que ele mesmo envereda a partir daí em uma pesquisa que colocará no centro a função do símbolo (LACAN, 1954a/55, p.101). O estudo dos sonhos se revela a porta de entrada para a psicanálise e para o estabelecimento do inconsciente como realidade psíquica. As formações do inconsciente, os sintomas, os chistes, os atos falhos, a psicopatologia da vida cotidiana, tudo isso passa a ser alvo de especial interesse de Freud, uma vez que revela num mais alto grau o funcionamento simbólico operando no humano, fazendo efeitos.

Cabe apontar, no entanto, que ao longo de todo o percurso freudiano a dimensão econômica continuou a ocupar grande parte de suas elaborações teóricas, designando algo que se coloca para o humano em sua dimensão de alteridade inarredável. O conceito de pulsão, um dos maiores legados da precisa apreensão freudiana do humano e de seu sofrimento, é a prova disso. Mesmo sendo inegável a importância do ponto de vista econômico a cada etapa da elaboração de seu arcabouço teórico, no termo de sua obra, Freud (1937, p.242) chega a considerá-lo como tendo sido negligenciado pela pesquisa analítica.

Em “Análise terminável e interminável” (1937), ao refletir sobre os limites à cura pela psicanálise<sup>37</sup> encontrados reiteradamente em sua experiência clínica, a pulsão é tomada por Freud como um desses limites intransponíveis. Mas, o que Freud à primeira vista parece tomar para si como negligência de sua pesquisa teórica – que supostamente viria a invalidar a práxis analítica como terapêutica bem sucedida –, uma leitura mais atenta pode permitir tomar como um dos impossíveis que ele encontra no campo do sujeito que desvela. É tomando a pulsão como móvel desse sujeito que Freud começa a deslindar – e que será formalmente afirmado em Lacan – que seguiremos para o próximo capítulo deste trabalho.

Neste capítulo que se encerra, pudemos começar a esboçar os efeitos da operação significante no humano, a partir do que Freud articulou em seu aparelho de quantidades no “Projeto...”. O trabalho feito a partir da experiência primária de satisfação permitiu trazer à luz o que será para sempre a relação do homem com o que nele se articula como seu desejo inconsciente, seu *Wunsh* (LACAN, 1959/60a, p.35) como lei irredutível. É para sempre tomando de empréstimo os significantes do Outro que o homem poderá ter acesso ao que se passa no nível do que foi articulado por Freud como o das quantidades:

---

<sup>37</sup> Não entraremos em detalhes desse texto tão rico, mas cabe lembrar que Freud apresenta ao longo desse texto diversas definições do que seria a cura analítica. O que parece importante ressaltar, para além de uma suposta conclusão final a que Freud teria chegado, é o que o próprio título do artigo deixa dito: o aspecto de indecidibilidade que paira sobre a finitude ou infinitude de uma análise. Este aspecto é trabalhado por Fernandes (1997) no artigo “Psicanálise e Temporalidade”.

“(...) é na medida em que a estrutura significante interpõe-se entre a percepção e a consciência que o inconsciente intervém, que o princípio do prazer intervém, não mais enquanto função da manutenção de um certo investimento, mas na medida em que concerne as *Bahnungen*. A estrutura da experiência acumulada reside aí e permanece inscrita” (LACAN, 1959/60a, p.67).

Pela intervenção do princípio de realidade, o princípio do prazer adquire novo estatuto. Trata-se de levar em conta não apenas a quantidade, mas a quantidade em sua articulação ineliminável com as *Bahnungen*, com a cadeia significante tal como Lacan formula em sua releitura de Freud. Da experiência, do impacto dos processos puramente quantitativos que Freud descreve, apenas o que é articulado em palavras – ou o que impõe sua presença, como afeto – garante sua existência para o sujeito.

Existência esta que não é sem o seu assentimento. Depende do sujeito fazer existir seu inconsciente, e reconhecê-lo nos efeitos que se apresentam em seu discurso – a cada ato falho, sonho, ou sintoma. A análise, no que chama o sujeito a falar livremente o que lhe vier à cabeça, vem convidá-lo a fazer existir o seu inconsciente, para nele poder tomar lugar. É pela palavra que o inconsciente pode assegurar sua existência, e “é porque o que é conhecido não pode ser conhecido senão em palavras, que o que é desconhecido apresenta-se como tendo uma estrutura de linguagem” (LACAN, 1959/60a, p.47).

A ênfase que concedemos à economia neste capítulo nos acompanhará no próximo, onde trataremos do conceito de pulsão. No entanto, como já pudemos sentir nesse breve percurso, a apreensão estritamente econômica do legado freudiano nos coloca limites, limites estes que acabam por revelar o caráter imprescindível do retorno a Freud empreendido por Lacan. Se aqui fizemos entrar o significante, como constitutivo dessa máquina de quantidade, o mesmo será feito a partir do conceito de pulsão, que será entendido como efeito real da incidência do significante no campo do sujeito.

## CAPÍTULO 2

### A FELICIDADE COMO SATISFAÇÃO PULSIONAL: UM SUJEITO DA PULSÃO

“(...) O que será que será  
Que dá dentro da gente e que não devia  
Que desacata a gente, que é revelia  
Que é feito uma aguardente que não sacia  
Que é feito estar doente de uma folia  
Que nem dez mandamentos vão conciliar  
Nem todos os unguentos vão aliviar  
Nem todos os quebrantos, toda alquimia  
Que nem todos os santos, será que será  
O que não tem governo, nem nunca terá  
O que não tem vergonha, nem nunca terá  
O que não tem juízo (...)”.

Chico Buarque, O que será?

## A antinomia freudiana

“Devemos, na esperança de fazer nossos pacientes aceder à possibilidade de uma felicidade sem sombras, pensar que a redução pode ser total da antinomia que o próprio Freud articulou tão poderosamente?” (LACAN, 1959/60a, p.363).

Sob a luz da busca da felicidade, e tendo no horizonte a interrogação acerca da posição assumida pela psicanálise com relação a esta busca, pareceu-nos de fundamental importância abordar os fundamentos do sujeito de que trata a psicanálise, tal como inaugurado por Freud e retomado por Lacan. Neste capítulo que iniciamos agora, o conceito em destaque é o de pulsão. Nosso objetivo não é, no entanto, trazer um índice nosográfico deste conceito na obra de Freud, nem tampouco dele fazer um histórico exaustivo e detalhado. Nossa intenção é dar destaque aos efeitos reais que a pulsão articula no sujeito, na tentativa de evidenciar cada vez mais o caráter paradoxal que marca este sujeito em sua busca de felicidade.

Desse modo, nossa interrogação que parte da busca de cada homem pela felicidade – declarada por Freud (1930[1929]) tão impossível quanto constitutiva do sujeito – colocou-nos sob o pano de fundo de uma reflexão sobre a ética que sustenta a operação analítica. Abordar os impasses que a pulsão coloca para o sujeito constituído na linguagem, bem como o caráter paradoxal que a satisfação pulsional articula, permite-nos refletir sobre a posição tomada pelo sujeito nesse circuito pulsional que funciona de maneira autônoma. Trata-se de apontar a originalidade do pensamento freudiano na construção de uma ética que tem na antinomia sua pedra angular.

Falar em antinomia pressupõe que tenhamos reconhecido duas dimensões irreduzíveis uma a outra, que coexistem num dado campo, sem se anular<sup>38</sup>. O campo em questão é o próprio sujeito tal como Freud o entende – sujeito fundado em um conflito de base, conforme trabalhamos no primeiro capítulo, a partir da oposição entre princípio de prazer e realidade. A antinomia que já evidenciamos por este viés, no entanto, não se reduz a ele. Podemos situá-la em cada etapa do desenvolvimento do pensamento freudiano, cada rearranjo<sup>39</sup> de sua teoria é

<sup>38</sup> Neste trabalho, o termo “antinomia” é por nós tomado da palavra de Lacan para apontar na base do pensamento freudiano a marcante presença de paradoxos constitutivos do sujeito de que nos fala Freud, da “contrariedade entre proposições que se apresentam, entretanto, ambas, como verdadeiras” (FERREIRA, 1993, p.34).

<sup>39</sup> O que nos é indicado por Lacan (1954a/55, p.150): “... as dificuldades e os impasses se reproduzem numa disposição modificada a cada vez. Esta espécie de dialética negativa que implica a persistência das mesmas antinomias sob formas transformadas, é ela que vamos seguir para fazer surgir a autonomia, a ordem própria daquilo com que Freud se defronta e se esforça por formalizar”.

fundamentalmente marcado por uma dimensão antinômica que se mantém como uma constante. Há sempre a presença inerradicável de uma alteridade na apreensão freudiana do homem e de seu psiquismo.

A própria idéia de um sujeito dividido se constitui a partir de uma antinomia inaugural da psicanálise: nos primórdios de sua clínica, Freud afirma o inconsciente como campo excluído da consciência, que se faz presente em detrimento da vontade do sujeito, sob a forma do sintoma neurótico, ou ainda no discurso, de maneira evidente sob a forma de atos falhos. A antinomia entre o campo da razão e um outro campo, regido por uma outra lógica, a do inconsciente, nos parece uma antinomia primeira, fundadora da psicanálise.

Sobre ela, tantas outras vem decalcar-se: seja pelo viés do conflito pulsional, dos princípios reguladores, ou dos processos psíquicos primários e secundários, Freud jamais se desfaz do conflito para entender o que poderíamos – mas que a partir dele não mais podemos – designar como a natureza humana. Na obra freudiana, a presença de uma antinomia no campo do sujeito só faz se retificar. Se num primeiro momento o que se faz presente como alteridade é o inconsciente – prenhe de sentidos ocultos a serem decifrados (FREUD, 1916a/17a, p.277; 1916b/17b p.287) – a postulação da pulsão de morte, de um mais além do princípio do prazer (FREUD, 1920), vem solidificar um campo de alteridade ainda mais radical, numa antinomia que desde o “Projeto...” já pudemos evidenciar.

Para ressaltar a antinomia freudiana como marca distintiva da psicanálise – marca esta que coloca sua práxis no campo de uma ética – o conceito de pulsão se revela determinante, impressão digital do humano em Freud, marca que bane o homem para sempre do campo da natureza e o lança num mundo onde a satisfação não satisfaz. O conceito de pulsão – o desenrolar do capítulo anterior mostra bem isso, quando destacamos a incidência dos estímulos endógenos na estrutura do aparato neuronal – é o que faz do aparelho psíquico de Freud uma máquina onde a satisfação não cessa de se dar, mas jamais de forma resolutiva.

Na sociedade de consumo, onde *quase* tudo se reduz à oferta e à demanda, o sujeito sofre. Diante de tamanha disponibilidade de objetos de consumo, muitos se perguntam o porquê dessa insatisfação que permanece. As ofertas de felicidade imediata chegam de todos os lados: as novas tecnologias oferecem uma infinidade de novidades de consumo a cada dia – celulares, computadores portáteis, câmeras fotográficas ou os três em um, basta escolher –; as vitrines oferecem o *must-have* da estação que ainda nem chegou; a televisão veicula desenhos animados que escondem a verdadeira intenção de vender brinquedos.

Tudo isso que assistimos e vivemos hoje nessa sociedade orientada e organizada pelo que Lacan (1959/60a, p.376) chama o “serviço dos bens” não parece estar muito distante da

proposta utilitarista, surgida na virada moderna destacada por nós logo no início desse trabalho. Vale lembrar que é nesse momento histórico de virada que surge também a psicanálise, revelando uma espécie de avesso, de desdobramento inverso – e velado – do que aparece no *status quo*. De certa forma, o utilitarismo benthamiano e o princípio de utilidade tomado como norteador das ações humanas nos permitem entender um pouco a lógica que orienta nossa sociedade de consumo. Fazemos uma breve digressão, uma vez que isso de forma alguma se desvincula do que almejamos introduzir como problema a partir do conceito de pulsão.

Ávila, estudioso contemporâneo da ética fundada no utilitarismo, nos ensina que ao pregar a maior felicidade para o maior número, o princípio da utilidade não trata da felicidade factual experimentada por cada um, “mas se conforma com a ‘tendência’” (ÁVILA, 1998, p.90) a produzi-la. O princípio da utilidade tomado em âmbito coletivo, como nota Lacan<sup>40</sup> ao ressaltar a importância do pensamento benthamiano na virada moderna, opera no campo ficcional.

Aliás, este é um ponto recorrente nos artigos de estudiosos do utilitarismo: trata-se de deixar claro que Bentham jamais tomara a sociedade como natureza<sup>41</sup>, nem tampouco a felicidade da maioria. Bentham estaria longe de propor a civilização como uma natureza harmônica, homeostática. Diferente de Aristóteles, não se trata de levar a sociedade – classicamente entendida como um todo real – à perfeição, ao Bem Supremo. A sociedade é tomada em sua teoria como ficção e, nessa ficção, o governo vem fiscalizar apenas os meios (as ações) e não garantir os fins (a felicidade de cada um e de todos). Segundo nos ensina Araújo (2006, p.275) Bentham “não pensa ser possível estabelecer um ideal de vida comum que maximize a felicidade de cada um e que, em consequência, maximize a felicidade geral”. Seu projeto parte sim, de uma regulação racional da ação de cada um, mas para maximizar a felicidade potencial da maioria – o interesse comum.

---

<sup>40</sup> Lacan (1959/60a, p.22) afirma a originalidade do pensamento benthamiano justo no relevo dado à dialética entre real e fictício, e o valoriza, afirmando que “esse personagem [Bentham] está longe de merecer o descrédito e, até mesmo, a ridicularização que uma certa crítica filosófica poderia manifestar no decurso da história do progresso ético”.

<sup>41</sup> Como afirma Ávila (1998, p.83), “Bentham não cai na falácia naturalista, pois a norma de buscar a maior felicidade para o maior número nem é naturalista, pois, não descreve uma situação fáctica, nem se infere de uma antropologia egoísta. Entre o reconhecimento fáctico de nossa submissão a dois soberanos e, o dever de maximizar a felicidade do maior número, não apenas de um, não há conexão lógica, simplesmente há coexistência existencial. E se esses dois senhores não somente determinam o que fazemos, como o que devemos fazer, é no sentido óbvio de que o que devemos fazer não pode ir contra nossa própria natureza.”

Como conseqüência, na mesma medida em que a felicidade singular não tem espaço<sup>42</sup>, abre-se todo vasto campo para uma política econômica orientada para “produção de objetos, métodos, bens, serviços, meios de produção..., quer dizer, a tudo quanto, de forma *imediate*, possa ser suscetível de consumo prazeroso” (ÁVILA, 1998, p.90, grifo do autor). Desse modo, a felicidade da maioria estaria assegurada enquanto tendência, enquanto visada, de um modo tal que “o *obstáculo* da heterogeneidade dos sujeitos” (ÁVILA, 1998, p.90, grifo nosso) fosse ultrapassado.

Não é difícil notar realmente que o que se trata, hoje, é de reduzir a zero isso que Ávila chama – sem cerimônias – de *obstáculo*. Se de fato assim fosse, viveríamos hoje – no que parece ser o auge do consumo dos prazeres *imediatos* – incrivelmente felizes, em êxtase, tal é a oferta de bens que se enfileiram em cada canto que pomos nossos olhos. O fato é que a tendência a produzir felicidade permanece como promessa e, embora empanturrado de objetos capazes de produzir prazer imediato, infeliz, o homem não sabe o que fazer com o intervalo entre a satisfação que obtém e aquela que esperava.

Neste contexto, o que Lacan (1959/60a) chama as pastorais do sujeito se colocam como mais uma promessa de felicidade acessível. A própria psicanálise pós-freudiana, ele denuncia, embarca nesta esteira, apostando na possibilidade de encontrar a harmonia entre o interior e o exterior, no “equilíbrio normativo com o mundo, a que naturalmente a maturação dos instintos conduziria” (LACAN, 1959/60a, p.113). *Naturalmente* – é justo neste termo que se encontra o contra-senso desta proposta alegadamente psicanalítica, pois que aprendemos com Freud que é a própria pulsão que desloca o sujeito de qualquer possibilidade de ascensão a uma moral natural. A dimensão da pastoral não pode estar dentro dos cânones psicanalíticos, nos incitando a centrar nossa questão sob a égide de uma ética.

A leitura que Lacan faz do conceito de pulsão na obra de Freud pretende destacá-lo enquanto algo que permite designar uma certa especificidade da prática analítica, da ética que a sustenta, bem como do sujeito (cartesiano) que é por ela subvertido. Tomar como norte o conceito de pulsão neste capítulo que iniciamos agora nos permite ilustrar, nesse percurso que nos propusemos a fazer a partir do que se coloca em análise como uma demanda de felicidade, um real para o qual não há domínio possível. O conceito de pulsão nos permite, desse modo, trazer à luz a especificidade da prática analítica e de sua concepção de sujeito, que marcado pela presença dessa força constante, vê-se de saída condenado a um não domínio

---

<sup>42</sup> Como nos indica Carvalho a partir do sub-princípio da beneficência universal, decorrente do princípio da utilidade, “as teorias utilitaristas tendem a privilegiar o bem da coletividade em detrimento do bem dos indivíduos singularizados” (1998, p.225/6).



de si, a uma certa estrangeirice em habitar seu próprio corpo, de onde emanam essas forças sedentas por satisfação.

### **A natureza da pulsão**

“(…) pois não há nada de comum entre *Trieb* e *instinct* (...). O *Trieb* os futuca mais, meus amiguinhos, é toda a diferença para com o instinto, o assim dito. Aí está como se transmite o ensino psicanalítico” (LACAN, 1964a, p.51).

Em 1915 Freud nos apresenta a pulsão como um conceito fundamental, um *Grundbegriffe* da psicanálise. Mas sua presença na obra freudiana se faz sentir desde muito cedo, como apontamos no capítulo anterior, a partir do “Projeto...” (1895a/1950). O conceito de pulsão é exemplar para ilustrar a forma com que Freud lidava com as dificuldades da formulação conceitual, sendo tolerante a um “certo grau de indefinição”<sup>43</sup> (FREUD, 1915, p.137). Ele reconhece que o avanço da ciência não admite nenhum tipo de rigidez, de modo que tais conceitos precisam ser maleáveis para contribuir com o avanço do conhecimento.

Assim, ainda que Freud considerasse o conceito de pulsão indispensável, nem por isso ele era apresentado como um conceito estático: foi sendo lapidado até o fim de sua obra, sem que tivesse chegado a uma definição conclusiva, fechada e permanente. A pulsão é, portanto, elemento essencial da pesquisa psicanalítica, um conceito que foi “guardado por traçar sua via no real” (LACAN, 1964a, p.155). Apenas a partir do conceito de pulsão, como uma “ficção”<sup>44</sup> fundamental” (LACAN, 1964a, p.155), podemos articular certas operações na clínica psicanalítica.

Freud avança, com seus conceitos, num campo que é o da experiência humana propriamente dita, de um modo tal que sua escrita implica cada um que com ela tem contato a tomar uma posição. O que Freud tinha a dizer a seus contemporâneos era algo de muito novo, de muito escandaloso, algo que tocava cada um de perto, na medida em que concernia ao que seria a sexualidade humana, a sexualidade de cada um. Tocava ainda, e principalmente, o próprio Freud, de um modo tal que apenas alguém que pudesse atravessar o seu discurso,

---

<sup>43</sup> Tocamos neste ponto no capítulo primeiro, em “Um prenúncio da pulsão: o obscuro que ilumina os caminhos trilhados por Freud”.

<sup>44</sup> Termo que Lacan revela tomar de empréstimo da articulação benthamiana (LACAN, 1964a, p.155).

alguém comprometido com a experiência analítica, como Lacan, fosse capaz de restaurar a “sega cortante de sua verdade” (LACAN, 1964b, p.229).

Nos “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (FREUD, 1905), encontramos de cara com a chocante afirmação da existência da sexualidade infantil. Afirmação aberrante, que invadia os surdos ouvidos dos homens da época de Freud, só assimilada na medida em que servia para deixar de lado uma outra afirmação, igualmente presente no texto freudiano, mas ainda mais arrebatadora: “em relação à instância da sexualidade, todos os sujeitos estão em igualdade, desde a criança até o adulto” (LACAN, 1964a, p.167).

Chocados com o aniquilamento da imagem angelical da infância, poucos puderam apreender o alcance do que Freud articulara nos “Três ensaios...”: supor o exercício da sexualidade desde a infância desloca a sexualidade do campo biológico, entendido pelo viés da finalidade reprodutiva. Há exercício sexual na infância, ainda que não haja no corpo infantil a possibilidade de procriação. O que fica nas entrelinhas, no entanto, é que a sexualidade infantil e, ainda, os diversos tipos de perversão sexual que Freud nos apresenta com minúcias no texto de 1905, comparecem apenas para revelar o que seria o banimento definitivo do homem do mundo animal, sua desnaturalização fundamental.

O que permanece mascarado, submerso nos pudores da moral sexual civilizada, é que o que Freud descreve vale não apenas para o exercício da sexualidade infantil, mas também para os adultos “neuróticos”. A referência à “normalidade”, presente em seu texto na idéia de uma maturação pulsional que levaria à “primazia dos genitais” (FREUD, 1916c/17c, p.332), vem apenas asseverar que Freud não podia dizer o que tinha pra dizer – e ser ouvido – sem manter ao menos um de seus pés em seu próprio tempo. Apenas um de seus pés – notem bem – pois mesmo sendo um homem marcado pelos preceitos morais de sua época, Freud não deixa de salientar como “ponto crítico (...) a sujeição da sexualidade à função reprodutiva” (FREUD, 1916c/17c, p.332).

Na linha contínua que unia o homem ao animal, Freud abre um buraco. Entre o exercício sexual e o coito com fins reprodutivos, há algo de crítico, ele nos diz, alguma coisa se complica aí, no humano. Enquanto os psicanalistas pós-freudianos agarravam-se à pretensa normalidade garantida pela via do primado do genital – o que acabava por inserir a psicanálise no campo das pastorais – Lacan vem sublinhar o “ponto crítico” a que Freud outrora aludira, o caráter de contingência que marca a dita evolução da sexualidade humana. Lacan não veio inaugurar um novo campo de saber, mas restaurar o que de *novo* da descoberta freudiana havia sido obscurecido pelos contemporâneos de Freud, por aqueles que insistiam em não ouvir a verdade que ele, Freud, teimava em dizer.

No buraco aberto por Freud – entre homem e animal – Lacan faz entrar a cadeia significante, a linguagem como constitutiva e estruturante de tudo o que é humano. É desse modo que Lacan pôde destacar definitivamente o conceito de pulsão como diferencial entre o humano e o animal, como aquilo que afasta a vida humana de todo e qualquer registro natural, “na medida em que, em relação ao animal, somos máquinas, ou seja, algo de decomposto” (LACAN, 1954a/55, p.47). Decomposto pelo significante, que divide.

O que Freud revela, desde os seus primeiros escritos, é o compromisso da pulsão com o significante. Basta nos remetermos ao que já trabalhamos no primeiro capítulo do presente trabalho, quando tratamos da primeira experiência de satisfação: de que se trata, lá, senão de uma força que encontra no significante como signo, a sua satisfação alucinada? O aparelho que se funda na articulação da quantidade com as *Bahungen* – a que fizemos corresponder a cadeia significante – nos revela que a conseqüência de fundar-se no inconsciente, para o sujeito entendido como um sujeito de linguagem, é a pulsão.

E é de pulsão – *Trieb* - que Freud fala, não de instinto. O instinto não coloca questão alguma para o animal: ao chamado da natureza do corpo, um certo repertório já está previamente determinado. Há cio. A pulsão sexual não tem nenhum parentesco com o instinto, seus destinos são traçados pelas vias simbólicas que constituem o humano como tal. As pulsões estão, de saída, subjugadas à “estrutura do mundo dos signos, que é o único universal e *Primat* dominante” (LACAN, 1959/60a, p.116). É apenas com relação a essas vias que a pulsão está comprometida em adaptar-se. A realidade que interessa, quando se trata da pulsão – e do sujeito tal como Freud o entende – é a realidade psíquica.

A pulsão nos revela um sujeito banido da natureza, sujeito pulsional, uma vez atravessado pelo significante. Afastar a pulsão do registro instintual, e ainda, do registro da necessidade, é tentar trazê-la definitivamente para o campo do humano. Freud destaca a sexualidade humana de qualquer assimilação possível a uma espécie de resquício de animalidade, de instinto animal que denunciaria nossa origem de bicho. Muito pelo contrário, é em primeiro lugar na sexualidade humana que Freud depura a marca de ferro quente que o significante deixa no corpo “do” sujeito. A pulsão nos *futuca* mais: constrange, não deixa saída, e ainda, impõe escolha.

## A pulsão não é necessidade, mas tem *fonte* no corpo

“(...) pois tudo aí se articula em termos de tensão, e não tem relação ao sujeito senão de comunidade topológica” (LACAN, 1964a, p.171).

A pulsão pode ser entendida “como uma medida da exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo” (FREUD, 1915, p.127). Com esta definição, Freud situa o conceito de pulsão num ponto limite, “entre o mental e o somático” (1915, p.127), nem tanto lá, nem tanto cá, limite, intercessão. Há algo no que Freud quer exprimir pelo conceito de pulsão que não se reduz ao corpo como organismo, mas que tampouco se reduz ao psíquico como tal.

A pulsão revela, especificamente, a existência do corpo como tal, do corpo em sua dimensão de realidade, dura realidade, que como um chamado exige trabalho de um psiquismo preguiçoso, regido pelo princípio do prazer, que almeja apenas manter-se o mais livre de estimulação possível. Eis o que a pulsão não permite. Ela garante estimulação constante, incessante, ao psiquismo. A dimensão econômica da pulsão – a pulsão como *Drang* – será examinada num próximo tópico. Nesse momento, voltamos nossa atenção para o que Freud (1915, p.128) delimita como sendo a fonte – *Quelle* – da pulsão, o corpo.

Embora tenha fonte no corpo, a pulsão não é necessidade. No entanto, é a partir da idéia de necessidade que Freud tenta nos fazer sentir de que se trata com o chamado da pulsão. No “Projeto...” (1895a/1950), vimos a pulsão surgir atrelada à fonte de estimulação endógena constante, ao *die Not des Lebens*, às “exigências da vida” (FREUD, 1895a/1950, p.349). Neste ponto, cabe salientar o que já foi por nós apontado no primeiro capítulo deste trabalho: não há, no aparelho neuronal proposto por Freud (1895a/1950), referência alguma ao homem em sua totalidade, ou ainda em sua consciência, em sua vontade<sup>45</sup>. Lá, a pulsão aparece numa dimensão do homem como máquina, a máquina psíquica, cujo funcionamento autônomo destacamos.

Desde o “Projeto...” (1895a/1950), Lacan nos mostra necessidade e pulsão separadas pela entrada em cena do significante na economia humana. Pois, se de um lado a fome é saciada, a necessidade vital é atendida pelo seio que oferece o leite, por outro, no registro da pulsão, “não é pelo alimento que ela se satisfaz, é como se diz, pelo prazer da boca” (LACAN, 1964a, p.159). O prazer da boca, a boca aí como *fonte* de uma pulsão que é parcial, que não se

---

<sup>45</sup> Muito embora Freud (1895, p.369) situe a *vontade* como impulso derivado das pulsões, tratar-se-ia, antes de tudo, de uma vontade referida ao próprio aparelho.

refere nem de longe à necessidade de um organismo totalizado, como a fome. O prazer que se articula nesse momento é um prazer auto-erótico, de uma excitação que parte da *fonte* no corpo fragmentado e retorna sobre ela.

A relação da pulsão com a necessidade é retomada na metapsicologia freudiana, quando Freud (1915) compara a pulsão a necessidades internas como a fome e a sede. Aproximar a pulsão da necessidade parece ser uma forma de Freud afastar a compreensão da pulsão como um simples estímulo – *Reiz* – externo. Como a necessidade, a pulsão teria sua fonte no corpo, “é um *Reiz* interno” (LACAN, 1964a, p.156). A conseqüência que Freud extrai daí é que de uma força que emana desde dentro “não há como fugir” (FREUD, 1915, p.124), ela estará sempre lá, acoçando o sujeito.

A pulsão nos revela, assim, o corpo em sua dimensão de alteridade, alteridade esta da qual não há escapatória: vivo, o homem responde a este chamado, de uma maneira ou de outra. O corpo, vimos com Freud em 1930, é uma das fontes de mal-estar a que o homem está fadado a se submeter. E trata-se de uma submissão radical: o corpo morre, e, com ele, morre o sujeito. Nesse sentido, a pulsão nos permite trazer para a cena o sujeito freudiano em sua dimensão de carne e osso. Mas não só de carne e osso. Há também o significante. Há, ainda, a imagem.

A imagem, nos ensina Lacan (1949), é precisamente por onde o corpo se constitui como uma unidade. É na imagem do outro, de seu corpo refletido no espelho, que o bebê “ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta” (LACAN, 1949, p.97), surpreende e antecipa nessa imagem sua unidade – o corpo, seu corpo. Antecipa aí na medida em que faz disso “o” corpo, pois que unidade não há no corpo pulsional, algo como uma colcha de retalhos, um corpo fragmentado, marcado pelo exercício de pulsões caóticas, que revelam sua existência despedaçada.

Aprendemos com Freud (1914) que o corpo humano é originalmente partido, fragmentado, marcado pela atividade das pulsões parciais que agem em diversas e esparsas fontes erógenas no corpo: “uma unidade comparável ao ego não pode existir no indivíduo desde o começo; o ego tem que ser desenvolvido. Os instintos [pulsões] auto-eróticos, contudo, ali se encontram desde o início (...)” (FREUD, 1914, p.84). A unidade corpórea se ancora no eu como instância psíquica imaginária, instância esta que Freud (1923) reconhece o caráter de superfície<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Freud (1923, p.39) afirma que “O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície”, pondo em destaque a constituição do eu numa certa relação com o corpo.

Pois bem, se o sujeito não é sem o corpo, ele também não é sem o eu que o constitui como unidade essencialmente imaginária. É com este outro – o outro como imagem do próprio – que o sujeito irá se identificar, é nessa unidade que ele se apreenderá como eu, suposto senhor de seu discurso. Estamos, com esta breve passagem pela constituição imaginária do eu, apenas ressaltando mais uma vez a divisão que marca o sujeito tal como Freud o inaugura. Isso se revelará importante quando estivermos tratando da questão da satisfação da pulsão. Por ora, testemunhar essa alienação fundamental que marca a constituição do eu na imagem nos serve para ressaltar a parcialidade que a pulsão revela, nesse mesmo corpo que se antecipa uno.

Tomando de empréstimo a fala de Groddeck, Freud afirma que “nosso ego comporta-se essencialmente de modo passivo na vida (...), nós somos ‘vivididos’ por forças desconhecidas e incontroláveis” (1923, p.37). Somos vivididos, há algo que vive em nós, algo que nos diz respeito uma vez que há aí o que Lacan (1964a, p.171) chama de “comunidade topológica”: o corpo é *eu*, constitui esse *eu*, mas é, antes e acima de tudo, *isso*. Coexistem no corpo, unidade e fragmentação. O eu aferrado à unidade, é ameaçado constantemente pela força pulsional, que emana das fontes de um corpo que ela ameaça revelar em sua fragmentação original.

A pulsão não faz referência a este corpo unificado, ela vem, pelo contrário, expor o corpo em seu “polimorfismo eterno” (LACAN, 1959/60a). As fontes da pulsão em pontos de hiância no corpo, no corpo real “do” sujeito, mas ao qual ele só tem acesso nessa via significante, se coloca como ponto irreduzível, na demanda constante por um trabalho que, mesmo efetuado, é sempre insuficiente. É disso que Lacan parece tratar, ao nos dizer que “tudo o que é da ordem do *Trieb* coloca a questão de sua plasticidade, mas também de seus limites” (LACAN, 1959/60a, p.120).

Limite este que situamos, em primeiro lugar<sup>47</sup>, nesse corpo em sua dimensão radicalmente alteritária, nas fontes da pulsão – as bocas eleitas, pontos de hiância – que não cessam de impor ao psiquismo trabalho. A fonte da pulsão em pontos eleitos e desconexos desvenda o caráter irreduzível da parcialidade, da não totalidade que rege o campo pulsional, e que atravessa o humano, denunciando a condição real de um eu que ainda quer se manter íntegro. A esse respeito, Lacan nos convida a interrogar:

“Será que é uma perspectiva cor-de-rosa, e sujeita ao otimismo pastoral, que essas zonas erógenas, esses pontos de fixação fundamentais nos abrem? Será isto

---

<sup>47</sup> O terceiro capítulo retomará *das Ding* como o impossível no campo do objeto, no tópico “O objeto que engana”.

uma via sujeita à liberação? – ou a mais severa servidão? Essas zonas erógenas (...) são os pontos de onde *Eros terá de extrair* sua fonte” (LACAN, 1959/60a, p.118, grifos nossos).

Liberação era o que prometiam aqueles que praticaram a psicanálise no esteio das pastorais: “pulsão parcial, chamamo-la, implicando com isso a idéia de que ela se harmoniza na totalização” (LACAN, 1959/60a, p.237). A unificação da pulsão sob o primado do genital trazia a promessa de um corpo definitivamente uno, em comunhão com uma pulsão também unificada. Mas o que Freud articula, e que é retomado por Lacan, é que há “um núcleo nunca inteiramente resolvido pelo primado de uma genitalidade qualquer” (LACAN, 1959/60a, p.119), núcleo este que se presentifica no corpo nas fontes da pulsão – ponto irreduzível, “de onde *Eros* terá de extrair sua fonte”.

Neste trecho, Lacan desloca a psicanálise de qualquer perspectiva pastoral, mas há ainda algo mais que nos intriga. Ele não situa simplesmente no corpo a fonte da pulsão, como algo que desde sempre esteve lá. *Eros* há de *extrair* do corpo, dessas estruturas de borda, sua fonte. Extrair, arrancar. O que nos sugere que isso não está dado. *Eros* aparece aí já como um trabalho de fazer surgir do corpo a fonte de um exercício da sexualidade. O corpo é potencialmente erógeno – sejam as estruturas de borda, sejam os órgãos internos. No entanto, a evidente prevalência da erogeneidade de um certo número de “bocas na superfície do corpo” (LACAN, 1959/60a, p.118), indica que é no que esse corpo comporta uma certa abertura ao mundo externo, que ele se faz erógeno. É no que esse corpo se oferece a ser cuidado por um outro – o *Nebenmensch* destacado por nós no primeiro capítulo deste trabalho – que *Eros* pode dali extrair sua fonte.

*Eros* só pode fazer do corpo sua fonte uma vez que o Outro tenha entrado em cena, na figura do *Nebenmensch*, que ao sujeito ainda em vias de existir empresta sua cadeia significante. De saída, o que está dado é a pulsão em seu caráter puro, silencioso, como “perpétua sensação opressora de alguma maldição original” (LACAN, 1959/60a, p.119). Entre a pulsão em seu estado puro, pulsão de morte – *diabolus*, o príncipe do mundo (LACAN, 1959/60a, p.117) – e *Eros*, há um passo. Há em primeiro lugar o Outro. O que abre as portas, possivelmente, mas não necessariamente, para a pontual emergência do sujeito. Nesse sentido, já no nível da fonte da pulsão vemos aparecer um lugar de escolha, onde o exercício da pulsão pode – ou não – extrair do corpo a fonte de *Eros*.

## A pulsão não é necessidade, ela é *Konstante Kraft*

“A constância do impulso proíbe qualquer assimilação da pulsão a uma função biológica, a qual tem sempre um ritmo. A primeira coisa que diz Freud da pulsão é, se posso me exprimir assim, que ela não tem dia nem noite, não tem primavera nem outono, que ela não tem subida nem descida. É uma força constante” (LACAN, 1964a, p.157).

O aspecto motor da pulsão – o *Drang*, pressão – designa a medida da exigência de trabalho que é feita ao psiquismo, passando assim pelo prumo do ponto de vista econômico da metapsicologia freudiana. E Freud situa justo aí, nesse viés econômico, a “essência” (FREUD, 1915, p.127) da pulsão, apontando que toda pulsão é em si atividade. A pulsão fica caracterizada, assim, pelo aspecto de pressão que exerce no psiquismo, exigindo trabalho.

Esta pressão não se dá, como ocorre no âmbito das necessidades, de maneira pontual. O fator motor não deve ser entendido como pressão momentânea, mas como “impacto constante” (FREUD, 1915, p.124). É sob a rubrica da *Konstante Kraft* que Freud nos leva a apreender de que se trata na experiência mais vívida do sujeito com a pulsão. Dizer que pulsão se coloca para o psiquismo como uma força constante afirma nada menos do que a existência de uma certa força, de uma espécie de impulso – *Drang* – que não cessa de se fazer presente, que acossa todo o tempo. E isso é coisa bem diferente da necessidade. Um *Drang* que não cessa designa a existência de uma pressão constante no psiquismo, um estado de propensão à descarga que não deixa de existir em momento algum: a pulsão “não tem dia nem noite, não tem primavera nem outono, ela não tem subida nem descida, é uma força constante” (LACAN, 1964a, p.157).

No trabalho que fizemos a partir do “Projeto...”, temos a referência precisa a este viés econômico que Freud empresta à pulsão quando a entende como *Drang*. Neste texto, vimos a pulsão comparecer referida à estimulação endógena – acréscimo constante de Q em *Psi* – que como um motor alimenta a “motivação do tipo compulsivo” (FREUD, 1895a/1950, p.374), instaurada a partir do estado de *die Not des Lebens*, sem de forma alguma se reduzir a ele. Isso se articula no que lá apresentamos como a primeira experiência de satisfação, no exemplo paradigmático da fome do bebê. Freud situa nesse encontro fundante com o Outro não apenas a satisfação do estado de urgência da vida – da necessidade como tal – mas o surgimento de um resquício, um resto que virá a ser o motor de toda a vida psíquica. Surgida do encontro com o significante que vem do Outro, essa força vem constituir a “*mola mestra*” (FREUD,



1895a/1950, p.368), algo que impulsiona *toda* a atividade psíquica no sentido de repetir a satisfação.

A ênfase nesse aspecto econômico da pulsão nos leva a uma breve reflexão sobre a relação deste conceito com o princípio do prazer, tal como comparece no texto freudiano. É a partir disso que poderemos retomar nosso ponto de partida – a busca da felicidade – e pontuar, com Lacan, as limitações que encontramos ao reduzir o conceito de pulsão ao fator motor. Isso nos permitirá, ainda, introduzir os paradoxos que marcam a satisfação da pulsão, e em que isso implica o sujeito de que estamos tratando, esse que está em busca de felicidade.

### **Os embaraços da economia freudiana: pulsão e princípio do prazer**

“A pulsão não é o impulso. O *Trieb* não é o *Drang*”  
(LACAN, 1964a, p.154).

Abordar a pulsão de seu viés econômico já nos coloca na teia dos paradoxos que sua satisfação enseja, o alvo da pulsão. Não hesitaremos em deixar entrar aqui esta questão, muito embora ainda pretendamos dedicar ao problema do alvo da pulsão um lugar especial neste capítulo.

A intrínseca relação entre pulsão e princípio de prazer comparece no texto que é nosso ponto de partida, “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), quando Freud aborda a busca do homem pela felicidade. É o *Drang*, “identificado a uma pura e simples tendência à descarga” (LACAN, 1964a, p.154), o que parece uni-los de uma maneira tal que quase não podemos mais discernir conceitualmente a pulsão e o funcionamento do princípio do prazer.

Neste texto, Freud afirma que a busca humana da felicidade é imposta pelo programa do princípio de prazer, regulador do psiquismo na busca da descarga. Um pouco mais adiante, ele afirma que a “satisfação do instinto [pulsão] equivale para nós à felicidade” (1930[1929], p.86). Assim, se a busca está vinculada ao programa do princípio do prazer, seu objetivo – a felicidade – é atrelado à satisfação pulsional, entendida por ele como descarga de um acúmulo de libido (1915), descarga de uma certa quantidade represada (1895a/1950).

A busca da felicidade, assim como a questão do prazer, aparece aí ligada ao que Freud articula no plano das quantidades, no ponto de vista econômico de sua metapsicologia (FREUD, 1915). O privilégio da economia não se restringe a este ponto de sua obra, já que vimos que é assim que, desde o “Projeto...”, ele procura definir de que se trata para o homem

no que diz respeito à obtenção do prazer. Entendidos exclusivamente por este viés econômico, pulsão e princípio do prazer parecem andar de mãos dadas, em direção a um mesmo objetivo: a descarga das tensões acumuladas, buscando em última instância que a energia seja aniquilada e a inércia restabelecida. Nesse contexto, o princípio do prazer não se distinguiria do princípio de inércia, de um modo tal que acabaria por se revelar servo da pulsão de morte (FREUD, 1920).

Partir do princípio do prazer como princípio de inércia – seja a partir do texto de 1895 ou no que ficou consagrado como a virada dos anos 20, com a postulação da pulsão de morte (FREUD, 1920) – aproxima a felicidade de um estado de satisfação plena, absoluta, resolutiva da pulsão. Aproxima a felicidade da inércia alcançada, como que fruto de uma satisfação derradeira e definitiva da pulsão, que não mais perturbaria o homem, livre enfim da tensão constante que ela estabelece. Aproxima a felicidade, em última instância, da morte – eis o grande paradoxo desta definição freudiana de felicidade – sucesso absoluto da pulsão de morte, abreviação do *détour* que é a vida.

No entanto<sup>48</sup>, é preciso pensar em que consiste o funcionamento do princípio do prazer – e, ainda, a satisfação pulsional – uma vez que se está vivo, uma vez que a inércia está perdida, mas que não cessa de ser demandada por um sistema que se regula em busca da homeostase. É precisamente neste ponto que a pulsão não mais se coadunaria com o princípio do prazer, pois que como exigência que se coloca mais além do princípio do prazer, a pulsão se situa no limite, como o que alimenta a busca ao mesmo tempo em que atesta, por sua presença constante, o seu fracasso. É assim que o princípio do prazer encontra, nas forças mesmas que o alimentam, o seu para além:

“O acossamento do princípio do prazer pela incidência da pulsão parcial, aí está por onde podemos conceber que as pulsões parciais, ambíguas, estão instaladas **no limite** de uma *Erhaltungstrieb*, da manutenção da homeostase (...)” (LACAN, 1964a, p.174, grifo em itálico do autor, grifos em negrito nosso).

Na obra freudiana, a aproximação do princípio do prazer com o princípio de inércia já está delimitada desde o “Projeto...” (1895a/1950). As conseqüências radicais desta equivalência, muito embora se apresentassem a Freud em sua incidência clínica, só vão ser

---

<sup>48</sup> Sobre este assunto, remetemos o leitor ao capítulo anterior, mais especificamente ao tópico “A inércia é interrompida pela vida: ecos do *Além*”.

introduzidas em sua metapsicologia vinte e cinco anos mais tarde, com a postulação do conceito de pulsão de morte como um mais além do princípio do prazer. É apenas nesse momento que Freud pode trazer à luz o paradoxo em que se sustentava o princípio de prazer, ao mesmo tempo ligado à vida e à morte<sup>49</sup>.

Na tentativa de resolver – ao menos no campo conceitual – este paradoxo, Freud (1924a, p.174) nomeia princípio de *Nirvana* a tendência ao zero de tensão, tendência esta que ele entende como diretamente ligada ao funcionamento da pulsão de morte. O princípio de prazer, por outro lado, é trazido para o lado das pulsões de vida, como modificação introduzida pelas perturbações que as necessidades da vida impõem ao organismo<sup>50</sup>. O paradoxo deixa de estar submerso em mal entendidos teóricos para ser sustentado por Freud a partir de sua nova teoria das pulsões e dos princípios que as regem. O paradoxo teórico, como indicamos ao final do primeiro capítulo deste trabalho, abre as portas para um paradoxo que marcará a própria natureza do sujeito tal como Freud o entende.

No que tange ao conceito de pulsão, Lacan chama atenção para a sua complexidade, nos convocando a não aceitar depressa demais a solução econômica dada por Freud, que identifica o funcionamento das pulsões de morte ao princípio de *Nirvana*. Tal apreensão reduz a pulsão a seu viés econômico – identifica *Trieb e Drang*. Lacan nos convida, assim, a pensar o conceito de pulsão a partir de Freud, mas não com ele. A tomar aquilo que ele nos deixa como direção, sem nos deixar aprisionar por determinado ponto de sua elaboração teórica. Fazê-lo não implica em ultrapassar Freud, uma vez que como Lacan afirmará ainda em 1964, não só a pulsão não pode ser reduzida a alguma manifestação da inércia inerente à vida orgânica – conforme afirmara Freud (1920)<sup>51</sup>– como “um exame sério da elaboração que Freud dá da noção de pulsão vai contra isso” (LACAN, 1964a, p.154).

Assim, somos convocados a ampliar os domínios do conceito de pulsão para além da economia freudiana do prazer, já que aquele “não é redutível à complexidade da tendência

---

<sup>49</sup> Este paradoxo foi colocado em primeiro plano no capítulo anterior, quando trabalhamos a dimensão autônoma da máquina movida pelo princípio do prazer, operando necessariamente a partir de uma oposição constitutiva ao princípio de realidade, a partir do “Projeto...”. Embora este paradoxo só seja reconhecido por Freud com todas as letras em 1920, quando ele admite o inegável parentesco do princípio do prazer com a pulsão de morte, podemos também reconhecê-lo no âmbito da primeira teoria das pulsões, onde este princípio opera do lado das pulsões sexuais, buscando a satisfação sem qualquer consideração pela manutenção da vida.

<sup>50</sup> Entendemos tratar-se de uma outra forma de delimitar conceitualmente o que – vimos no capítulo anterior – já se delineava no “Projeto...”, no que observamos como consequência da incidência dos estímulos endógenos no aparelho neuronal que estaria inicialmente orientado para a inércia. Remetemos o leitor ao que lá chamamos “tendência restituidora” e “tendência repetitiva”, ambas associadas ao funcionamento do princípio do prazer. (LACAN, 1954a/55).

<sup>51</sup> “Parece então que o instinto [pulsão] é um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas (...), ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica” (FREUD, 1920, p.47, grifos do autor).

entendida em seu sentido mais amplo, no sentido do energético. Ela comporta uma dimensão histórica” (LACAN, 1959/60a, p.256). Tomar a pulsão em sua historicidade significa pensá-la o tempo todo com relação a uma cadeia significativa sem a qual não podemos captar sua incidência no humano – a quantidade sempre em sua articulação com as *Bahnungen*, como trabalhamos no capítulo primeiro. Além do mais, vale destacar que partir da relação necessária da pulsão à cadeia significativa de forma alguma vai contra a posição freudiana. A definição<sup>52</sup> que encontramos na metapsicologia freudiana, que parece confundir a pulsão e o representante da pulsão, é testemunha disso.

Lacan introduz assim um “ponto de cisão” (1959/60a, p.258) entre o princípio de *Nirvana* – entendido como tendência a um equilíbrio terminal – e a pulsão de morte. Essa coincidência só seria válida se pensássemos a pulsão de morte no nível dos sistemas materiais inanimados. Como tratamos do vivo, e ainda, do vivo enquanto atravessado e constituído no significativo, é preciso fazer intervir em nossa compreensão da pulsão de morte a estrutura significativa em sua dimensão de heterogeneidade.

A retomada lacaniana do conceito de pulsão permite-nos trazer para o primeiro plano – como pudemos apreender brevemente quando abordamos a questão da fonte da pulsão – sua dimensão de efeito real da subversão que opera o significativo no campo do que seriam as necessidades humanas. Permite, ainda, pensar não apenas o sucesso mítico do princípio do prazer, relativo a uma satisfação plena e resolutiva da pulsão, tal como *teria sido*<sup>53</sup> a da primeira experiência de satisfação. Trata-se de trazer à luz o que se apresenta como sucesso do princípio do prazer *nosso de cada dia* – que regula o funcionamento mental do humano enquanto vivo – pois que a pulsão está aí se satisfazendo, enquanto o eu, esse está infeliz.

Com Lacan, o mito freudiano da inércia perdida é posto em termos de estrutura, de estrutura simbólica, estrutura significativa. O conceito de pulsão não mais ancorado em uma mitologia, mas operando como ficção, no sentido que “toda verdade tem uma estrutura de ficção” (LACAN, 1959/60a, p.22). O que em Freud aparece como buscando o retorno ao inanimado, em Lacan passa a ser entendido na sua inextrincável relação à cadeia significativa. Desse modo, Lacan traz à luz uma dimensão propriamente ética na relação do sujeito com a pulsão de morte, pulsão por excelência. Tomada em sua dimensão de historicidade, a pulsão de morte é destrutividade, como dizia Freud (1923, 1930 [1929]), dirigida para dentro ou para fora; mas é antes e acima de tudo vontade de destruição disso que se estabelece como cadeia

---

<sup>52</sup> Lá, Freud define a pulsão “como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente (...)” (FREUD, 1915, p.127).

<sup>53</sup> Grifo nosso, para retomar a nossa indicação do primeiro capítulo segundo a qual a plenitude se instauraria num *só-depois*, como marca no psiquismo.

significante. Nesse sentido, a pulsão de morte pode se revelar em sua dimensão de abertura para o novo, para o inantecipável, se exercida como vontade de criação, vontade de Outra-coisa, de recomeçar do zero, com novos custos (1959/60a, p.259). O que não é sem a sua dimensão de destruição.

Os destinos da pulsão – seja da pulsão de morte em seu estado puro; seja como *Eros*, que extrai do corpo sua fonte – contam com o assentimento do sujeito. Melhor dizendo, são esses destinos que, como atos do sujeito, definem a sua existência, a cada vez que o acoçamento pulsional exige resposta, a cada vez que uma resposta é dada.

### **A paradoxal satisfação pulsional: nem prazer, nem felicidade**

“(…) é claro que aqueles com quem temos que tratar, os pacientes, não se satisfazem, como se diz, com o que são. E, no entanto, sabemos que tudo o que eles são, tudo o que eles vivem, mesmo seus sintomas, depende da satisfação. Eles satisfazem algo que vai sem dúvida ao encontro daquilo com o que eles poderiam satisfazer-se, ou talvez melhor, eles dão satisfação a alguma coisa. Eles não se contentam com seu estado, mas, estando nesse estado tão pouco contentador, eles *se* contentam assim mesmo. Toda a questão é justamente saber o que é esse *se* que está aí contentado” (LACAN, 1964a, p.158, grifos do autor).

Ao tomar a busca da felicidade como correlata ao programa do princípio de prazer, fomos enviados ao nó que atravessa a obra freudiana com relação a este princípio e, ainda, no que desse princípio, em Freud, se articula a uma certa concepção estritamente econômica da pulsão, que se decalca também sob a forma como entendemos a sua satisfação.

O nó que destacamos daí permanece ainda se deixamos de lado o princípio de prazer enquanto princípio fundamentalmente orientado para a inércia, e nos restringimos a pensar sua finalidade como a obtenção do prazer pela via da descarga libidinal, – como nos é apresentado a partir do primeiro conflito pulsional, ou ainda, como seria a sua meta enquanto princípio ligado à ação das pulsões de vida, o “vigia de nossa vida” (FREUD, 1924a, p.179). Não nos livramos do paradoxo que nos impõe a economia: encontramos o que seria uma suposta equivalência entre prazer – no que este é entendido como descarga – e felicidade.

Somos, assim, mais uma vez<sup>54</sup> lançados nos percalços que Freud encontra para descrever o mecanismo do prazer, o que – cabe ressaltar – jamais o impedira de das mais diversas maneiras trazer à luz a sua paradoxal natureza no humano. Partindo do contexto da primeira tópica e da primeira teoria pulsional, pensar o prazer como correlativo à felicidade já se revela deveras contraditório. Isso porque é Freud mesmo quem nos ensina que o sintoma neurótico seria uma forma de “descarga (ou satisfação)” (1916d/17d, p.363), mas que resultaria num desprazer no nível do eu.

O sintoma é a saída dada pelo neurótico ao conflito instaurado pelo acossamento pulsional, uma tentativa de atingir a satisfação sem desfazer o recalque. Freud entende que pelo sintoma, os neuróticos esperam retornar “a um período do seu passado, no qual sua libido não se privava de satisfação, no qual eram felizes” (FREUD, 1916d/17d, p.367). No entanto, isso que satisfaz a pulsão pela via do sintoma, não parece fazer o homem feliz. É se queixando de seu sintoma que o neurótico chega ao analista, e lhe dirige sua demanda de felicidade.

Com o sintoma – indicamos com Lacan na passagem citada na abertura deste tópico – algo *se* contenta, mas não se está contente. Esta passagem evidencia o caráter de descentramento do eu em relação ao que o determina: de um lado o *eu*, aquele que quer ser feliz, de outro, a cadeia de significante, o *isso* que o determina, por onde a libido encontra seu caminho de satisfação sob comando do princípio de prazer. Enquanto o eu tenta manter-se íntegro, uno, razoável, a pulsão *se* satisfaz das formas mais paradoxais.

Não precisamos ir para a segunda tópica freudiana e tomar o problema econômico do masoquismo para pensar as ambigüidades que o termo prazer carrega. Basta nos voltarmos para o sintoma, satisfação da pulsão por vias substitutivas, prazer de uma instância e desprazer de outra. Só isso já basta para pensarmos o quão paradoxal é a satisfação pulsional, e os paradoxos que passam a marcar também, a felicidade do sujeito, a ela referida.

A pulsão se satisfaz a reboque do eu, descontente, infeliz, já que disso que se contenta nele, ele só pesca o resultado, expresso no sofrimento do sintoma como substituto. Das maneiras mais paradoxais, a pulsão se satisfaz, em detrimento do eu do sujeito, que sofre. Lacan nos diz, “isso ao que eles satisfazem pela via do desprazer é, assim mesmo (...) a lei do prazer” (1964a, p.158). Lei do prazer, do próprio princípio do prazer, onde o alvo da pulsão é atingido, onde aquilo que é da ordem do prazer é alcançado, mas que coloca o sujeito na miséria neurótica.

---

<sup>54</sup> Desenvolvemos esse ponto no capítulo anterior, no tópico “A onipotência da quantidade: o automatismo, a consciência e o princípio do prazer”.

Freud fala do sintoma como formação de compromisso (FREUD, 1916d/17d, p.361) entre as exigências da sexualidade e as exigências da realidade. Essa é uma solução que o neurótico tenta dar ao conflito, solução esta que – vale destacar – é por ele escolhida. O sintoma serve a ele como forma de dar destino ao acossamento pulsional, numa tentativa de apaziguar o conflito entre princípio de prazer e princípio de realidade. É a sua resposta. Como uma saída possível na busca da satisfação pulsional, o sintoma traz “um novo método de satisfazer a libido” (FREUD, 1916d/17d, p.361). O sujeito padece daquilo mesmo que o permitiu apaziguar o conflito, já que ele “sente a suposta satisfação como sofrimento e se queixa deste” (FREUD, 1916d/17d, p.368).

O que se trata de destacar aí é a dimensão de escolha do sujeito na saída sintomática para o acossamento pulsional. A definição dada por Freud em sua conferência XXIII “Os caminhos da formação dos sintomas” nos coloca de frente com essa dimensão ética de um certo posicionamento do sujeito para dar conta do conflito no qual ele mesmo se constitui:

“Os sintomas – e, naturalmente, agora estamos tratando de sintomas psíquicos (ou psicogênicos) e de doença psíquica – são *atos*, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que por vez, deles se queixa *como sendo* indesejados e causadores de desprazer ou sofrimento” (FREUD, 1916d/17d, p.361, grifos nossos).

Marcado pelo conflito entre princípio de prazer e realidade, o sujeito hesita ante a tentativa de efetuar uma ação que modificaria o mundo externo<sup>55</sup> – ação esta que, sabemos, jamais seria capaz de repetir o que ficara registrado no psiquismo como primeira experiência de satisfação, pois que o objeto que dela participara é objeto para (e desde) sempre perdido. Na tentativa de não incorrer a frustração, o neurótico estabelece “um ato interno em lugar de um externo, uma *adaptação* no lugar de uma *ação*(...)” (FREUD, 1916d/17d, p.368, grifos nossos). Dessa adaptação – que não deixa de se colocar como ato do sujeito, uma vez que vem em seu lugar – ele se queixa.

O neurótico estranha aquilo que é nele articulado como sendo a sua via de satisfação. Sua escolha aí é de, no caminho da satisfação, não passar por nenhuma dimensão de alteridade. É se adaptar. É se economizar de encontrar os limites que a satisfação pulsional

---

<sup>55</sup> Essa discussão foi por nós iniciada no capítulo primeiro, no tópico “O princípio de realidade”, quando abordamos o caráter de contingência da ação específica numa máquina movida pelo princípio do prazer. Lá, deixamos indicado o estatuto ético do princípio de realidade, em sua oposição ao princípio do prazer. Nesse sentido, aquele princípio se coloca como abertura possível, mas não necessária, ao ato do sujeito.

carrega. Dessa escolha, ele padece. Padece, pois reluta em reconhecer que o objeto a que recorre como sendo o que daria satisfação a pulsão é objeto sempre faltoso. Faltoso porque se de um lado ele propicia a descarga – que não é nem prazer, nem felicidade – de outro, ele não é capaz de saciar a força da pulsão, que teima em exigir trabalho. Paradoxalmente, é a esse objeto que o neurótico recorre compulsiva e excessivamente, na tentativa de tamponar a falta que o encontro mesmo com ele evidencia.

O modo de vida de nossa sociedade de consumo, a que situamos logo no início deste capítulo numa linha contínua com o pensamento utilitarista, é testemunha disso. A promessa de felicidade pela via do consumo de objetos de satisfação, não esgota a demanda pulsional, e muito menos permite ao homem aceder à tão sonhada felicidade. A promessa não se cumpre, e o excesso de objetos disponíveis mal serve para tamponar a falta. Muito pelo contrário, é na medida mesmo em que recorre a esses objetos que o neurótico encontra, na sua satisfação, o paradoxo em que se funda sua existência. É preciso que algo falte, para que ele possa se exercer como sujeito – tal é a verdadeira função do objeto no circuito pulsional, desvelada por Lacan<sup>56</sup>.

Pudemos aqui, a partir de uma breve apreciação do sintoma como satisfação pulsional, expor o contra-senso de se fazer corresponder a felicidade à satisfação pulsional *nossa de cada dia*, restringindo-nos a pensá-la de um viés econômico, o prazer entendido aí como descarga, como é proposto por Freud. Há, no entanto, uma contradição inerente à própria teoria freudiana do prazer, um problema que se situa dentro de sua concepção econômica, que – uma vez desvelado – alarga ainda mais o caráter paradoxal de se fazer corresponder a satisfação à felicidade. É disso que trataremos a seguir.

### **Mais além da economia do prazer: a pulsão *sempre* se satisfaz**

“O que chamamos *felicidade* no sentido mais restrito provém da satisfação (de preferência repentina) de *necessidades* represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como *manifestação episódica*” (FREUD, 1930[1929], p.84, grifos nossos).

---

<sup>56</sup> O objeto da pulsão, sublinhado por Lacan em sua dimensão de vazio – que depende de uma certa posição do sujeito para assim se colocar – , será o último ponto apreciado neste capítulo. Voltaremos ainda à questão do objeto no último capítulo deste trabalho, especialmente no tópico “O objeto que engana”.



Como sugere o desencontro entre o título deste tópico e o trecho que o abre, trata-se nesse momento de apontar o mal-entendido a que pode nos levar o privilégio freudiano do ponto de vista econômico, tomado como meio para explicar os caminhos do prazer no homem. O prazer entendido como descarga. O desprazer, como acúmulo. A satisfação da pulsão – desta tomada exclusivamente em sua vertente de força – reduz-se à pontualidade da descarga. O *quiproquó* se completa, ainda, pela referência freudiana à biologia, que acaba por aferrar a pulsão a uma dimensão de necessidade, curiosamente associada à felicidade humana<sup>57</sup>. Tudo aí parece estar num caminho diametralmente oposto à subversão que Freud mesmo opera no campo do humano, ao afirmar a pulsão como seu móvel fundamental.

Observamos<sup>58</sup> que desde o início, Freud encontra um certo embaraço em sustentar sua compreensão do prazer/desprazer exclusivamente em termos econômicos. Se o prazer deve ser entendido como a descarga das tensões acumuladas, o que dizer do inegável prazer que se experimenta no ato sexual, que precede a descarga propriamente dita – o orgasmo – que encerra o coito? Em 1905, Freud resolve esta questão optando por manter sua concepção econômica do prazer. Ele nomeia “pré-prazer” (1905, p.197) o prazer experimentado no atos preparatórios à cópula genital e mantém, assim, na descarga genital o prazer propriamente dito.

A questão da satisfação se desloca e se radicaliza da primeira para a segunda teoria das pulsões. Como vimos, num primeiro momento o princípio de prazer não é colocado em questão. O que era sentido como desprazer por uma instância – o eu do sujeito, aquele que quer ser feliz – era, por outro lado, forma substituta de obtenção de prazer pela via de uma formação de compromisso (FREUD, 1916d/17d, p.361), em todo caso, prazer em termos inconscientes. A análise incidiria nessa satisfação inconsciente do sintoma, buscando decifrá-lo (FREUD, 1916b/17b, p.287) para permitir ao sujeito novas formas de satisfação, se podemos dizer, mais “felizes” para o eu.

Com a segunda tópica e a segunda teoria pulsional, abre-se um vão que desloca o princípio de prazer, e com ele, a questão da satisfação pulsional. A postulação da pulsão de morte (FREUD, 1920) convoca Freud a colocar em questão o seu entendimento do fenômeno do masoquismo, que revelaria um acúmulo de tensão – sem a sucessiva descarga, como

---

<sup>57</sup> Cabe ressaltar aí que se trata de um ponto da elaboração teórica freudiana, onde justamente sublinhamos o limite dos recursos de que Freud lançara mão para abordar o mal-estar na civilização. Não podemos negligenciar que é nesse mesmo texto que Freud afirma a impossibilidade radical do plano do homem de alcançar a felicidade. Lembremos disso, antes de nos deixar captar por um certo momento de sua teorização.

<sup>58</sup> Remetemos o leitor ao primeiro capítulo deste trabalho, no tópico “A onipotência da quantidade: o automatismo, a consciência e o princípio do prazer”, onde abordamos este tema.

tínhamos com a idéia de pré-prazer<sup>59</sup> – buscado pelo sujeito, como forma de satisfação. Começa a se evidenciar aí a dimensão de uma satisfação pulsional que se dá seja na descarga, seja na contenção – a dimensão de uma pulsão que *sempre* se satisfaz.

Há um efeito de corte na teoria freudiana, com a postulação do conceito de pulsão de morte. A afirmação deste conceito inicia uma série de retomadas de pontos que outrora já haviam se colocado a Freud, mas que retornam então em sua condição de enigma. Nos interessa de perto aquele que diz respeito a sua economia do prazer. Desde o “Projeto...”, a passagem do que se dava no plano das quantidades para o campo das qualidades coloca para Freud um problema, que ele inclusive divide com o leitor. Naquele ponto, a resposta freudiana se dá pela noção de período, que recorre a algo de uma natureza temporal específica, como forma de dar conta do que parece ser impossível abarcar apenas pela economia.

Reencontramos anos mais tarde<sup>60</sup>, neste ponto de retomada de certas questões que desde sempre estiveram presentes em seu texto, a referência a uma espécie de temporalidade outra (que não a cronológica) para dar conta de sua apreensão do modo de funcionamento do sujeito que ele começa a desvelar. No artigo “O problema econômico do masoquismo” Freud divide com aquele que o acompanha em sua jornada suas inquietações com relação àquilo que ele mesmo construíra para dar conta dos mecanismos do prazer no homem. A frase que abre seu texto deixa aparecer de maneira exemplar o que ele (re)encontra diante de si como enigma, colocado em cena com força total como consequência do que o conceito de pulsão de morte impõe em sua teoria:

“A existência de uma tendência masoquista na vida instintual [pulsional] dos seres humanos pode ser corretamente descrita como misteriosa desde o ponto de vista econômico” (FREUD, 1924a, p.177).

O mistério envolvido na existência de algo como o masoquismo primário coloca em xeque a fórmula freudiana que equivalia prazer e descarga, desprazer e acúmulo de tensão, sustentada a duras penas ao longo de seu percurso. Ao postular a pulsão de morte, Freud se vê impelido a aproximar definitivamente o plano da satisfação da pulsão e o sucesso do paradoxal princípio de prazer – e com isso, a questão da felicidade – de um estado de

---

<sup>59</sup> Nesse primeiro momento Freud (1905, p.197) considerava necessária a descarga posterior ao acúmulo da tensão, como o prazer propriamente dito, sendo o acúmulo de tensão apenas uma preparação para um prazer final, este sim condicionado à descarga.

<sup>60</sup> Remetemos o leitor a Freud (1920, p.18, p.83; 1924a, p.178).

*Nirvana*, de descarga completa de tensão – possível apenas de ser imaginado, mas jamais vivenciado, uma vez que diretamente referido à morte.

Por outro lado – do lado do vivo, e ainda, do vivo enquanto atravessado pelo significativo – a existência de uma tendência masoquista primária aponta para um prazer obtido não na descarga, mas no acúmulo de tensão. A instância psíquica por ele nomeada supereu vem justamente evidenciar a existência, na constituição do sujeito, de alguma coisa que se satisfaz quanto mais o eu renuncia à obtenção do prazer pela consagrada via da descarga (FREUD, 1930[1929], p.140/1). O sentimento de culpa e sua paradoxal satisfação alimentando a consciência moral como um “parasita nutrido pelas satisfações que se lhe concedem” (LACAN, 1959/60a, p.114). É a pulsão se satisfazendo, seja na descarga, seja na contenção. A pulsão *sempre* se satisfaz.

Vemos que, mesmo tendo encontrado e reconhecido os limites de sua economia do prazer, Freud jamais dela abriu mão. O trecho que abriu este tópico – de 1930, portanto posterior a toda esta reflexão que destacamos acima – revela a permanência da descrição do prazer em termos de descarga no texto freudiano. Freud dá o passo, ao mesmo tempo que continua aferrado a sua referência biológica, bem como a sua mitologia da pulsão, entendida no modo de uma fera que quer devorar a presa.

No que se refere à felicidade (e a ela, apenas), o trecho de abertura não deixa de nos ensinar algo do modo como Freud a entende: muito embora não sirva para pensarmos a natureza da satisfação pulsional – ela não é episódica, nem tampouco equivalente à satisfação de uma necessidade – a idéia de que a felicidade seja “possível apenas como *manifestação episódica*” (FREUD, 1930[1929], p.84) coloca em cena sua dimensão de contraste. Coloca em cena uma certa relação da felicidade não com a constância, com a inércia a que levaria a satisfação derradeira do princípio do prazer, mas com uma certa dimensão de encontro – é “de preferência satisfação repentina”, diz Freud (1930[1929], p.84) – que interessa reter.

No que se refere à satisfação pulsional, é inegável que por vezes Freud a aproxima demais da dimensão de necessidade, a ponto de utilizar os dois termos como sinônimos. É, ainda assim, igualmente irrefutável, que o que Freud articula no desenrolar de sua obra vai muito além desta compreensão reduzida. Eis um ponto preciso em que se revela a urgência do retorno a Freud empreendido por Lacan, que traz à luz da palavra de Freud sua verdade, “senão a verdade a respeito do que é verdadeiro, pelo menos a verdade a respeito do que diz Freud” (LACAN, 1959/60a, p.225). É a partir do ensino de Lacan que a constância referida ao estímulo pulsional se desdobra em sua satisfação, na dimensão de uma pulsão que está para além do que Freud pôde articular em termos de economia, uma pulsão que *sempre* se satisfaz.

*Amarás teu próximo...*

“(...) o gozo se apresenta não pura e simplesmente como a satisfação de uma necessidade (*besoin*), mas como a satisfação de uma pulsão, no sentido em que esse termo necessita a elaboração complexa que tento aqui articular para vocês” (LACAN, 1959/60a, p.256).

Entendemos que a originalidade da psicanálise – na contra-mão das propostas éticas que a precederam e que a sucedem até hoje – é justamente a de poder sustentar a antinomia na base do sujeito que postula. O caminho traçado neste capítulo permite-nos vislumbrar como a redução da pulsão a uma dimensão de necessidade leva com ela aquilo mesmo que fundamenta a especificidade ética da psicanálise. Eis o que o conceito de pulsão, situado no limite do princípio do prazer, permite articular e sustentar na obra de Freud: nada menos do que uma especificidade ética.

Em “O mal-estar na civilização”, Freud constata que, apesar dos inúmeros avanços que a civilização permitiu ao homem, a felicidade não pôde ser alcançada. Se “diversas escolas de sabedoria secular tentaram colocar em prática o programa do princípio de prazer” (1930[1929], p.85), nenhuma delas, no entanto, fora capaz de fazê-lo com sucesso. Nesta esteira, situamos o movimento utilitarista, que veio propor uma reforma política (PELUSO, 1998b, p.19; ÁVILA, 1998, p.81) como tentativa de minimizar o sofrimento das grandes massas, na Inglaterra do século XVIII.

Nada mais coerente, já que Bentham entendia que “o conflito dentro da sociedade humana não brota da natureza humana mesma (...), mas sim dos arranjos sociais deficientes” (MONTROYA, 1998, p.108). O humano foi por Bentham (1781) entendido como naturalmente orientado para a produção do prazer e a evitação da dor, de modo que se há algo aí que não funciona, se algo não vai bem, o problema estaria não no homem, mas no que da sociedade e do arranjo social o impede de agir de acordo com a sua natureza. O *pathos* é tomado aí como *pathos* exclusivamente social, e é dele que Bentham parte para propor uma reforma no regime político vigente, como solução para a miséria social.

Como indica Peluso (1998b, p.23), “é na sua concepção psicológica do ser humano que ele [Bentham] vai encontrar fundamentos para a possível conciliação entre o mundo do ser e do dever ser”. Se no âmbito do *microcosmo*, o homem é naturalmente guiado na direção de sua felicidade – identificada ao prazer – no *macrocosmo*, este plano encontraria seu limite.

Entre o que dita o prazer de cada um e sua regra moral está o princípio de utilidade<sup>61</sup>, que vem operar nesse interstício, na busca da *possível conciliação* entre o mundo de cada um e o de todos, entre o mundo individual e o coletivo, tendo como horizonte a felicidade da maioria e como base uma psicologia do comportamento humano.

Um dos pilares que sustentam sua proposta ética é “a identificação da utilidade e do prazer com o bem moral” (PELUSO, 1998b, p.16). Trata-se, nos indica Lacan (1959/60a, p.49), de uma redução do problema ético que atravessa os tempos, do esforço de fazer coincidir o prazer com o bem final, que pode ser expresso na máxima benthamiana da *maior felicidade para maior parte*. O surgimento da psicanálise, situado por Lacan justo nesse momento de virada, é testemunha do fracasso da tentativa utilitarista de ultrapassar o *obstáculo* do sujeito, do *hetero*<sup>62</sup> a partir do qual ele se constitui.

Com o princípio da utilidade, Bentham quer fazer possível a conciliação entre o mundo do ser e o do dever ser, dissemos. Em outras palavras, Bentham parece querer anular a distância entre o imperativo e seu cumprimento. Sua proposta, resumida na máxima da “maior felicidade para o maior número”, pressupõe que cada um guie suas ações tendo como medida o bem da maior parte. *Amarás teu próximo como a ti mesmo*, eis o mandamento que podemos situar na base do pensamento benthamiano, uma vez que sua ética se sustenta num princípio como o de utilidade.

Sobre este mandamento, Freud (1930[1929]) não claudica em nos dizer, com horror, que se trata de algo do tipo de uma injunção superegóica. Uma ordem que se emite, sem nenhum comprometimento com a sua possibilidade efetiva de cumprimento. Por detrás dessa ordem, Freud desvela a presença, “no fundo do homem, de um ódio de si” (LACAN, 1959/60a, p.114), no que articula a partir do conceito de pulsão de morte, na medida em que é dele que provém a agressividade humana, maior entrave a todas as tentativas de conciliação, de “acomodação conveniente” (FREUD, 1930[1929], p.102) entre as reivindicações individuais e coletivas.

Freud vem denunciar, a partir do conceito de pulsão – mais precisamente a partir do que articula com “Além do princípio do prazer” (1920) – a impossibilidade de reduzir a realização humana ao campo da razão e da necessidade tal como almejava o projeto

---

<sup>61</sup> Schofield (1998) destaca no princípio de utilidade duas dimensões distintas e superpostas: de um lado, é um princípio psicológico, descritivo da natureza humana; de outro, é também um princípio ético “que estabelece o padrão pelo qual as ações dos seres humanos haveriam de ser julgadas” (SCHOFIELD, 1998, p.149).

<sup>62</sup> Referência à fala de Lacan no seminário *As formações do inconsciente* (1957/58a, p.110): “A cadeia significativa como tal introduz uma heterogeneidade essencial. Entenda-se heterogeneidade com ênfase depositada no *hetero*, que significa *inspirado* em grego, e cuja acepção própria em latim é a do resto, do resíduo”.

benthamiano. A “incidência má” (LACAN, 1959/60a, p.113) da pulsão, seus efeitos reais no campo do sujeito, vem tornar presente no humano a dimensão de maldade, na medida em que sua satisfação jamais pode ser reconduzida ao campo da pura necessidade. Sua satisfação, indissociável daquilo que Lacan chama a cadeia significante, é gozo: “simbólico se completa aí por diabólico” (LACAN, 1959/60a, p.117), a satisfação da pulsão comportando um mal irreduzível, o mal do próximo (LACAN, 1959/60a, p.225).

Na obra de Freud, é a pulsão de morte que aparece como o muro intransponível a qualquer tentativa de solucionar o problema da relação dos homens uns com os outros, a qualquer ética<sup>63</sup> que se proponha a fazer sua mediação. Ela aparece como aquilo que impede o homem de cumprir o mandamento, *Amarás teu próximo...* porque a satisfação da pulsão é gozo e “o gozo de meu próximo, seu gozo nocivo, seu gozo maligno, é ele que se propõe como problema para o meu amor” (LACAN, 1959/60a, p.229).

Lacan (1959/60a) desvela, assim, algo mais por detrás do horror alegado por Freud ante o mandamento *Amarás teu próximo como a ti mesmo*. Pois que amar o próximo ultrapassa o mais simples altruísmo, para ser remetido ao que no campo do humano se articula como gozo. *Aí, próximo* deve ser entendido para além daquele que está ao meu lado, meu semelhante, parceiro de civilização. O próximo sou eu mesmo – “o mais eu mesmo de eu mesmo, o que está no âmago de mim mesmo e para além de mim” (LACAN, 1959/60a, p.242) – na medida em que meu gozo se articula na morada que é do *eu*, mas que é antes e acima de tudo *isso*.

O gozo que comporta o mal do próximo, comporta o meu mal, uma vez que me constituo no significante, como sujeito dividido. Uma vez que é satisfação da pulsão, o gozo ameaça despedaçar o eu que se mantém uno na imagem que outrora tomara de empréstimo do outro<sup>64</sup>. *Amarás teu próximo, meu próximo* – tanto faz – de uma maneira ou de outra, paga-se um preço, goza-se. Lacan ata a maldade inerente à satisfação da pulsão, de um lado, ao impossível que perpassa este mandamento, nos dizendo tratar-se de uma única e mesma coisa:

“Trata-se da rebelião do homem, isto é, de *Jedermann*, de todo homem, na medida em que aspira à felicidade. A verdade que o homem busca a felicidade permanece verdadeira. A resistência ao mandamento *Amarás teu próximo como a ti mesmo* e

---

<sup>63</sup> Lembremos que, nesse texto, Freud entende a ética como conjunto de regulamentos que faz a mediação da relação do homem com seus semelhantes (FREUD, 1930[1929], p.145), uma das três direções de onde provém o sofrimento insuperável que o homem experimenta na civilização (FREUD, 1930[1929], p.84/5).

<sup>64</sup> Como apontamos já neste capítulo, no tópico “A pulsão não é necessidade, mas tem *fonte* no corpo”.

a resistência que se exerce para entravar seu acesso ao gozo são uma única e mesma coisa” (LACAN, 1959/60a, p.236, grifos do autor).

No caminho de seu prazer – na busca de felicidade que o circuito do princípio do prazer, alimentado pela força constante da pulsão engendra – o sujeito encontra algo que está bem longe de poder receber este nome. O gozo do sintoma, por exemplo, dá satisfação à pulsão. O gozo que obtém na infinita série de objetos de consumo, muito embora ele mesmo (gozo) alçado à dimensão de infinito, jamais cessa de fazer presente a dimensão de *alguma coisa que* – ainda assim – *quer*<sup>65</sup>.

Estranho gozo do próximo, do próximo aí remetido ao que há de mais íntimo e ao mesmo tempo mais alteritário, num sujeito que se constitui como sujeito do inconsciente. Nele, o gozo do sentimento de culpa vem testemunhar que não há felicidade alcançada – pelo menos não em vida, defenderiam os cristãos – como recompensa da satisfação renunciada, em nome do amor ao próximo (ou pelo amor *do* próximo): “é na medida em que o sujeito faz com que a agressividade se volte contra si mesmo que provém a energia dita do supereu” (LACAN, 1959/60a, p.237).

É o gozo o que impede que o projeto benthamiano alcance o sucesso, bem como que a sociedade de consumo – com seu imenso catálogo de possíveis objetos de satisfação – permita-nos aceder à felicidade. Paradoxalmente, é nele mesmo que Freud situa, não só o mal radical da humanidade, mas a máxima felicidade, impossível de ser experimentada. Ao nos falar da busca da felicidade como uma imposição do princípio do prazer, e da felicidade como satisfação pulsional, Freud nos faz sentir de perto a antinomia em que nos constituímos como sujeitos. E denuncia o inferno da felicidade a que o homem almeja.

Lacan, no que entende a pulsão como efeito real da operação significativa, faz do gozo seu resto, resto de seu efeito de corte, que catapulta definitivamente homem da natureza. É no que diz respeito ao gozo, na medida em que ele comporta necessariamente um mal, que o pensamento de Freud se articula em sua especificidade ética. *Amarás ao próximo*, seja este um *outro*, ou o *eu*, que se constitui a imagem desse mesmo outro, não importa. *Homo homini lupus!*<sup>66</sup> Vai-se adiante em alguma maldade.

É nesse ponto que voltamos a tocar no trecho que acima tomamos de Lacan (1959/60a): é na medida mesmo em que busca a felicidade, que cabe a cada homem rebelar-

<sup>65</sup> Referência ao *Die not des lebens*, “alguma coisa que quer” (LACAN, 1959/60a, p. 61/2).

<sup>66</sup> “O homem é o lobo do homem”, trecho tomado de empréstimo por Freud (1930[1929], p.116), já destacado por nós na introdução deste trabalho.

se. Trata-se de uma rebelião – insurreição de cada homem – que não é sem o princípio do prazer: é no próprio campo do princípio do prazer que pode insurgir a subversão, uma vez que a este princípio se opõe o princípio de realidade. Dessa subversão – que a cada vez que se faz, se esvaece – opera-se uma inversão pontual, onde o gozo deixa de ser o alvo, para ser o preço que se paga por desejar. É na medida em que se rebela que o homem pode, ou não, encontrar no desejo o seu “modo específico de ser salvo” (FREUD, 1930[1929], p.91).

Há uma impossibilidade que o próprio conceito de pulsão como tal articula, na medida em que é conceito limite, não apenas do psíquico e do somático, ou do princípio do prazer e seu além, mas também do *macro* e do *microcosmo*. A pulsão, como tal, não é só do sujeito, já que só se articula a partir do Outro. E é somente no que escolhe passar por esta via – o campo do Outro, para o qual a pulsão indica o caminho – que o sujeito pode encontrar alternativa para a “mais severa servidão” ao gozo, mas jamais – jamais – “liberação” (LACAN, 1959/60a, p.118).

### **Do mito à estrutura**

“O que quer dizer isso, a satisfação da pulsão? Vocês vão me dizer – *bem, é muito simples, a satisfação da pulsão é chegar ao seu Ziel, a seu alvo. A fera sai de sua cova e querens quem devoret, e quando ela encontrou o que ela tem para morder, ela está satisfeita, ela digere. O fato mesmo de que uma semelhante imagem possa ser evocada mostra muito bem que ela é deixada em ressonância harmônica com a mitologia, falando propriamente, da pulsão*” (LACAN, 1964a, p.157, grifos do autor).

O caminho que fizemos até aqui nos permitiu apontar para a complexidade e riqueza do conceito de pulsão, quando o tomamos a partir da releitura de Lacan. Afastando definitivamente da redução biológica que por vezes se faz possível a partir de uma certa leitura do texto freudiano, mantivemos como foco os efeitos reais que a incidência pulsional coloca para o humano, e assim chegamos ao paradoxo de sua satisfação.

Embora no texto freudiano a pulsão apareça tantas vezes decalcada sobre a necessidade de alimento, ela não se confunde com a necessidade. A pulsão se satisfaz, não pelo leite, ou pela presença do seio que o oferece, mas pelo “prazer da boca”, afirmamos com Lacan (1964a, p.159). Trata-se aí de um prazer que prescinde da presença real do objeto, uma



vez que a pura e simples tendência à descarga se faz com ou sem a sua presença – lembremos que o aparelho movido pelo princípio do prazer, na ausência do objeto, contenta-se em aluciná-lo.

Apenas uma coisa interessa aí: a satisfação é o alvo – *Ziel* – da pulsão (FREUD, 1915, p.124). E o objeto – *Objekt* – nos diz Freud, “é a coisa em relação à qual ou através da qual um instinto [pulsão] é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável” (FREUD, 1915, p.128). Apesar de reconhecermos uma certa inclinação de Freud a explicar seus conceitos tomando de empréstimo formulações da biologia, nesse ponto que destacamos acima, não há absolutamente nada que indique que a pulsão, para satisfazer-se, necessita apreender o objeto. O objeto é apresentado como meio através do qual (ou em relação ao qual) a pulsão pode vir a satisfazer-se. No entanto, a compreensão que fazemos da pulsão e de sua relação com o objeto é ancorada na mitologia freudiana, no que de maneira bastante ilustrativa Lacan retratou na imagem da fera que se precipita para devorar a presa, de que lançamos mão logo na abertura deste tópico.

Tal ilustração mitológica toca ao mesmo tempo na questão da satisfação da pulsão – seu *Ziel* – e de sua relação com o objeto e, ao invés de iluminar, ela obscurece nossa compreensão desses dois termos da pulsão. Ao tomarmos como norte a leitura lacaniana da pulsão, pudemos apreender que ao contrário do que a mitologia sugere, o alvo da pulsão – a satisfação – não é atingido no que o objeto é apreendido, incorporado, tal como a fera que satisfaz sua fome voraz para dormir o sono profundo dos satisfeitos. Aliás, é isso o que testemunham os neuróticos, insatisfeitos com a satisfação que encontram nos objetos de consumo. Eles nos revelam, no relato de sua experiência, o engodo em que nos metemos ao tentar reduzir a pulsão a uma dimensão de necessidade, demonstrando-nos que

“a pulsão, apreendendo seu objeto, aprende de algum modo que não é justamente por aí que ela se satisfaz. Pois se se distingue, no começo da dialética da pulsão, o *Not* e o *Bedürfnis*, a necessidade e a exigência pulsional – é justamente porque nenhum objeto de nenhum *Not*, necessidade, pode satisfazer a pulsão” (LACAN, 1964a, p.159).

Nenhum objeto da necessidade pode satisfazer a pulsão, uma vez que a pulsão não coincide com a necessidade, sem deixar de ter relação com a dimensão do corpo. Lacan, ao entender a pulsão como conseqüência do atravessamento do humano pelo significante – conseqüência de sua presença no que então se articula como a economia do sujeito – nos fala de um sujeito que

habita um mundo onde os objetos estão destinados a jamais sanar a força pulsional. Como *Konstante Kraft*, a pulsão revela-se em sua dimensão de necessidade *infinita*.

*Infinita* vem designar aí justo o deslocamento que o significante opera na dimensão da necessidade humana, o humano desde então acossado por uma força constante que está fadada a sempre se satisfazer. *Infinita* também é a exigência, jamais saciada por nenhum objeto da necessidade, ou pelos múltiplos objetos que nossa cultura de consumo coloca disponível. A pulsão não se sacia, ela se satisfaz. Sempre. Que saída para o neurótico, que padece disso que nele se satisfaz? Que saída para o neurótico, desse circuito autônomo de satisfação que é sua regulação psíquica pelo princípio do prazer?

Saída, propriamente, não há. É de sua constituição psíquica que o sujeito é convocado a responder. Nela, o caminho da pulsão, de significante em significante, é a única forma de transgressão que se permite ao sujeito em relação ao princípio do prazer (LACAN, 1964a). No sentido de que sua estrutura – a que Lacan desvela da letra de Freud – não conta com um objeto no final do túnel, mas com o contorno deste, que como um ponto vazio articula um desejo que é essencialmente desejo de nada, mas que se coloca na cadeia significante como “vontade de Outra-coisa” (LACAN, 1959/60a, p.259).

Tomar a pulsão em sua dimensão de historicidade nos permite articular, em seu circuito autônomo de satisfação, um espaço que se abre para a escolha do sujeito. Isso se – e somente se – ele puder consentir em fazer existir, no campo mesmo de sua satisfação, alguma dimensão de vazio. Pois, diferente do que a descrição mitológica da pulsão parece indicar, com relação ao objeto, não se trata de apreendê-lo, mas de contorná-lo. Ele não vem ocupar o vazio – tal qual prometem os objetos de consumo – mas é, ele mesmo, o vazio em torno do qual podem girar os signos.

É impressionante ver Lacan iluminar do texto freudiano os pontos que indicam a dimensão estrutural em que se articulam as pulsões e seus destinos no humano. É do texto freudiano que ele apreende se tratar não de algo pontual, transitório, no que diz respeito à satisfação pulsional. Na palavra de Freud, Lacan reconhece a satisfação da pulsão se dando – assim como sua incidência no psiquismo – de forma constante, no que traça seu destino, seja no recalçamento, na reversão ao oposto, no retorno ao eu, ou ainda na misteriosa sublimação.

Aliás, o mistério da sublimação é iluminado quando Lacan traz à luz a verdadeira natureza da satisfação pulsional. Pois, “se a pulsão pode ser satisfeita sem ter atingido aquilo que, em relação a uma totalização biológica da função, seria a satisfação ao seu fim de reprodução, é que seu alvo não é outra coisa senão esse retorno em circuito” (LACAN, 1964a, p.170). Se em Freud a sublimação era a satisfação da pulsão – paradoxo – sem atingir seu

alvo, Lacan faz aí um reviramento da perspectiva, e situa o alvo da satisfação da pulsão no próprio retorno em circuito, não no que ela apreende o objeto, mas no que ela pode – se assim o sujeito consentir – contorná-lo, fazendo-o existir como vazio.

A satisfação da pulsão situada no desenrolar de seu circuito pelas vias significantes é estruturada em um “vaivém” (LACAN, 1964a, p.168) fundamental. O essencial da pulsão – e de sua satisfação – Lacan situa no “caráter circular” de seu percurso, caráter este presente como constante no texto freudiano, no que ele tenta ilustrar os diferentes destinos que a ela são dados no humano.

Para Lacan, a sublimação revela de maneira primorosa o que seria o alvo da pulsão, entendida sempre em sua parcialidade irreduzível a qualquer pretensão de unidade biológica. Revela, ao mesmo tempo, a verdadeira posição em que se situa o objeto nessa economia, objeto este que pode comparecer como cavo, como vazio central em torno do qual a pulsão irá traçar seu caminho. Colocando o circuito pulsional do avesso, Lacan nos revela, a partir da sublimação, o objeto não colado ao fim da descarga, mas situado antes, no ponto de partida, como vazio que causa todo o movimento da cadeia.

Uma pergunta retorna, ainda assim. Há felicidade possível? Depois de termos atravessado os paradoxos que a definição freudiana (1930[1929]) de felicidade carrega, traremos o significante definitivamente para o centro. No próximo capítulo, a busca da felicidade será abordada de seu viés de demanda, de modo que assim possamos pensar, nesse sujeito do significante, a resposta da análise a este sujeito que chega demandando felicidade.

## CAPÍTULO 3

### A FELICIDADE COMO DEMANDA: UM SUJEITO DO SIGNIFICANTE

“Solidão, o silêncio das estrelas, a ilusão  
Eu pensei que tinha o mundo em minhas mãos  
Como um deus e amanheço mortal

E assim, repetindo os mesmos erros, dói em mim  
Ver que toda essa procura não tem fim  
E o que é que eu procuro afinal?

Um sinal, uma porta pro infinito, o irreal  
O que não pode ser dito, afinal  
Ser um homem em busca de mais, de mais...”

Lenine, O silêncio das estrelas.

### **Do gozo à demanda: um passo do sujeito**

“Que haja uma certa estrutura, que essa estrutura seja a estrutura significante, que ela imponha sua grade a tudo o que acontece com a necessidade humana, isso é absolutamente decisivo” (LACAN, 1957/58a, p.77).

Partir da colocação freudiana sobre a felicidade (1930[1929]) nos lançou nos percalços da economia forjada por Freud para dar conta do *pathos* que ele testemunha em sua clínica da neurose. Desbastando a equivalência por ele proposta entre a busca da felicidade e o programa do princípio do prazer, e da felicidade à satisfação pulsional, expusemos o paradoxo que atravessa esta empreitada em que estamos metidos: se o psiquismo humano é regido pelo princípio do prazer, e este buscaria a felicidade, porque a miséria neurótica? Ou, nos termos de Lacan, “se é da natureza do ciclo dos processos psíquicos criar sua satisfação para si mesmo, porque as pessoas não se satisfazem?” (LACAN, 1957/58a, p.223).

Esta foi a questão que nos instigou. Partindo dela, chegamos a pelo menos uma conclusão: o princípio de prazer opera, isto é, ele alcança a dita felicidade. A pulsão sempre se satisfaz. E o homem padece disso que nele se contenta. O princípio do prazer nos regula segundo uma “lei de engodo” (LACAN, 1959/60a, p.150), de modo que o plano de felicidade por ele imposto acaba metendo o neurótico numa busca sem fim, fundamentada em sua própria constituição psíquica. Trata-se de uma espécie de engodo fundamental, já que é de buscar que vive o psiquismo, ou dito de outro modo, não há realidade psíquica que não esteja sob o comando do princípio do prazer.

É o que Freud afirma, no trecho que nos lançou neste trabalho: “não devemos – na verdade não *podemos* – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra” (1930[1929], p.90/91, grifo nosso). Fica destacada aí a submissão radical em que se encontra o sujeito em sua relação ao princípio do prazer. Não podemos abandonar a busca. Daí a pergunta que não cessa de se colocar, ao longo de nosso percurso: que saída para o sujeito, do que advém como resposta a essa busca, a miséria neurótica? Haverá felicidade?

Apontamos no conflito que constitui o sujeito freudiano, uma vez que ao princípio de prazer se opõe o princípio de realidade, uma possível abertura à retificação com relação ao que obtém como satisfação pulsional. O princípio da realidade se coloca, assim, como possível chance para o sujeito orientar a sua ação no mundo, na medida em que faz existir, por

meio do que articula como fala, o inconsciente. Trata-se do processo de pensamento, processo secundário, ocorrendo no reino mesmo do princípio do prazer, mas de alguma forma permitindo ao sujeito ressituar-se com relação ao que engendra como sua satisfação.

É daí que entendemos que, tomar a felicidade em sua visada de demanda – como nos indica Lacan (1959/60a) – pode nos permitir colocar a subversão que opera o significante no cerne deste capítulo, ao mesmo tempo em que destacamos sua relação com o que se coloca para o sujeito como comando do princípio do prazer. A demanda como aquilo que, do que seria o campo das necessidades humanas, passa pelo Outro para se exprimir como fala. E isso é absolutamente decisivo – nos indica Lacan no trecho que abre este tópico.

O que há de decisivo aí? Acreditamos que, ao passar de um ponto em que trabalhamos a felicidade como satisfação pulsional – com todos os paradoxos que daí advém – para outro, em que a retomamos enquanto demanda, damos um passo decisivo. Isso porque acreditamos que, do que se impõe ao sujeito como acossamento da pulsão, para o que ele formula aí como demanda, há um passo decisivo.

Tanto pulsão como demanda fazem referência a um banimento do homem do mundo da natureza, do mundo da necessidade, e designam, acima de tudo, as conseqüências radicais do fato do homem ter de se constituir no significante. A demanda é – veremos a seguir – fala que subverte a necessidade, necessidade desnaturada, não natural, “necessidade mais o significante” (LACAN, 1957/58a, p.95). A pulsão – trabalhamos no último capítulo – é efeito real da operação significante, sua fonte está no corpo, que emite um chamado, faz uma exigência de trabalho ao sujeito.

É aí que está o passo decisivo de que falamos: ao que se coloca como chamado da pulsão, o sujeito pode simplesmente responder obedecendo ao automatismo de repetição, pois a satisfação (da pulsão) está assegurada pelo funcionamento do aparelho psíquico regido pelo princípio do prazer. Na “máquina louca” (COSTA-MOURA, 2009) que é a do princípio do prazer, a satisfação da pulsão é auto-engendrada. A economia encontra no gozo a sua auto-regulação.

A demanda, por sua vez, pode se colocar como resposta ao acossamento pulsional. Isso pressupõe que o sujeito, de alguma maneira, reconheça em si uma falta e, incompleto, vá buscar isso que ele acredita estar no Outro. Demandar é, portanto, fazer laço com o Outro, é buscar no Outro a sua satisfação. Se a pulsão pode levar o sujeito a demandar – o que já pressupõe um sujeito constituído na linguagem – é na demanda, nos desfiladeiros do significante, que o sujeito tem preservada a possibilidade de reencontrar o lugar do seu desejo. Isso vai depender, especificamente, da posição que ele toma em sua relação com o objeto, que

– como já indicamos e neste capítulo veremos mais detidamente – aparece em sua condição essencialmente parcial.

Nos caminhos de sua busca pela felicidade, o sujeito encontra o que há para ser encontrado. E, a cada reencontro, o que ele aí experimenta não é a felicidade. Se o encontro com o objeto não garante a tão sonhada plenitude, a complementariedade que faria cessar a demanda de felicidade, o que ele articula, então? O paradoxo mais uma vez se coloca, neste momento a partir das relações do sujeito com um objeto que, na mesma medida em que não assegura a felicidade derradeira, pode vir a causar o seu desejo. Eis o paradoxo que constitui o sujeito de que falamos em psicanálise, cuja existência (pontual) só se assegura na medida em que o universo da demanda não é abolido por nenhum objeto. Trata-se de um sujeito que só existe porque felicidade não há, de um sujeito que só pode existir na condição de que *ainda* tenha algo a demandar.

#### **A natureza subvertida pela palavra: da necessidade à demanda**

“Bebida é água  
Comida é pasto  
Você tem sede de quê?  
Você tem fome de quê? (...)”  
Titãs, Comida.

“A introdução do significante em nossas significações deixa uma margem que faz com que fiquemos *escravos* dele. Alguma coisa nos escapa para além das ligações que a cadeia significante mantém para nós. (...) nos é recusado o acesso à realidade, a partir do momento em que penetramos nela pelo viés do significante” (LACAN, 1957/58a, p.117, grifo nosso).

Na tentativa de resgatar a radicalidade do que Freud articulara, Lacan retorna ao campo mesmo de onde surge a análise, a fala, para a ela dar um lugar central na leitura dos conceitos cunhados pelo pai da psicanálise. Dedicando seu quinto seminário ao estudo das formações do inconsciente, Lacan (1957/58a) parte do chiste para tentar demonstrar como as leis do significante operam no inconsciente, definindo o sujeito freudiano como um sujeito de linguagem, cuja satisfação fica condicionada a passar pelas tirânicas vias do significante.

O significante opera uma resistência ineliminável entre o sujeito e a realidade. A submissão do sujeito ao significante é radical: dele, somos escravos, nos diz Lacan. Eis a brutalidade da relação que se estabelece entre o sujeito e o significante, já que é apenas por suas vias que o sujeito pode ter acesso a qualquer espécie de realidade – seja a realidade material, o dito mundo externo, seja a realidade de seu próprio corpo. Nesse sentido, o sistema da linguagem se coloca para o sujeito como o universo no qual ele terá de se virar pela vida, algo “como uma realidade originária” (LACAN, 1957/58a, p.230), da qual sua existência está desde sempre indissociada.

Pelo simples fato de falar, o homem não tem acesso a qualquer dimensão bruta de necessidade. A necessidade humana está desde sempre articulada a um campo de fala, até mesmo naquele que ainda não fala. Nossa passagem pela primeira experiência de satisfação nos permitiu apreender isso de perto, quando destacamos especialmente a função do *Nebenmensch* como suporte do Outro, que vem nomear o grito da criança, para instaurar aquela que seria a demanda inaugural desse sujeito ainda em vias de existir.

Afirmar que o homem não tem acesso a nenhuma dimensão de necessidade, no entanto, não é relegá-lo a uma entidade metafísica. Não exclui do homem sua carne: é na carne mesmo que o significante deixa sua marca, ele corta o corpo, que desse corte padece. Afirmar com Lacan que a necessidade humana como tal está desde sempre no significante não elimina as exigências que do corpo se colocam para o homem. O significante transforma. Subverte. Torna o corpo biológico – suas necessidades ditas fisiológicas – indissociável do mundo de linguagem que precede sua existência singular.

Como sujeitos que habitamos um mundo de linguagem, nossas necessidades só chegam a nós “refratadas, despedaçadas, fragmentadas” (LACAN, 1957/58a, p.71), e desde sempre submetidas às leis do significante. Esse remodelamento, a transposição do que seria a necessidade para o campo do significante – que tem como efeito real a pulsão, conceito trabalhado por nós no segundo capítulo – a coloca no plano do que Lacan chama demanda.

Não se trata, simplesmente, de tradução. A introdução do significante tem efeitos radicais no que seria qualquer dimensão bruta de necessidade. A demanda não é, portanto, simples expressão do que seria a necessidade, se não houvesse o significante. Se o humano é um ser de linguagem, nele não há mais necessidade, o que há é demanda: “retomada, reassunção, remodelagem da necessidade, criação de um desejo outro que não a necessidade. É a necessidade mais o significante” (LACAN, 1957/58a, p.95). O significante que a formula parte do Outro e introduz algo para além da necessidade bruta, da qual o homem se vê desde (e para) sempre alienado.



Se na natureza, toda dimensão de necessidade pode ser caracterizada por se dirigir a objetos naturais – o boi com fome, pasta; no cio, acasala com a vaca – a demanda introduz, no que seria a natureza humana, uma novidade essencial. Por se constituir na linguagem, o homem é deportado do mundo natural, suas necessidades, expressas sob a forma de demanda, dirigem-se a objetos que incluem, eles mesmos, alguma coisa da própria linguagem (LACAN, 1957/58a). Também os objetos a que o homem recorre estão subvertidos e submetidos ao significante, ou ainda, devem a ele sua existência de objetos.

Na mesma medida em que funda uma multiplicidade de objetos, o significante introduz na natureza a possibilidade de escolha. “Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?”, diz a música, aludindo justo à diversidade super-abundante de objetos a que o homem pode aspirar, uma vez que se exprime pelo significante. Banido da natureza, o homem vive num mundo de diversidade luxuriante de objetos, objetos estes que só podem se constituir num mundo de linguagem. Como nos diz Lacan:

“O sistema das necessidades entra na dimensão da linguagem para ali ser remodelado, mas também para se despejar no complexo significante *ao infinito*, e é isso que faz com que a demanda seja, essencialmente, algo que se coloca por natureza como podendo ser *exorbitante*. Não é à toa que as crianças pedem a lua. Elas pedem a lua porque *é da natureza de uma necessidade que se exprime por intermédio do sistema significante pedir a lua*. Por isso, aliás, não hesitamos em prometê-la. Por isso, aliás, estamos muito perto de possuí-la. Mas, afinal, *ainda não possuímos a lua*” (LACAN, 1957/58a, p.92, grifos nossos).

Esse trecho é exemplar por trazer as conseqüências radicais da introdução do significante no campo do desejo humano, nos servindo de base para pensar a própria demanda de felicidade. Nele, o caráter de exorbitância da demanda é destacado: como conseqüência de se formular no significante, a demanda se apresenta numa série marcada por uma espécie de progressão infinita. É do sistema significante que a demanda toma de empréstimo essa faceta.

Por se colocar como demanda, a necessidade humana não pode ser atendida pelo outro como quem atende a uma necessidade, ou em outros termos, seu objeto não é mais redutível ao objeto biológico. A demanda ultrapassa o campo da necessidade natural e, como tal, se dirige a objetos não naturais. São objetos “não-necessários” como a lua, o que a necessidade, lançada no sistema significante em sua formulação de demanda, passa a buscar. O que Lacan

chama de “subducção do ser humano pelo fenômeno da linguagem” (1957/58a, p.53) é o que funda esse mundo superabundante de objetos substitutos, onde a demanda se revela em sua dimensão infinitizada.

Assim como a lua, a própria felicidade vem a ser objeto de uma demanda: é uma demanda de felicidade o que faz aquele que procura análise (LACAN, 1959/60a). A demanda de felicidade é uma demanda exorbitante. Pois se a felicidade humana não é nem pasto, nem a posse da vaca, o que ela é? Como tudo aquilo o que é do humano, a demanda de felicidade situa-se num campo que não o da natureza. Haveria um objeto – objeto da felicidade – que a esta demanda atenderia? Lancemos mão dessa interrogação, e tentemos respondê-la a partir do que Lacan nos diz sobre a lua – demanda igualmente exorbitante – como meio de tentar encaminhar nossa reflexão.

Muito embora nenhum homem possa, de fato, pegar em suas mão a lua para dar-lhe a esta criança, ele a promete. Não hesitamos em prometé-la, nos diz Lacan, porque ao prometer a lua a uma criança, algo da distância que a separa dela diminui, e serve como resposta a seu pedido. Essa distância diminui, mas não se anula. A resposta à demanda dada como promessa, como um gesto de amor, a sustenta como demanda e deixa em aberto algo que permanece presente como um déficit, pois, como indica Lacan, apesar de estarmos perto de possuir a lua, *ainda não* a temos. *Ainda não* aparece aí para demarcar o campo de onde emerge o próprio do desejo humano, que se coloca como um átimo, um tempo de suspensão.

Neste trecho, é a promessa – que comparece como significante – que responde à demanda. A lua não está nem perto de descer do céu à terra, mas a simples promessa vinda do outro de algum modo a responde, sem sua presença efetiva. A responde, mas não a anula – vale destacar – ela permanece a existir como demanda, que em sua infinitude se desdobrará, quem sabe, numa demanda do sol.

Uma importante diferença se anuncia, entre a necessidade e a demanda, uma vez que entre elas existe o significante: se o que responde à necessidade é – necessariamente – um objeto, à demanda, apenas a presença do significante já serve como resposta. Nesse sentido, a demanda é incondicional: demanda, pura e simplesmente, uma resposta vinda do campo do Outro, uma resposta dada com sua presença. A demanda se dirige ao próprio Outro como tesouro do significante, como contendo todas as combinações possíveis na linguagem, como lugar “em cujo interior está a soma de todos os objetos que ele pode trazer” (LACAN, 1957/58a, p.342).

No que encontra como resposta o significante – e por nele se formular – a demanda se desdobra no mais-além que é demanda de amor, mas também num aquém absoluto, que é dela

constitutivo. Este aquém absoluto é o que marca, sempre e a cada vez, que a presença do significante como signo não é suficiente para satisfazer a demanda, muito embora a responda. Este aquém absoluto se articula na medida em que o objeto – a lua – embora presente como significante, *ainda* falta. O significante promete, mas o objeto, este está mais além. É com relação a este objeto que *ainda* falta, que o campo do desejo humano como tal se articula.

### **Para que serve um objeto?**

“Na análise, o objeto é um ponto de fixação imaginário dando, em qualquer registro que seja, satisfação a uma pulsão” (LACAN, 1959/60a, p.143).

“Esse objeto, qualquer que seja o modo pelo qual falem dele na experiência analítica, quer o chamem de seio, falo ou merda, é sempre um objeto parcial. É aí que está a questão, na medida em que a análise é um método, uma técnica, que avançou nesse campo abandonado, esse campo desacreditado, esse campo excluído pela filosofia por não ser manejável, não ser acessível a sua dialética e que se chama o desejo” (LACAN, 1960b/61, p.150).

Para todos os lados que olhamos, encontramos o significante: na demanda formulada, no que a ela vem responder. A felicidade, ela mesma, revela-se significante de uma demanda, demanda de felicidade. O tal objeto-felicidade, aquele que objetivamente responderia à demanda – tal como a lua, na metáfora que fizemos no tópico anterior –, não é nada além de um significante que, como signo, marca no sujeito a sua presença, fazendo efeitos.

Se a demanda se caracteriza por ser intransitiva, isto é, por não se dirigir a nenhum objeto – mas ao próprio significante como signo da sua presença – também a pulsão não deve seu surgimento aos encantos do objeto (FREUD, 1905). Ambas – pulsão e demanda – são, antes de tudo, consequência do fato de que o homem se constitui no significante, de que ele deve advir em um mundo de linguagem já constituído, que desde sempre lhe impõe constrangimentos, campos de possibilidade e impossibilidade.

Mas se é assim, para que serve um objeto? Colocando a questão nesses termos utilitários, somos levados ao uso que o homem faz de seus objetos, e reencontramos, de algum modo, o que em nossa sociedade se organiza como o “serviço dos bens” (LACAN, 1959/60a,

p.376). Nessa sociedade, a demanda de felicidade é respondida por uma infinidade de bens de consumo, esse é o modo de equacionamento que se forjou para dar conta do que, de nosso corpo, clama por satisfação. À demanda de felicidade, responde-se com objetos de consumo.

Nesse mundo regido e organizado pelos objetos de consumo, não há dúvidas de que o que não falta é resposta à demanda. Aliás, ocorre mesmo o inverso: sobra resposta. O homem, no entanto, não está feliz. O que encontra de satisfação nesses objetos revela-se insuficiente, precário, falta alguma coisa. Essa alguma coisa que falta, trata-se de encontrá-la, para que tudo esteja – finalmente – bem. E o círculo vicioso se completa, pois o homem retorna a esse mundo de objetos de consumo, para nele reencontrar aquilo que lhe falta.

E, afinal, porque não fazê-lo? Desde a virada moderna – que destacamos com Lacan logo na introdução deste trabalho – quando a sociedade antes marcada por posições bastante marcadas e estratificadas, passa a se organizar nos termos da “maior felicidade para o maior número de pessoas” (BENTHAM, 1781), a busca da felicidade se instaurou como direito assegurado a todo ser humano. Ao governo restava a missão de garantir esse direito, tentando organizar a sociedade nas bases de um princípio como o da utilidade<sup>67</sup>.

Neste momento histórico, surge a felicidade como fator de política e a demanda de felicidade em sua legitimidade assegurada. É neste momento que Lacan (1959/60a) situa o surgimento da psicanálise e afirma: o que recebemos daqueles que vem buscar análise é, nada mais nada menos, do que uma demanda de felicidade. Embora estejamos, ao longo deste trabalho, destacando a dimensão constitutiva dessa busca, cabe lembrar que a constituição do sujeito não se faz fora da cultura, da qual ele mesmo toma de empréstimo os significantes que irão lhe constituir como tal.

Com a igualdade de direito entre os homens, impõe-se também uma espécie de homogeneização do desejo, já que de acordo com o princípio da utilidade, trata-se de agir de acordo com o interesse comum. A felicidade se mede, se cataloga, se pasteuriza. É produzida em massa, de um modo tal que o direito à busca – que se traduz, então, em consumo – seja assegurado. Nesse contexto, a felicidade seria não do sujeito, mas da maior parte, como dizia Bentham. Todo um mercado de bens se desenvolve com vistas a assegurar este direito coletivo – vimos com Ávila (1998)<sup>68</sup> – e a sociedade de consumo encontra nos direitos humanos o aval para crescer e se desdobrar no que hoje alcança um ritmo frenético.

Laurent (2007) identifica, na sociedade contemporânea, os efeitos perversos desse delírio igualitário que se inaugura na virada moderna:

<sup>67</sup> Remetemos o leitor à introdução deste trabalho, no tópico “Um pouco de história – a virada utilitarista”.

<sup>68</sup> Remetemos o leitor ao segundo capítulo deste trabalho, no tópico “A antinomia freudiana”.

“se substituiu a heterogeneidade das causas do desejo por um índice único da medida da felicidade e que produz, como tal um efeito perverso, já que deixa em mãos do *expert* que – com suas cifras – possa a impor a felicidade a um sujeito: diz saber mais que o sujeito e, então, permite-se forçá-lo a uma posição de gozo em nome de sua felicidade” (LAURENT, 2007)

O gozo do consumo é a marca de nossa sociedade, onde o direito a buscar a felicidade se desdobra num imperativo: deve-se ser feliz (FORTES, 2004). Afirma Lacan, ao abordar as especificidades do que se articula na constituição do sujeito como demanda oral: “tenta-se impor ao sujeito que, uma vez sua necessidade satisfeita, ele só pode se contentar” (LACAN, 1960b/61, p.203). Mas o gozo – e mais ainda, o modo de gozo imposto, como indica Laurent – não é a satisfação de uma necessidade, mas da pulsão, com todos os paradoxos que advém daí<sup>69</sup>.

Deve-se ser feliz, mas quem o é? A incontestável miséria neurótica avisa: do gozo, satisfação de uma pulsão, não advém felicidade. Para apreender a infelicidade em nossa civilização, é preciso levar em conta a peculiaridade do circuito oferta/demanda que a caracteriza. A oferta excessiva de bens de consumo extrapola o sujeito, formula por ele a sua demanda, no simples ato de apresentar-lhe a série infinita e encantadora de objetos. A demanda é pressuposta, de uma maneira tal que o sujeito não precisa nem abrir a boca para formulá-la. O que depreendemos daí é uma espécie de redução da demanda ao puro comando pulsional, no que o sujeito toma o objeto como puro objeto de gozo.

A demanda perde aí justo aquilo que destacamos como sendo a sua especificidade: o passo do sujeito, seu movimento em direção ao Outro, que pressupõe alguma presunção da falta. No mundo do serviço dos bens, a homogeneidade é a meta e o sujeito um obstáculo a ser ultrapassado (ÁVILA, 1998, p.90). Eis o que a moral utilitarista propõe e que Lacan aponta, com todas as letras, com relação à moral do serviço dos bens: “*quanto aos desejos, vocês podem ficar esperando sentados*” (LACAN, 1959/60a, p.378).

A especificidade da demanda, no que é movimento do sujeito em direção ao Outro para buscar aquilo que lhe falta, é de guardar nas vias significantes a possibilidade do sujeito reencontrar o lugar de seu desejo. Como resposta à demanda, o objeto pode aparecer aí preservado em sua parcialidade, parcialidade esta que é marca mesma dos objetos a que o homem tem acesso, em sua vida de sujeito do significante. Tomar o objeto nessa condição

---

<sup>69</sup> Como trabalhamos ao longo de todo o último capítulo, especialmente no tópico “*Amarás seu próximo...*”.

específica é, nos diz Lacan no trecho que abre este tópico, coisa que apenas a psicanálise se propôs a fazer. É sua especificidade. Pois é na relação a esse objeto especial – relação esta que se situa em outro lugar que não o da pura lógica do consumo (oferta/demanda) – seja ele qual for, sempre parcial, que se articula o campo do desejo humano.

Com relação à busca da felicidade, só isso já nos permite apontar a posição específica em que se situa a psicanálise, com relação a tudo o mais que a sociedade põe disponível ao sujeito. Nas prateleiras, são oferecidos objetos-felicidade, promessas cujo não cumprimento é justo o que assegura a sobrevivência de nossa cultura de consumo. Obscurece-se a parcialidade do objeto, sendo que é essa parcialidade mesma que dá lugar a série infinita e sempre renovada de objetos-felicidade. E a promessa de felicidade, a garantia a cada um de manter-se nessa busca, é dada a todo aquele que puder comprar. À demanda de felicidade, a psicanálise dará outra resposta. Ela responderá de um outro lugar.

Para que serve um objeto? No sujeito que Freud desvela, o objeto serve justo para ser buscado. Sua perda é a causa de toda a atividade psíquica, e, como tal, o objeto deve estar sempre a uma certa distância do sujeito. Logo no primeiro capítulo, a primeira experiência de satisfação freudiana designa um tempo mítico, o tempo em que o objeto e o sujeito ainda não haviam se separado, um tempo de plenitude em que se *teria sido* feliz. Desse primeiro e mítico “encontro” satisfatório, resulta, no entanto, a separação que determinará a atividade psíquica como busca do reencontro. É essa suposta felicidade perdida que se buscaria recuperar: tratar-se-ia, nessa busca, de *reencontrar* o objeto, que desde então se instaurara como tendo sido perdido.

O fato é que é assim, como perdido, que o objeto nasce, e com ele o sujeito. Essa perda, embora tenhamos nos limitado a abordá-la neste tempo mítico, não se faz de uma só vez. Não se dá como um passe de mágica. A constituição do sujeito na estrutura, que Lacan (1960b/61; 1962/63) aborda ao nos falar sobre as demandas oral, anal e genital, apontam, no que estas engendram de (des)encontros<sup>70</sup> com o Outro, a própria constituição – *a posteriori* – deste objeto como tendo sido perdido. Mas que só o é, nos diz Lacan, a cada vez que é reencontrado:

“O objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado. Que ele seja perdido é a consequência disso, mas *só-depois*. E, portanto, ele é reencontrado, sendo que a única maneira de saber que foi perdido é

---

<sup>70</sup> Escolhemos usar o “des” entre parênteses para apontar o caráter essencialmente faltoso de todo encontro com o Outro.

por meio desses reencontros, desses reachados”  
(LACAN, 1959/60a, p.149).

É no que o sujeito reencontra esse objeto como fundamentalmente faltoso – objeto parcial – que a Coisa se articula como tendo sido perdida. A Coisa – *das Ding* – nome que Lacan (1959/60a) retoma do “Projeto...” (FREUD, 1895a/1950), para designar esse objeto sempre buscado – o sujeito a reencontra, sempre e a cada vez, nas vias significantes que o determinam. A perda se coloca a cada encontro com o objeto. É justo a essa dimensão faltosa do objeto que a psicanálise, a partir do que na clínica se coloca como demanda de cada paciente, buscará dar lugar. Tomando cada sujeito em sua posição singular na estrutura significante que o determina, a psicanálise servir-se-á da condição essencialmente faltosa do objeto não como motor para o consumo, mas como condição para que o desejo (que é sempre singular) possa emergir.

### **O objeto que engana**

“Este objeto, objetivo e fim de cada um, limitado sem dúvida porque o todo está mais além, só pode ser concebido como mais além do fim de cada um”  
(LACAN, 1960b/61, p.209).

Desde o início deste capítulo, indicamos o campo do desejo humano como advindo da operação de subversão do significante sobre as necessidades humanas. Mais precisamente, o desejo se articula na medida em que o homem é um ser falante e que sua necessidade se desloca e se recoloca no plano da demanda. Daí Lacan apontar para a “relação fundamental do desejo não com o significante como tal, mas com a fala, isto é, com a demanda” (1957/58a, p.323). Com a demanda – e não simplesmente com o significante – pois é nela que o sujeito se endereça ao Outro, fazendo laço.

Isso não é de modo algum uma operação simples. Se o sujeito tem assegurado o seu lugar na medida mesma em que deseja, o desejo não está assegurado pelo funcionamento automático do princípio do prazer, que rege o psiquismo. Nem tampouco pela lógica que rege nossa sociedade de consumo, como trabalhamos acima. O desejo não está dado, ele é um trabalho do sujeito. E a condição para que o campo do desejo possa se articular é a demanda: trata-se de um sujeito que vai buscar no Outro aquilo que lhe falta.

Em sua leitura do Banquete, Lacan nos fala de um objeto precioso, “algo que está no interior” (LACAN, 1960b/61, p.141), que o Outro contém de desejável. É o *agalma*. Este termo designa algo de encantador, algo cujo brilho serve para assinalar sua (aparente) perfeição, que faz do *agalma* um objeto digno da gratificação dos deuses. Seu encanto esconde e anuncia sua verdadeira função: é cilada, truque usado por aquele que supostamente o detém e o oferece aos deuses, como sacrifício. O objeto agalmático é aquele cujo encanto é capaz de enganar até mesmo os deuses.

O *agalma* parece ser aquele objeto inominável, aquele que responderia a infinitude que o mais além da demanda, como demanda de amor, articula. É o objeto que me falta e que o Outro tem. É o objeto que me faria pleno, completo, definitivamente satisfeito, feliz. Sua posse torna o Outro desejável, e leva o sujeito a dirigir a ele sua demanda. O *agalma* encanta e camufla a verdade faltosa do sujeito, sua presença viria ocupar o lugar vazio que se abre no encontro entre demandas. Como resposta à demanda de amor, ele viria preencher o vazio, dar a ilusão de completude, da complementaridade a que o amor deveria corresponder.

Chama atenção a dimensão de engano que atravessa o termo grego, nos indicando a verdadeira natureza desse objeto que, como maravilha extraordinária, é objeto do amor – o tal objeto-felicidade a que nos referimos anteriormente. Ocorre que o objeto *agalma* é nada mais, nada menos do que aqueles objetos que Lacan destaca por sua parcialidade, objetos a partir dos quais o desejo humano se articula. No que se dirige ao Outro em busca daquilo que lhe falta, o que o sujeito encontra é, no Outro, a falta radical que o constitui.

Trata-se, no entanto, de um engano fundamental, do engodo que constitui o humano como sujeito do significante. Pois é apenas no que se dirige ao Outro para encontrar aquilo que lhe falta – é apenas no que se lança na busca do reencontro do objeto – que o sujeito pode encontrar, nas vias significantes que, do Outro, articulam sua própria demanda, o campo de seu próprio desejo. Sua condição de sujeito se articulava aí, nessa série de (des)encontros tecidos naquelas que são as demandas primeiras e constitutivas do sujeito – oral, anal, e genital – demandas que, a cada vez, anunciavam a verdade essencialmente faltosa do objeto, condição do desejo. Como nos indica Costa-Moura:

“(…) a inadequação é a regra que rege os encontros do sujeito com o Outro. (...) isto excede a uma simples inadequação – contingente – da estrutura lógico-simbólica: o que move o sujeito através dos estádios é o encontro com uma falta, que não é a imperfeição (sua ou a do Outro). Articulada à demanda do outro, esta falta vai, aos poucos, pelo



desencontro das demandas, apontando para o desejo como uma falta radical, irreduzível, que faz furo, necessariamente na estrutura lógico-simbólica” (COSTA-MOURA, 1998, p.166).

O desencontro – ou, mais precisamente, o encontro faltoso – revela-se, então, em sua dimensão estrutural e estruturante do sujeito. É o encontro com a falta do objeto adequado no Outro que o movimenta e o desloca na estrutura, numa espécie de progressão rumo a constatação radical da condição faltosa do Outro.

Para entrar de vez nesse mundo de linguagem, o sujeito está fadado a experimentar o que Lacan (1960b/61, p.202) chama o “fracasso pré-formado do encontro”: o que ele vai encontrar como resposta à demanda no campo do Outro é não o encaixe, mas outra demanda, deixando como resto desse confronto este espaço reservado à sua escolha. A escolha aí é algo que se impõe, é escolha forçada, exigência feita ao sujeito por se articular na estrutura.

Embora o que se articule na estrutura seja uma falta radical, irremediável, e ainda, condição para a existência do sujeito, a falta não está dada. Curiosa contradição, que um retorno à experiência do sujeito em sua relação com o acossamento pulsional pode nos ajudar a trazer à luz. Trata-se, mais uma vez, de retomar a relação do sujeito com um objeto que se revela em sua parcialidade constitutiva, dessa vez no que tange ao que ele deixa de déficit com relação à satisfação que se espera.

A pulsão e a insatisfação que a ela é intrínseca – uma vez que é força constante – testemunham a condição essencialmente faltosa desses objetos que organizam a economia libidinal do sujeito. Nesse ponto, do amor passamos ao apetite, e do objeto-felicidade, o *agalma* como essencialmente enganador, passamos ao objeto como *das Ding*, formulação de Lacan em seu *Seminário 7: A ética da psicanálise*, que designa o objeto em sua condição de objeto que escapa – sempre e a cada vez.

*Trieb* pode ser traduzido por *deriva* (LACAN, 1959/60a, p.115), deriva esta a que nos conduziria o princípio de prazer, dirigindo-nos para o ponto mítico da relação de objeto. Comandado pelo princípio do prazer, deixando-se levar pela deriva, o sujeito encontra o ponto mítico da relação de objeto. Mítico uma vez que é objeto que nunca houve, pois que o significante que há na cadeia é signo, ou seja, símbolo que está no lugar de alguma coisa para alguém. É na mesma medida em que o significante se articula em cadeia, que a Coisa enquanto tal é constituída enquanto perdida, condenando o ser a uma vida de sujeito nas vias tirânicas do significante.

Pois bem, vimos no segundo capítulo que isso tem conseqüências no que diz respeito ao que o sujeito pode obter, por essas vias, de satisfação. Se as fontes no corpo vêm colocar para o sujeito uma certa dimensão de impossibilidade, também o objeto enquanto *das Ding* denuncia na cadeia significante a presença de uma ausência, o furo no simbólico – como nos indicou Costa-Moura (1998) –, a presença do impossível onde vige o comando do princípio do prazer. O impossível que, no campo do objeto, anuncia: o todo está, sempre, mais além<sup>71</sup>.

O limite está colocado, portanto, não só porque a própria demanda de trabalho não cessa, mas também porque esta reenvia o sujeito a uma via significante, na qual ele reencontra o objeto sempre faltoso, objeto parcial. É *das Ding* mesmo que anuncia, em sua condição de objeto faltoso, que o que o sujeito encontra de satisfação nessas trilhas é, de fato, tudo o que ele pode encontrar. A busca da felicidade – desse objeto-felicidade que aplacaria o comando do princípio do prazer – guarda em suas vias um limite irredutível, a cada vez reencontrado. Lancemos mão, uma última vez, do precioso texto freudiano de 1895, na tentativa de mostrar como isso desde então já se insinua.

No “Projeto ...” (1895a/1950), Freud usa o termo *das Ding* para marcar aquilo que o sujeito reencontra reiteradamente quando se lança na busca da satisfação, na tentativa de repetir o mítico estado de completude, supostamente vivenciado na satisfação primeira, que deixa sua marca gravada no psiquismo como signo. Nas trilhas do processo de pensamento, na busca de estabelecer a identidade completa entre a marca mnêmica do objeto que outrora propiciara a satisfação plena, e a percepção desse objeto no mundo, o que o sujeito encontra é a Coisa – *das Ding* –, como único ponto comum. O que o sujeito encontra é a não coincidência como coincidência fundamental: é um escape o que se coloca a cada encontro com o objeto.

Num exemplo simplificado, o objeto da satisfação seria formado pelo complexo neuronal  $(a + b)$ ; e o objeto percebido pelo complexo  $(a + c)$ . O neurônio ‘a’, nomeado “a coisa” seria aquilo que há de idêntico, de imutável, enquanto o outro elemento – ‘b’ ou ‘c’ – seria o seu predicado, um atributo variável. Enquanto eu sou capaz de atribuir inúmeros predicados  $(b, c, d, \dots)$  ao objeto  $(a)$ , a cada vez que eu o faço há algo que escapa, a cada vez eu não apreendo o objeto  $(a)$  por inteiro, a cada vez há um “isso” que me escapa à predicação. Há um “isso” que me escapa, que é o próprio *Ding*, a Coisa, ‘a’ como identidade mesma do objeto, identidade esta que comparece a cada vez que tento apreendê-lo. Comparece como

---

<sup>71</sup> Esta última frase faz referência ao trecho de abertura deste tópico.

perda, como escape, como “aquilo que do real primordial padece do significante” (LACAN, 1959/60a, p.149).

É precisamente nesse lugar central da Coisa, é nesse ‘a’ que se localiza o objeto perdido da primeira vivência de satisfação. Presente, mas como falta. O que há para se encontrar é encontrado, como afirma Lacan:

“(…) o que é achado é procurado, mas procurado nas vias significantes. Ora, essa busca é, de alguma forma, uma busca antipsíquica que, por seu lugar e sua função, está para além do princípio do prazer. Pois, segundo as leis do princípio do prazer, o significante projeta nesse para além a homeostase (…)” (LACAN, 1959/60a, p.150).

Lacan situa o plano do princípio do prazer num engodo fundamental, no que impõe ao homem que busque sua satisfação nos signos – marca da presença do objeto – jamais suficientes para assegurar a homeostase, o sucesso absoluto do princípio do prazer. A homeostase está, sempre, mais além. É o que nos revela esse além do princípio do prazer intrínseco, necessário ao próprio funcionamento do princípio do prazer. A felicidade – se esta é entendida como sucesso do princípio do prazer, como reencontro do objeto pleno – está sempre e necessariamente, mais além. É o que a articulação freudiana nos mostra.

Se em tese isso se faz evidente, na íntima relação entre o princípio do prazer e o seu mais além, a experiência do neurótico é aquela de quem se constitui nesse engodo fundamental. Constituído pelo significante e vítima de seus efeitos, ele desconhece que a falta lhe é inerente – não se trata de inadequação contingente (COSTA-MOURA, 1998, p.166) –, sua própria máquina psíquica se estrutura de uma tal maneira a sempre produzir perda. E o neurótico não quer perder.

Cada vez que a pulsão incide no psiquismo, o quantum de energia é reenviado de significante em significante, no movimento metonímico da cadeia, de modo que nenhum destes significantes propicia satisfação resolutive. A cada vez que tenta produzir completude, através do encontro com o objeto, a máquina encontra *das Ding*. A cada vez que o comando pulsional atravessa o circuito significante é a presença da ausência do objeto adequado que comparece.

O que o neurótico não sabe, muito embora passe por isso em sua experiência a todo instante, é que o que há para encontrar é o que já foi encontrado, é o objeto em sua condição essencialmente parcial, faltosa. O objeto é limitado, nos diz Lacan no trecho que abriu este

tópico, pois que é parcial. O todo está mais além. O objeto pleno – *agalma* – aquele que viria assegurar sua felicidade – no que responderia simultaneamente ao apetite de satisfação e à demanda de amor, fazendo-os cessar – é engano, esconde no interior do Outro sua verdadeira natureza:

“Este objeto estará aí quando todas as condições forem preenchidas, no final das contas – evidentemente, é claro que o que se trata de encontrar não pode ser reencontrado. É por sua natureza que o objeto é perdido como tal. Jamais ele será reencontrado. Alguma coisa está aí esperando algo melhor, ou esperando algo pior, mas esperando” (LACAN, 1959/60a, p.69).

Nessa espera infinita e nunca satisfeita pela lua – remetemos o leitor ao início deste capítulo – o neurótico padece. A lua está mais além. E o neurótico padece do que *ainda não* se efetivou em seu encontro com o Outro, com sua demanda, e com os múltiplos objetos que ela engendra, e que se presentificam na cadeia como signos. Padece da identidade buscada com a marca da mítica experiência de satisfação. Padece por se constituir como sujeito do significante, condenado a buscar sua satisfação por estas vias, onde encontra reiteradamente a falta – o objeto como *das Ding* se define justo como presença da ausência, como o que há de excluído no interior. Padece da falta que encontra, mas que se recusa a admitir como perda. Busca recuperar.

O neurótico padece, essencialmente, por não dar lugar à falta que o constitui como sujeito desejante. Neste ponto, a busca da felicidade se revela mais uma vez em sua condição de paradoxo estrutural: se esta pode ser entendida como a busca do reencontro daquele objeto que garantiria a completude, o que desde o início a estrutura coloca – inclusive como condição para a emergência desse sujeito que está em busca – é o desencontro. O desencontro, ou melhor, o encontro com alguma coisa de faltosa, é o que opera como móvel na constituição do sujeito de que falamos em psicanálise.

Se a felicidade está referida a uma demanda satisfeita – ou mesmo à plena satisfação pulsional, ao sucesso absoluto do princípio do prazer – ela implica necessariamente a obturação da falta cavada pelo significante, numa relação onde o objeto se colocaria como possibilidade de completude – do Outro e também do sujeito que a partir dele se constitui. O que está em cena aí é uma certa posição do sujeito com relação à parcialidade do objeto, à falta no Outro, que ele paga – com sua miséria neurótica – para não dar lugar.

A busca da felicidade – seja como programa do princípio do prazer, como satisfação pulsional, ou como demanda – cursa com uma certa obliteração do campo do desejo. Obliteração esta que não está, de modo algum, em discordância com o funcionamento do aparelho psíquico, pelo contrário, é o próprio desejo que parece estar numa descontinuidade radical com relação ao funcionamento automático do princípio do prazer.

O desejo é posição do sujeito, ele não está dado. Seu campo se articula na estrutura, uma vez que o sujeito deve nela tomar lugar, mas não há nada que garanta que o sujeito irá desejar. O que está dado, de saída, é o funcionamento do princípio do prazer, é a pulsão, que como força constante impõe um trabalho ao sujeito, que ele pode responder de qualquer lugar, já que a pulsão necessariamente se satisfaz – de uma maneira ou de outra.

### **A dura realidade do desejo**

“O desejo deveria, realmente, ressurgir um dia, como algo que merecesse ser chamado de um desejo natural (...) Em outras palavras, o desejo deveria aparecer como aquilo que não se demanda, como visar aquilo que não se demanda (...) O desejo natural tem essa característica de não se poder dizer de maneira nenhuma, e é por isso mesmo que vocês não terão nenhum desejo natural ” (LACAN, 1960b/61, p.217).

O desejo deveria – mas não pode – ser aquilo que não se demanda. Esta afirmação de Lacan, que revoga toda e qualquer harmonização natural da economia libidinal humana, nos remete àquela assertiva freudiana que abriu este trabalho: “é assim que os homens deveriam ser para serem felizes (...), mas terão de levar em conta que eles não são assim” (FREUD, 1930[1929], p.137). Trata-se do paradoxo da condição humana, uma vez que sua existência está desde sempre submetida à linguagem. Trata-se do impossível que atravessa a constituição do sujeito freudiano: sujeito do conflito, sujeito pulsional, sujeito do significante.

Se a demanda, ao se formular no significante, tem como diferença em relação à necessidade o fato de que demanda nada, isto é, seu caráter de incondicionalidade; o desejo, como o que resulta dessa transposição da necessidade no significante, não é mais incondicional, nem se reduz à sua matéria prima – a necessidade – como desejo de alguma coisa. O desejo aparece como resultado da incondicionalidade da demanda, de que não há

nada no mundo dos objetos tal como este se constitui no significante, que satisfaça a demanda enquanto tal.

O desejo se satisfaz apenas por ser desejo, por ser justo essa marca da distância infinita que separa o homem de sua natureza, e que o faz marcado, condenado para sempre a viver num mundo de linguagem, causado por algo que se articula mais-além. Pois o desejo se articula para-além do Outro, mas a partir dele, diz Lacan: “que o desejo seja articulado é justamente por isso que ele não é articulável” (LACAN, 1960c, p.819).

O desejo se articula, mas não é articulável. Ele não é ponderação, decisão bem tomada; ele não é previsível, antecipável. Desejar não é mirar e acertar o tiro no alvo. O desejo é uma vez que tenha sido. Embora tenha seu campo articulado no que o sujeito toma lugar na estrutura significante como sujeito falante, o desejo depende de um sujeito para exercê-lo em ato. E isso implica numa posição já tomada com relação ao que nele se articula como sua economia do prazer. Pois, como nos indica Lacan, a realidade do desejo não está adaptada à organização psíquica, “na medida em que é psíquica e isso em qualquer nível” (LACAN, 1960b/61, p.229).

O que se trata de deprender daí é a dura realidade em que o desejo humano se enseja: ela não está de modo algum adaptada ao funcionamento do princípio do prazer, da qual – como vimos ao final do primeiro capítulo deste trabalho pelo viés da ação específica – o ato não é nem necessário e muito menos dado por seu funcionamento autônomo. O princípio do prazer chega ao máximo de desconsideração pela realidade material – sua realidade é a realidade psíquica – no que se realiza e se satisfaz pela alucinação, pelo mero retorno do signo.

Nesse sentido, dizer que o desejo humano não é natural, nem nunca será, coloca em cena sua dimensão propriamente ética. Se não há nada que obrigue o desejo humano a ser assim, e não assado, trata-se aí – antes e acima de tudo – de uma escolha que é feita pelo próprio sujeito, sempre e a cada vez. O desejo está em todo lugar: no sonho, na fala, no sintoma, no ato falho, no chiste. Em tudo o que é humano, há desejo.

Diante do impasse que o desejo coloca, como aquilo que resta da necessidade uma vez formulada como demanda, o sujeito é convocado a tomar lugar. Embora haja, neste aparelho, abertura para o ato – uma vez que ao funcionamento do princípio de prazer se opõe o princípio de realidade – ele é totalmente contingente, depende do que terá sido a posição tomada pelo sujeito, em relação ao que encontra, no Outro, como falta. Depende, portanto, da relação que estabelece com os objetos como essencialmente parciais, e daquilo que daí obtém de satisfação.

Desejar em ato pode ser a resposta do sujeito a esse encontro com a falta inerente a sua condição, mas pode também não ser. Justamente por ser *resposta* absoluta, o desejo não é sem a posição do sujeito que nele se afirma. Se o rasgão está assegurado pela estrutura simbólica na qual o sujeito se constitui como tal, ela reserva aí um espaço para a sua posição, sua escolha, de modo que “toda localização do sujeito – seja como criança, adolescente ou adulto – deixa sempre um excesso ou uma falta” (COSTA-MOURA, 1998, p.165).

Fazer valer a falta é antecipar-se num espaço onde o saber nada garante, onde a identidade jamais é encontrada pelo processo de pensamento, e por isso convoca o sujeito ao ato. Fazer valer o excesso é o que nos testemunham os neuróticos, todos os dias, em sua relação com a estrutura que os constitui como sujeitos, naquilo que articulam como sendo sua posição de desejo. Se esquivando da perda, o neurótico insiste em obturá-la com objetos, disponíveis e anunciados incessantemente na cultura de consumo em que vivemos. Nela, a promessa de felicidade chega enfileirada nas prateleiras.

O humano, açoitado pela pulsão, imerso num mundo que se organiza pelo serviço dos bens, busca obturar o vazio, anular a distância entre a satisfação que espera e a que obtém. Acredita-se senhor de sua busca, de suas escolhas, de seus caminhos, de suas insatisfações e de suas satisfações, e sofre diante daquilo que se apresenta como impossível. Ele sofre de seu desejo, que, como define Lacan

“(…) justamente escapa à síntese do eu, *não lhe deixando a todo instante outra saída* senão ser, a todo instante, apenas uma afirmação ilusória de síntese. Embora seja sempre eu quem desejo, isso em mim só pode ser apreendido na diversidade dos desejos” (LACAN, 1957/58a, p.332, grifos nossos).

O esforço do sujeito é de apreender-se em uma unidade que lhe escapa a todo instante. Ele só pode afirmar-se em um desejo fugidio, evanescente, instável. Em sua condição, fragmentado pelo significante, ele se vê alienado daquilo que é seu próprio desejo. Isso porque este é sempre moldado pelas condições da demanda que acredita formular, a partir da necessidade. No entanto, de suas necessidades o homem só tem notícias a partir de seu corpo, que se revela enquanto fragmentado – no açoitamento pulsional – e pelo significante, já que sua demanda parte do Outro, onde se funda. O paradoxo mais radical da relação do sujeito com seu desejo é que seu desejo é desejo do Outro, só se exprime e se expressa a partir do Outro, só lhe chega por essas vias significantes que lhe são anteriores e que, elas mesmas, o constituem como sujeito do significante.

Ser sujeito do significante – é o sujeito que é do significante, e não o contrário – significa, como bem nos disse Freud, não ser “senhor nem mesmo em sua própria casa” (FREUD, 1916b/17b, p.292). É reconhecer-se – ou não, e ainda assim sê-lo – como escravo do significante (na medida em que é só por esta via que o sujeito tem acesso a qualquer dimensão de realidade). É só ter acesso ao que há de mais próprio e mais íntimo – o seu desejo – depois deste já estar articulado como tal no campo do Outro. É não participar ativamente, conscientemente, desta articulação, e ainda assim ter de tomar lugar nela. É ser corno do próprio desejo, como nos diz Lacan, “você próprio é traído, uma vez que seu desejo deitou-se com o significante” (1957/58a, p.155). É, apesar de imaginar-se uno, senhor do discurso que emite, obter satisfação dos tropeços, das tiradas espirituosas, dos sintomas, dos atos falhos.

Freud reconhece este sujeito e desvenda à sua maneira a estrutura do inconsciente como linguagem, desvelada por Lacan “num fluxo significante cujo mistério consiste em que o sujeito não sabe sequer fingir que é seu organizador” (LACAN, 1958b, p.629). O que não quer dizer, de modo algum, que ele não tente. É de sua posição de aspirar a mestria, e supondo no analista o saber, que o sujeito vai buscar na análise a resposta ao enigma de seu desejo. Tentando se colocar no comando, o sujeito busca o analista, para tentar entender, reconhecer, saber de si, desvendar o seu mistério e restabelecer a posição de mestria, que ele acredita ter perdido e poder recuperar.

Este é o sujeito que dirige ao analista sua demanda de felicidade, a *bonheur*, que inicialmente podemos entender como a demanda de um “bom encontro” que asseguraria definitivamente sua completude, apaziguamento, a satisfação plena, ou simplesmente a ausência de sofrimento. Se em sua experiência cotidiana o encontro com a falta se faz presente a todo instante – por mais que os objetos de consumo transbordem o espaço cavado pelo encontro com o Outro, eles não cumprem a promessa de satisfação – o neurótico não aprende a partir dela. Ele insiste. E padece. E demanda, na melhor das hipóteses, ao analista.



## A resposta da análise

“Eis o que convém lembrar, no momento em que o analista se encontra em posição de responder a quem lhe demanda felicidade. a questão do Bem Supremo é uma questão que se coloca ancestralmente para o homem, mas ele, o analista, sabe que essa é uma questão fechada. Não somente o que se lhe demanda, o Bem Supremo, é claro que ele não o tem, como sabe que não existe. Ter levado uma análise a seu termo nada mais é do que ter encontrado esse limite onde toda a problemática do desejo se coloca” (LACAN, 1959/60a, p.359).

Estamos nos encaminhando para o fim desse percurso de trabalho, o que nos impõe, de uma maneira ou de outra, encontrar aquilo que pusemos em nosso horizonte: a ética da psicanálise. Como todo encontro, este já se insinua em sua condição essencialmente faltosa. À demanda de felicidade, a psicanálise responderá de outro lugar, dissemos. Trata-se de uma certa posição com relação ao objeto que, neste capítulo, buscamos desvendar em sua parcialidade. Por outro lado, ou talvez pelo mesmo, trata-se de escutar a demanda de um outro lugar. Trata-se, acima de tudo, de não negligenciar o impossível que demarca o campo do sujeito.

A psicanálise não é uma terapêutica, uma vez que não almeja adaptar o sujeito ao seu meio. Pelo contrário, a psicanálise reconhece no desejo a condição absoluta da existência humana, e como tal, rechaça toda e qualquer espécie de “tapeação moralizante” (LACAN, 1959/60a, p.374), todo e qualquer modelo de conduta, que de alguma maneira prometa adaptar o sujeito a sua realidade. Não há adaptação possível, num sujeito como este que nos esforçamos em desvendar neste trabalho: nele, o princípio de realidade vem fazer oposição ao princípio do prazer, e é dessa oposição que pode haver alguma abertura para o desejo de outra coisa, que não o da pura repetição sob o comando do princípio do prazer.

A abertura para a escolha do sujeito dada pela oposição que o princípio de realidade engendra no reino do princípio do prazer designa nada menos do que o efeito da operação significante no mundo humano, e a constituição de sua economia do prazer como indissociável do campo da linguagem. Trata-se de um sujeito que desconhece a necessidade, já que esta só pode ser formulada no campo da demanda.

Para o sujeito dividido pelo significante, a demanda não é em nada transparente. Lacan nos aponta para a barra que existe entre o significante e sua significação, o que deixa margem

para que um mesmo significante possa ter significações distintas de acordo com sua posição em relação aos outros significantes da cadeia. Nesse sentido, a significação se engendra na relação de um significante a outro. O fato de que nossas necessidades devam passar pelo significante na formulação da demanda faz com que esta esteja também submetida às leis da linguagem.

Aos olhos daquele que enxerga o sujeito centrado em sua racionalidade, qualquer demanda pode parecer elementar, podendo ser prontamente respondida. Mas num sujeito descentrado tal como Freud o inaugura, a demanda é apenas o começo do mistério que o significante introduz, mistério que concerne à sua verdade: “que queres?” – eis a questão da qual o sujeito jamais está livre, pois que de sua necessidade ele só tem notícia por intermédio da demanda, que por se articular no significante, faz dela especialmente oculta para aquele que a formula.

Ao analista que recebe esta demanda, cabe sustentar uma posição bastante específica. Pois ele sabe que há algo oculto na demanda do sujeito, algo que cabe a ele desvelar, no que se situa numa certa relação com o significante que o permite não compreender depressa demais (LACAN, 1960b/61). Pois a verdade que nos ensina a psicanálise, ao desvendar os efeitos do significante no sujeito, é que “ele [o sujeito] me pede ... pelo fato de que fala: sua demanda é intransitiva, não implica nenhum objeto” (LACAN, 1958b, p.623). O analista recebe a demanda de felicidade, se oferece para escutá-la, porque sabe que só pode se aproximar do desejo por intermédio da demanda (LACAN, 1957/58a, p.341).

Ao buscar análise, a demanda de felicidade do neurótico aposta haver no Outro aquilo que ele procura, mas que *ainda não* encontrou. Como nos indica Lacan, “o sujeito apreende-se como aquele que sofre, capta sua existência de ser vivo como aquele que sofre, isto é, como sendo sujeito do desejo” (LACAN, 1957/58a, p.325). Esse sofrimento, trata-se de eliminá-lo, para enfim, alcançar a dita felicidade.

No analista, o sujeito vislumbra a solução de seus problemas: ele (o analista) terá a resposta, ele detém precioso objeto que a mim (neurótico), falta, e por isso eu a ele recorro. Dirijo a ele minha demanda. É aí que, como nos indica Costa-Moura (1997), pode surgir o amor de transferência, ligado a essa questão que é formulada ao Outro, sobre o que ele pode ou não nos dar. O amor surgido nesse campo para além da demanda, ligado à suposição de que no analista está aquilo que me falta, o objeto precioso, escondido em seu interior, *agalma*.

Por trás dessa demanda do neurótico, há a relação de todo amor com a posição de desejo (COSTA-MOURA, 1997, p.61), cabendo ao analista permitir que isso possa aparecer. Cabe ao analista não se confundir com esse objeto precioso a que o neurótico supõe ser aquilo

que o faria todo, mas sabê-lo enquanto um objeto que, na mesma medida que serve ao amor, pode revelar-se como causa do desejo, na medida em que é objeto faltoso. Como nos indica Lacan no seminário da Ética, sobre a resposta do analista ao que se instaura em análise como demanda de amor:

“O que o analista tem a dar, contrariamente ao parceiro do amor, é o que a mais linda noiva do mundo não pode ultrapassar, ou seja, o que ele tem. E o que ele tem nada mais é do que seu desejo, como o analisado, com a diferença de que é um desejo prevenido” (LACAN, 1959/60a, p.360).

O que vem a ser tal coisa, esse desejo prevenido? Podemos aqui apenas encaminhar esta questão – que é a do desejo do analista<sup>72</sup> – dizendo que o analista sabe, porque por isso passou (e passa) em sua própria experiência de análise e formação, que seu desejo está marcado por esse caráter de condição absoluta, ligado a uma certa relação que se estabelece ao objeto, na medida que neste está sempre presente a dimensão irreduzível de um impossível. Impossível este que o analista jamais buscará obturar, que a ele dará lugar.

É na medida em que não deixa sua posição desejante, “sem – ou para além – das posses e do saber” (COSTA-MOURA, 1997, p.61), que o analista pode fazer surgir, a partir da relação do sujeito a esse mesmo objeto que serve a seu desvanecimento, a condição de seu desejo. Notemos que o desejo do analista serve aí como condição, mas jamais como garantia de que o analisante irá desejar. O caminho do desejo só se faz possível uma vez que o sujeito tenha por ele se precipitado. Em outras palavras, o desejo é um trabalho do sujeito.

Afirmar e dar lugar ao desejo em seu “caráter vagabundo, fugidio, inapreensível” (LACAN, 1957/58a, p.332) é essa a originalidade do pensamento freudiano e a especificidade da prática analítica. O desejo marca no humano, a todo instante, a impossibilidade de síntese, de completude, de unidade e “é com os efeitos do desejo, num sentido muito amplo – *o desejo não é um efeito colateral* -, que temos, na psicanálise, que lidar” (LACAN, 1957/58a, p.36, grifos nossos). É sem negligenciar o caráter essencialmente faltoso da condição humana, atrelada a este objeto cuja especificidade está justo no fato dele ser objeto parcial, que a análise opera concedendo “direito de cidadania à dimensão do desejo” (LACAN, 1957/58a,

---

<sup>72</sup> Neste ponto de nosso trabalho podemos apenas indicar o desejo do analista como aquilo que sustenta a sua posição na escuta clínica, condição para que o sujeito possa desejar. Reconhecemos a precariedade de nossa formulação, o que apenas assevera a urgência de prosseguir trabalhando na trilha que é propriamente aquela que pusemos em nosso horizonte, que se refere à ética que sustenta a operação analítica.

p.325), prometendo não a felicidade, mas uma vida que coloque no desejo a medida ética da ação do sujeito (LACAN, 1959/60a).

O desejo está na base de nossa clínica. O analista não busca eliminar isso que se apresenta como defasagem, pois sabe que não há redução ou adaptação possível quando se trata do desejo. Ao contrário, “que essa problemática seja central para todo acesso a uma realização qualquer de si mesmo, é a novidade da análise” (LACAN, 1959/60a, p.360). A análise se caracteriza justamente por dar lugar ao desejo, e não resolvê-lo, pois o analista sabe que o desejo é, ele mesmo, o ponto onde o sujeito pode tomar lugar na cadeia que o determina. Lacan nos diz:

“Se a análise tem um sentido, o desejo nada mais é do que aquilo que suporta o tema inconsciente, a articulação própria do que faz com que nos enraizemos num destino particular, o qual exige com insistência que a dívida seja paga, e ele torna a voltar, retorna e nos traz sempre de volta para uma certa trilha, para a trilha do que é propriamente nosso *afazer*” (LACAN, 1959/60a, p.383).

O desejo, como espaço vazio que se abre entre a demanda de amor e o apetite de satisfação, apresenta-se como o que *ainda não* se completou, como nosso *a-fazer* que nunca se faz completamente e que, por isso mesmo, é motor da vida. Essa é a consequência do atravessamento da necessidade humana pelo significante: a pulsão como força constante pede mais, enquanto o desejo denuncia o *ainda não* que marca o sujeito. É na medida em que o significante não comporta o desejo – justamente por não comportá-lo – que ele articula o desejo como tal.

Diante disso, retomamos nossa pergunta: que saída para o sujeito? Não há saída. Não da cadeia significante que o determina e o constitui como desejante. Ao contrário do que pede, o sujeito que se dirige ao analista não encontrará ali uma terapêutica que o acomode melhor em sua vida, uma ortopedia que o encaixe melhor no mundo do serviço dos bens, e que permita que ele tome as rédeas de sua vida. Em análise, trata-se de “permitir ao sujeito situar-se numa posição tal que as coisas, misteriosa e quase miraculosamente, aconteçam para ele de uma boa maneira, que ele as aborde pelo lado certo” (LACAN, 1959/60a, p.351).

Em resposta à demanda de felicidade, na análise, o sujeito tem a oportunidade de fazer a experiência de encontrar com o seu desejo. Se, de início, o sujeito só podia apreendê-lo como insatisfação, como infelicidade, como falta a ser preenchida, em análise, trata-se de uma

certa mudança de posição do sujeito, com relação desejo que o habita. Seria este o tão sonhado ‘bom encontro’, a *bonheur*, a felicidade a que o homem aspira? Quando se trata do desejo – e do desejo como condição para qualquer felicidade do sujeito, como nos ensina Lacan (1958c, p.699) – uma certa dimensão de sofrimento nunca será eliminada: dar lugar à dor de estar vivo é dar lugar ao desejo como irreduzível na economia humana. A mestria, para aquele que dá lugar ao desejo, está perdida para sempre, pois reconhecer-se em seu discurso como

“(…) desejanse é o inverso de fazê-lo reconhecer-se ali como sujeito, pois é como que em derivação da cadeia significante que corre o regato do desejo, e o sujeito deve aproveitar uma via de confluência para nela surpreender seu próprio feedback” (LACAN, 1958b, p.629).

É daquilo que contraria ao máximo as expectativas do sujeito em seu compromisso com a mestria, com a unidade, com o controle, que está a condição da sua estranha felicidade. Tomar lugar só depois naquilo que terá sido seu próprio desejo. Despojado de sua vaidade, de sua mestria, em análise, o sujeito é convidado a tomar lugar nisso que é nele. A se assujeitar a sua condição desejanse, tomar lugar nela e pagar por isso com sua própria vida. A cada vez. É esse o “bom encontro” a que a análise pode levar: um encontro do sujeito com sua condição.

### **Que felicidade para o sujeito freudiano?**

“No caminho dessa gravitação, certamente o sujeito encontrará bem em abundância, (...) mas não nos esqueçamos o que sabemos muito bem (...) – ele só o encontrará extraindo a todo instante de seu querer os falsos bens, esgotando não somente a vaidade de suas demandas, uma vez que elas não são para nós senão demandas regressivas, mas também a vaidade de seus dons” (LACAN, 1959/60a, p.359/60)

Os diferentes planos em que abordamos o sujeito freudiano em sua busca de felicidade nos permitiram atravessar os paradoxos que marcam a sua constituição. O impossível se coloca em cada plano: na indissociável relação entre o princípio do prazer e o para além dele, onde se projeta a homeostase derradeira; na pulsão, que a cada giro na cadeia, encontra o

objeto faltoso, ao mesmo tempo em que articula uma satisfação essencialmente paradoxal; na demanda, que em sua intransitividade, não pode ser atendida por nenhum objeto, guardando nas vias significantes em que se articula um aquém absoluto, uma distância infinita e nunca satisfeita entre o sujeito e o que neste trabalho chamamos de sua felicidade, distância esta que é justo o campo onde se articula o desejo.

O plano de felicidade encontra na constituição humana, tanto sua imposição, quanto a sua impossibilidade de execução. A pulsão, enquanto tendência, reenvia o sujeito não a um “bom encontro” – a *bonheur* – mas a um encontro com o objeto que é sempre insuficiente para fazer cessar sua força. É justo aí que, por paradoxal que possa parecer, Lacan situa “a condição da felicidade do sujeito” (1958c, p.699): é na relação a esse objeto faltoso – nesse (des)encontro fundamental com o Outro– no que este pode fazer para o sujeito a função de causa de seu desejo, que resta para o sujeito alguma felicidade possível.

Não a felicidade como termo de sua busca, que asseguraria a completude, o apaziguamento, a complementaridade. Não a felicidade como programa do princípio do prazer, como satisfação pulsional, ou como demanda plenamente atendida. É porque esta felicidade derradeira não é jamais de fato alcançada – ela está sempre e necessariamente mais além – que o sujeito tem no desejo a condição absoluta de sua existência.

Esta é a condição humana: desejar. E é absoluta, no sentido que para ela não há resposta a vir do campo do Outro. Diferente da demanda, o desejo não espera resposta, ele já é a resposta absoluta. O desejo é, ele mesmo, o resultado desse encontro com o Outro e com o objeto, que se revela em sua parcialidade irreduzível. Justamente, o desejo aparece aí como o que não se encerra, não se basta, não se subsume, não se aquieta, não se completa, não faz unidade. O desejo é o que marca, sempre, o descompasso. O desencontro no encontro. O *ainda não* do “bom encontro” – a *bonheur* – a que o homem aspira como sendo sua felicidade.

Encontrar o ponto limite onde se articula toda a problemática do desejo é o que cabe a uma análise permitir ao sujeito. Pois a novidade da análise, a especificidade de sua resposta à demanda de felicidade – demanda que aparece em nossa sociedade como um direito – é situar aí, no desejo, o que há de central “para todo acesso a qualquer realização de si mesmo” (LACAN, 1959/60a, p.359). É tomar o desejo como condição, e não como efeito colateral, como aludimos no último tópico. E isso é apostar no sujeito, e não tomá-lo como obstáculo a ser ultrapassado.

Lacan parece nos falar de *outra* felicidade, ao nos indicar no desejo a sua condição. Trata-se de uma felicidade que se faz possível uma vez que o sujeito tenha podido não tê-la.

Uma vez que ele tenha podido dar lugar àquilo que falta, àquilo que escapa a toda e qualquer aspiração de unidade. Eis o que uma análise deve permitir ao sujeito fazer: cair. E seguir caminhando, manco.

Numa análise, é dada a chance ao sujeito de esgotar não apenas a vaidade de suas demandas, mas ainda, esvaziar-se daquilo que ele acredita deter de bem precioso. É-lhe dada a chance de perder. De apreender-se, a cada vez, ultrapassado por seu desejo. E reconhecer, a cada vez, que não há outra saída possível, senão esta do desejo, que implica necessariamente que ele consinta em pagar o preço de seu submetimento ao Outro.

Se há felicidade, é uma felicidade que não cabe na intencionalidade da demanda. Ao mesmo tempo, é apenas no que a demanda se coloca, que essa *outra* felicidade pode emergir. Como indicamos com Lacan no trecho que abre este tópico, no duro percurso de uma análise, que se inicia com uma demanda de felicidade, o sujeito poderá *encontrar* algum bem.

Nesta *outra* felicidade – esta que tem no desejo sua condição – o *bom encontro* não é mais aquele que a cada vez não se dá no encontro marcado com o Outro. É um *bom encontro* que se dá, quando não se espera. Como no chiste, essa *outra* felicidade “designa, e sempre de lado, aquilo que só é visto quando se olha para outro lugar” (LACAN, 1957/58a, p.29). É a felicidade que se acha, quando se procura por outra coisa. É também a felicidade que se esvai, que não se fixa, que é apenas encontro. Um bom encontro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: NO HORIZONTE, A ÉTICA DA PSICANÁLISE.

### Uma última metáfora: a felicidade como liberdade

“(...) que outra coisa procuramos na análise senão uma verdade libertadora? (...) Se a verdade que procuramos é uma verdade libertadora, trata-se de uma verdade que vamos procurar num ponto de sonegação de nosso sujeito. É uma verdade particular” (LACAN, 1959/60a, p.35).

“Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo” (FREUD, 1930[1929], p.91).

Era uma vez um prisioneiro. Um homem, que – como todos os homens – é prisioneiro da linguagem. Prisioneiro de sua cadeia significativa, Outro no qual se constitui como sujeito. Quer libertar-se de sua prisão. Esse é o seu único pedido. A felicidade do prisioneiro é a liberdade, pela qual espera. Ele não está só. Com ele, outros prisioneiros também anseiam e esperam por sua liberdade.

Eis que surge alguém que detém o poder de tornar livre aquele que cumprir algumas condições. As condições são: é preciso saber o que se é; mas não se pode vê-lo. Apenas aquele que – antes dos outros – puder dizer a verdade do que é, e explicá-lo logicamente, terá a chance de experimentar a tal liberdade. Em suma, para ser livre, é preciso saber o que não se pode ver. Saber o que não se pode apreender pelo pensamento. E logo. A tensão temporal se instaura uma vez que somente aquele que primeiro puder afirmar a sua verdade tornar-se-á livre.

Engodo? É o que parece. A chance da única liberdade possível para o sujeito que se constitui no significativo se apresenta assim, com ares de engodo, de problema sem solução, mas que espera (e demanda) ser resolvido. Como no sofisma que nos apresenta Lacan no belo “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada” (1945). Lá, o prisioneiro é convocado a afirmar seu saber sobre algo que não pode nem ver diretamente, nem resolver pelo pensamento.



Como o preso em relação à cor de seu disco<sup>73</sup>, está o neurótico em relação ao objeto de sua felicidade, aquele que, uma vez apreendido, o reconduziria a sua verdade, valendo-lhe sua liberdade. Presente como ausência no que Lacan chama um “ponto de sonegação do sujeito” (1959/60a, p.35), está o objeto e o que ele guarda como segredo. Velada, oculta, está a verdade do sujeito.

Para a apreensão desse objeto – dessa verdade particular – há sempre algo que falta, que escapa. Há sempre algo que escapa ao olhar, ou à apreensão pelo pensamento, que se desdobra de significante em significante. Algo que coloca o sujeito – ele, como os prisioneiros do sofisma lacaniano – na posição de espera, inerte. *Ainda não*. Espera-se pela certeza, que não advém jamais, senão em ato. Espera-se pela verdade libertadora, aquela que permitirá ao sujeito abrir as portas de sua prisão: felicidade, enfim. *Ainda não*. O prisioneiro espera, quando é seu ato, de fato, o que pode abrir as portas para uma liberdade que é conquistada na mesma medida da pontualidade do ato que a conquista.

“A verdade se manifesta nessa forma como antecipando-se ao erro e avançando sozinha no ato que gera sua certeza; o erro, inversamente, como confirmando-se por sua inércia e tendo dificuldade de se corrigir ao seguir a iniciativa conquistadora da verdade” (LACAN, 1945, p.211).

O prisioneiro se engoda ao esperar pela solução perfeita. O neurótico é vítima, igualmente, de um engodo fundado em sua própria constituição, quando espera pelo objeto que o faria completo, que lhe asseguraria a derradeira satisfação. Mas dado que o objeto é fundamentalmente faltoso, o que vem a faltar aí, naquele que infeliz chega em análise na busca de sua verdade, é precisamente o seu ato. É o ato, no que antecipa a certeza, que permite ao sujeito afirmar-se em sua verdade. É o ato, com tudo o que ele contém de incerto, mas que uma vez advindo, instaura a mais absoluta certeza, que falta ao sujeito que espera por sua felicidade.

---

<sup>73</sup> Não nos deteremos aqui no belíssimo sofisma que nos apresenta Lacan, usado apenas para introduzir a relação do sujeito com a (in)certeza de seu ato e a dimensão ética que se coloca aí.

## A dimensão ética da busca

“O homem, novo Aquiles perseguindo uma outra tartaruga, está fadado, em razão da captação de seu desejo no mecanismo da linguagem, a essa aproximação infinita e nunca satisfeita, ligada ao próprio mecanismo do desejo (...)” (LACAN, 1957/58a, p.127).

“O programa de tornar-se feliz, que o princípio do prazer nos impõe, não pode ser realizado; contudo, não devemos – na verdade não podemos – abandonar nossos esforços de aproximá-lo da consecução, de uma maneira ou de outra. Caminhos muito diferentes podem ser tomados nessa direção (...). Nenhum desses caminhos nos leva a tudo que desejamos” (FREUD, 1930[1929], p.90/91).

Logo no início de nosso trabalho destacamos as bases históricas em que uma demanda tal qual a demanda de felicidade pôde se forjar e se firmar na sociedade que se inaugura na virada moderna, sociedade da qual Freud vem apanhar os sujeitos em sofrimento. Ao final desta jornada – final este que se impõe, precipitado pela pressa de concluir – cabe-nos ainda recolher de nossos passos aquilo que aponta especialmente para a dimensão ética desta busca. A ética a que nos referimos aqui é aquela que se inaugura com Freud e se firma com o ensino de Lacan, numa concepção de sujeito que, por ser atravessado pelo significante, é banido da natureza, seu psiquismo marcado por um conflito que o funda e o sustenta, alimentado pela força constante da pulsão.

Nesse sentido, a busca da felicidade a que cada homem se vê impelido se impõe por uma espécie de engodo fundamental, na medida em que o sujeito é justo o que pode advir dessa busca que está, Freud é categórico, fadada ao fracasso. O engodo é fundamental, pois que é – paradoxalmente – justo o fracasso que marca esta busca desde sua origem, o que reserva ao sujeito o seu lugar. Lugar este que é tão pontual, quanto evanescente.

O impossível que marca a busca de cada homem pela felicidade, uma vez que seu psiquismo é regido por um princípio como o princípio de prazer, é apontado por Freud no trecho<sup>74</sup> que destacamos como caminho a perseguir em nossa investigação, reproduzido em parte logo no início deste tópico. E, ao final deste percurso, reconhecemos que é ao dar lugar ao impossível que marca esta busca que se abre, para o sujeito, a dimensão ética de uma

---

<sup>74</sup> Referimo-nos ao trecho de “O mal-estar na civilização”, transcrito na abertura do tópico “Nossos caminhos escolhidos”, na introdução deste trabalho.

escolha, a que ele é forçado. É aí que situamos a especificidade de uma certa ética que fundamenta a resposta da psicanálise à contemporânea demanda de felicidade.

A psicanálise se distingue das demais práticas que acolhem o sofrimento humano por dar lugar ao desejo, e ao sujeito que o sustenta na cadeia significativa que o constitui. A busca da felicidade de cada homem é, nesse contexto, como a de Aquiles atrás da tartaruga: caminha-se, caminha-se, caminha-se ... *ainda não* ... ela (a felicidade, tal qual a tartaruga) está, sempre e necessariamente, mais além. “Nenhum desses caminhos nos leva a tudo que desejamos” (FREUD, 1930, p.90/91), mas caminhar é preciso.

Viver, *não é preciso*<sup>75</sup>. Viver é uma escolha, e dizemos isso no sentido mais radical que a idéia de uma escolha forçada pode ter. É forçada porque se impõe. É compulsória, num sujeito que se funda no conflito. A escolha se impõe, desde o momento inaugural de encontro com um campo de alteridade absoluta – presente em nosso trabalho na paradigmática vivência de satisfação freudiana – alteridade esta que funda o sujeito como sujeito de uma perda, sujeito de uma busca. As marcas da existência do sujeito, de seus sucessivos encontros com o Outro, estruturam o inconsciente como a articulação da quantidade mais a *Bahnung*, definindo o que será a única realidade a que está atado o sujeito, sua realidade psíquica, a cadeia significativa que determina certas possibilidades, e impossibilidades.

*Die not des Lebens*, desde o ponto mítico de seu surgimento, coloca em cena o Outro por onde o sujeito deverá passar para se constituir. Desse encontro, resta no corpo, como efeito, aquilo que com Freud aprendemos a chamar de pulsão. A pulsão *fituca* – dissemos com Lacan –, impõe trabalho. Dar destino à força que o acossa desde dentro, eis no que consiste a atividade psíquica. A esse chamado, o sujeito é convocado a responder, de uma maneira, ou de outra. De qualquer maneira, a pulsão se satisfaz. Isso está assegurado, pelo próprio funcionamento do aparelho regido pelo princípio do prazer. A pulsão sempre se satisfaz. Mas não o homem. Que saída para o sujeito? Questão que, como pano de fundo, esteve presente ao longo de todo o presente trabalho, e que reencontramos ao seu final.

---

<sup>75</sup> Lembramos aqui de Fernando Pessoa, “Navegar é preciso, viver não é preciso”.

### Por uma leitura ética do conflito – entre o princípio de prazer e o de realidade

“Contrariamente ao que é admitido, acredito que a oposição entre o princípio do prazer e o princípio de realidade, a do processo primário e do processo secundário sejam menos da ordem da psicologia do que da experiência propriamente ética” (LACAN, 1959/60a, p.49).

Se pelo funcionamento automático do princípio do prazer a pulsão encontra nas vias significantes a sua satisfação, e nisso – nessa “tendência repetitiva” (LACAN, 1954a/55, p.85) – consiste *toda* atividade psíquica (FREUD, 1895, p.369), como ousamos em afirmar aí algo da ordem de uma ética? Como ousamos afirmar aí um campo de escolha do sujeito? Atado na teia de sua própria cadeia significante, ao sujeito é imposta uma busca, de saída, sem fim. Libertar-se de sua cadeia significante não é uma escolha. Do chamado da pulsão, tampouco. Preso no *détour* dos duros caminhos da vida, preso em sua realidade psíquica, o sujeito é chamado a tomar posição. Como para o prisioneiro a que aludimos logo de início, a liberdade (pontual) fica condicionada a um ato que *não é preciso*.

Não é preciso no sentido de que não é necessário. O sujeito pode passar a sua vida sem vivê-la. Não é preciso, ainda, num outro sentido: não há saber que o garanta, não há tempo que assegure a sua *precisão*. O ato é impreciso. Paradoxalmente, ele é a única saída para o sujeito que se funda no conflito – conflito este que é justo o que assegura para este sujeito alguma possibilidade de liberdade.

Eis o que o princípio de realidade, em oposição ao funcionamento autônomo do princípio do prazer, oferece ao sujeito: a chance de escolha. E essa oposição, diz Lacan no trecho que destacamos na abertura deste tópico, é da ordem de uma experiência ética. O princípio de realidade vem fazer uma função de retificação, e isso se faz precisamente no nível da pulsão e de seus destinos. Afirma Lacan (1964a, p.158): “se nos referimos à pulsão, é na medida em que é no nível da pulsão que o estado de satisfação deve ser retificado”.

É no nível da satisfação da pulsão – na medida em que ao princípio do prazer se opõe o princípio de realidade – que cabe o posicionamento retificador do sujeito, mesmo que seja justo aí que reconheçamos sua mais profunda submissão ao mandato do princípio do prazer. Paradoxal afirmativa, que apenas assevera a dura realidade que Freud empresta ao seu sujeito, um sujeito que se funda e se sustenta tendo aí – no paradoxo, na antinomia, no conflito – sua condição. Nesse sentido, se há saída, ela é ética.

A ética da psicanálise se inaugura aí, no que Freud funda um sujeito que não cabe mais nos moldes cartesianos, um sujeito para quem a razão não basta para definir suas escolhas. O sujeito freudiano é um “sujeito acéfalo” (LACAN, 1954a/55, p.213), algo como um corpo que se movimenta, age e vive sem cabeça – sem ter na razão o seu centro. O sujeito freudiano é o sujeito pulsional. É o sujeito do significante, cuja economia autônoma impõe constrangimentos, opera, faz efeitos. Essa é a originalidade do pensamento freudiano, a que Lacan vem tentar recuperar.

Nesse sentido, se há saída, é saída singular. Não há princípio da utilidade – como apostava Bentham (1781) – que assegure a felicidade de cada um, e a adequa a de todos. Não há medida comum para a ação de cada um. O princípio de realidade freudiano, diferente do princípio de utilidade benthamiano, ou da virtuosidade aristotélica, abre espaço para a escolha do sujeito no nível de sua satisfação pulsional. E a realidade a que ele se refere é antes e acima de tudo aquela que constitui o sujeito, a sua realidade psíquica.

É no reino do princípio do prazer que o princípio de realidade pode levar o sujeito a uma ação possível. Ação esta que, muito embora precedida dos tateamentos do processo de pensamento, não é em nada por ele garantida. Ela é posição tomada do sujeito. Posição esta que não é sem a pulsão que o acossa e a cadeia significante que o constitui. Posição esta que revela algo da ordem de uma experiência ética, como nos indica Lacan, pois é de sua posição de sujeito que se funda no desamparo, que o sujeito é convocado a agir. É de sua posição de sujeito desejante, de sujeito marcado pelo que Freud chama já no “Projeto...” de “*motivos morais*” (1895a/1950, p.370), que o sujeito deve, em ato, descobrir de que modo ele pode ser salvo. Não existe regra de ouro.

Guiados pelo apontamento freudiano sobre a busca da felicidade (1930[1929]), todo o percurso desse trabalho – desde o panorama do funcionamento psíquico regido pelo princípio do prazer, passando pela pulsão e sua paradoxal satisfação, até chegar ao desejo como aquilo que do significante surge em sua condição absoluta (mas condicionada a presença de um sujeito que o sustente em ato) – visou justamente dar destaque aos paradoxos onde estamos fundados em nossa condição de sujeitos.

Na busca da felicidade, o sujeito encontra a miséria neurótica. Na tentativa de garantir a certeza de sua liberdade, o sujeito hesita. *Ainda não*. É não querendo perder que o neurótico perde. Na tentativa de não incorrer a frustração, estabelece “um ato interno em lugar de um externo, uma adaptação no lugar de uma ação(...)” (FREUD, 1916d/17d, p.368). Dessa adaptação, que não deixa de se colocar como ato, uma vez que vem em seu lugar, ele se

queixa. O neurótico se queixa de seu sintoma, compromisso assumido – e sempre cumprido – com a pulsão.

O ato pressupõe perda. Pois o *ainda não* que o precede é o que a ele se segue, se o que o sujeito visa é a sua satisfação derradeira, a tal felicidade. A cada vez que se lança no mundo – ao invés de simplesmente obedecer ao automatismo de repetição, mas dele se antecipando para buscar no mundo real a sua satisfação – o sujeito encontra o objeto sempre faltoso. Objeto parcial. Ele encontra o desencontro. A não complementaridade. *Ainda não* foi dessa vez. Vítima dos efeitos da divisão em que se funda como sujeito, o sujeito está preso nesta busca interminável. O sujeito do conflito que Freud inaugura é marcado por sua divisão, que instaura:

“(…) de um lado, a busca de uma qualidade arcaica, diria quase regressiva, de prazer indefinível, que anima a tendência inconsciente, e, de outro, *o que pode haver nisso de realizável* e de satisfatório no sentido mais completo, no sentido moral como tal” (LACAN, 1959/60a, p.56/7, grifos nossos).

O inconsciente, reino do princípio do prazer, se anima por essa busca de um prazer indefinível. E, lá, ele subsiste. A busca pela felicidade se ancora em nossa própria constituição psíquica, da qual padecemos. O que pode haver nisso de realizável – sem deixar de lado o desejo e os motivos morais que marcam nossa existência de sujeitos – no sentido moral como tal? Que felicidade é possível, para esse sujeito fundado no conflito?

Todo aquele que busca a felicidade, uma vez que tenha ido buscá-la em uma análise<sup>76</sup>, tem a possibilidade de lá reencontrar o lugar de sua escolha. De sua escolha outrora feita por um mundo da fantasia, mundo este sustentado a um alto preço. É se queixando e padecendo de sua escolha sintomática que o neurótico chega ao analista. Lá, o que ele encontra é aquilo que o determina. A escuta do analista convida o sujeito a falar, e com palavras, fazer existir seu inconsciente. Da economia autônoma do princípio do prazer, onde a satisfação se auto-engendra, o convite a tomar a palavra traz para o sujeito a possibilidade de reencontrar-se nisso que o determina, em sua própria cadeia significativa. Traz para o sujeito a dimensão ética de uma escolha, que se coloca na medida em que o princípio de realidade aparece como abertura de dentro mesmo do reino do princípio do prazer.

---

<sup>76</sup> Remetemos o leitor ao terceiro capítulo deste trabalho, mais especificamente aos três últimos tópicos, onde nos detivemos na especificidade da resposta da análise à demanda de felicidade.

Como o prisioneiro, o neurótico é convidado a afirmar-se em uma verdade que ele próprio desconhece, que dele permanece velada. E nesse processo de escrita do que já estava inscrito, a questão se recoloca: o que pode haver nisso de realizável? Se há algo que possa ser realizado nesta empreitada em busca da felicidade, está a cargo do sujeito, do sujeito no que se lança em ato, descobrir. “A essa *spezifische Aktion* faltará sempre alguma coisa” (LACAN, 1959/60a, p.56). E isso por todos os lados que pudermos olhar.

No momento que a antecede, falta a certeza. O ato não é sem o processo de pensamento, mas tampouco dele deriva. O ato interrompe o processo de pensamento, precipita a certeza. Faltará ainda alguma coisa, uma vez que na ação específica o sujeito tenha se lançado. Pois uma vez efetivada, o sujeito encontra, ainda assim, a falta. No que se lança na busca de satisfações possíveis, o sujeito encontra a falta que o marca como sujeito, o *ainda não* que de uma maneira ou de outra, demarca o campo de seu desejo. Dar lugar a esta falta é, paradoxalmente, condição para que este sujeito venha a encontrar, nos *détours* dos caminhos da vida, alguma felicidade<sup>77</sup>.

A dura realidade do desejo, realidade do sujeito do significante, é a de estar para além do princípio do prazer. É de fazer oposição a ele. É de só poder se colocar como descontinuidade radical em relação ao seu funcionamento automático. Desejar, então, é sempre uma escolha. Sempre e a cada vez.

---

<sup>77</sup> Remetemos o leitor ao final do capítulo 3, no tópico “Que felicidade para o sujeito freudiano?”, onde nos detivemos nesse ponto.

**REFERÊNCIAS:**

AGOSTINHO, Sto. *Soliloquios e A vida feliz*. São Paulo, SP: Paulus; 1998.

AGOSTINHO, Sto. *Confissões*. Petrópolis, RJ: Vozes; 2001.

Antinomia. Em: FERREIRA, A.B.de H. *Minidicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p.34.

ARAÚJO, C. “Bentham, o utilitarismo e a Filosofia Política Moderna”. Em: *Filosofia Política Moderna De Hobbes a Marx Boron*. Atílio, A. CLACSO. Universidade de São Paulo; 2006. Disponível em:

[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/12\\_araujo.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolmpt/12_araujo.pdf)

ÁVILA, J.M.B. “Bentham: a ciência do legislador”. Em: PELUSO, L.A. (org). *Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998, p. 81-95.

BENTHAM, J. (1781) *An introduction to the principles of morals and legislation*. Kitchener: Batoche Books; 2000. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=4362](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4362)

CARVALHO, M.C.C. “O utilitarismo, os direitos e os deveres morais”. Em: PELUSO, L.A. (org). *Ética & Utilitarismo*. Campinas, S.P.: Ed. Alínea; 1998, p. 223-228.

COSTA-MOURA, F. (1997) “O amor como causa”. Em: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF 9-1*. Rio de Janeiro; 1997.

COSTA-MOURA, F. (1998) “Uma questão preliminar à investigação psicanalítica sobre a adolescência”. Em: *Fort-Da 4/5*. Centro de Estudos e Pesquisa em Psicanálise com crianças – CEPPAC. Rio de Janeiro: Revinter; 1998.

COSTA-MOURA, F. (2009) “Questão ética do real e estrutura”. Em: ELIA, L. BARROS, R.M (orgs.). *Estrutura e Psicanálise*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; no prelo.

FERNANDES, F.L. “Psicanálise e Temporalidade”. Em: *Revista do Departamento de Psicologia – UFF 9-1*. Rio de Janeiro; 1997.



FORTES, I. “O sofrimento na cultura atual: hedonismo *versus* alteridade”. *Em*: Peixoto Jr, C.A. *Formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Contra –capa; 2004.

FREUD, S. (1893/95b) “Estudos sobre a histeria”. *Em Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (ESB)*, vol.II. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1895a [1950]) “Projeto para uma psicologia científica”. *Em ESB*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1900) *A interpretação dos sonhos*. *Em ESB*, vol. IV e V. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1905) “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. *Em ESB*, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1908) “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna”. *Em ESB*, vol. IX. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1911) “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”. *Em ESB*, vol.XII. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1914) “Sobre o narcisismo: uma introdução”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1915) “A Pulsão e seus destinos”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1916a/17a) Conferência XVII: “O sentido dos sintomas”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1916b/17b) Conferência XVIII: “Fixação em traumas – O Inconsciente”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1916c/17c) Conferência XXI: “O desenvolvimento da libido e As organizações sexuais”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1916d/17d) Conferência XXIII: “Os caminhos da formação dos sintomas”. *Em ESB*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1920) “Além do princípio do prazer”. *Em ESB*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1923) “O ego e o id”. *Em ESB*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1924a) “O problema econômico do masoquismo”. *Em ESB*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1924b) “A perda da realidade na neurose e na psicose”. *Em ESB*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1930[1929]) “O mal-estar na civilização”. *Em ESB*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_ (1937) “Análise Terminável e Interminável”. *Em ESB*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago; 1996.

HERÓDOTO. História: o relato clássico da guerra entre os gregos e persas. São Paulo: Ediouro; 2001. *Apud* MCMAHON, D.M. *Felicidade: uma história*. São Paulo: Globo; 2006.

LACAN, J. (1945) “O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada”. *Em Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998

\_\_\_\_\_. (1949) “O Estádio do espelho como formador da função do eu”. *Em Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998

\_\_\_\_\_ (1953/54b) *O Seminário, Livro 1. Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1986.

\_\_\_\_\_ (1954a/55) *O Seminário, Livro 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1985.

\_\_\_\_\_ (1957/58a) *O Seminário, Livro 5. As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.; 1999.

\_\_\_\_\_ (1958b) “A direção do tratamento e os princípios de seu poder”. *Em Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998.

\_\_\_\_\_ (1958c) “A significação do falo. Die Bedeutung des Phallus”. *Em Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998.

\_\_\_\_\_ (1959/60a) *O Seminário, Livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1988.

\_\_\_\_\_ (1960b/61) *O Seminário, Livro 8. A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1992.

\_\_\_\_\_ (1960c) “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”. *Em: Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1998.

\_\_\_\_\_ (1962/63) *O Seminário, Livro 10. A angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2005.

\_\_\_\_\_ (1964a) *O Seminário, Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1985.

\_\_\_\_\_ (1964b) “Ato de fundação”. *Em Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2003.

\_\_\_\_\_ (1967) “Lugar, origem e fim do meu ensino”. *Em Meu Ensino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 2006.

\_\_\_\_\_ (1969/70) *O Seminário, Livro 17. O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1992.

LAURENT, E. A felicidade ou a causa do gozo. Conferência de abertura das VI Jornadas da ELP "A Experiência do objeto na clínica psicanalítica: corpo e causa" celebradas em Madrid, em 10 e 11 de novembro de 2007. Disponível em: [http://www.ebp.org.br/XVII\\_encontro\\_brasileiro/felicidade/textos\\_causagozo.html](http://www.ebp.org.br/XVII_encontro_brasileiro/felicidade/textos_causagozo.html)

MCMAHON, D.M. *Felicidade: uma história*. São Paulo: Globo; 2006.

MONTOYA, J. “Bentham e os direitos humanos”. *Em: PELUSO, L.A. (org). Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998, p. 96-110.

PELUSO, L.A. “Jeremy Bentham e seus críticos”. *Em: PELUSO, L.A. (org). Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998a, p. 201-222.

PELUSO, L.A. “Utilitarismo e ação social”. *Em*: PELUSO, L.A. (org). *Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998b, p. 13-26.

SAFOUAN, M. *O fracasso do princípio do prazer*. Campinas, SP: Papirus; 1988.

SCHOFIELD, P. “O Positivismo Jurídico e a rejeição da teoria contratualista”. *Em*: PELUSO, L.A. (org). *Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998, p. 143-166.

SOTTOMAYOR-CARDIA, M. “O interesse geral e o interesse de cada um”. *Em*: PELUSO, L.A. (org). *Ética & Utilitarismo*. Campinas, SP: Ed. Alínea; 1998, p. 167-189.

STRACHEY, J. Introdução do editor inglês. *Em ESB*, vol.I : Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_. Nota do editor inglês. *Em ESB*, vol.XVIII : Rio de Janeiro: Imago; 1996.

\_\_\_\_\_. Nota do editor inglês. *Em ESB*, vol.XXI : Rio de Janeiro: Imago; 1996.

TIRABOSCHI, J. “Felicidade: construa a sua”. *Revista Galileu*. São Paulo, SP: Globo Ed.; Nov.2008.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)